

Cruzeiro de Nossa Senhora da Orada

A ACTUAL EMPREZA

O OBJECTIVO DA EXPORTAÇÃO DE ÁGUAS—CARACTERÍSTICAS DE UM NOVO PERÍODO—A DIRECÇÃO CLÍNICA E SUA ACCÇÃO—VIDA SOCIAL—MELHORAMENTOS—ANÁLISES—CONCLUSÕES TIRADAS DO ARQUIVO CLÍNICO.

O balneário, concluído em 1924, na temporada seguinte regosijava os olhos dos aquistas com o brilho da pintura acabada de dar. O pessoal, cuja inaptidão fôra motivo de tantos aborrecimentos, que em 1923 provocara uma reclamação ao Ministro do Trabalho sôbre as irregularidades e falta de hygiene da balneação, ia-se adaptando de modo a só merecer francos elogios. Começara a plantação do parque, durante muito tempo retardada por um contrato de arrendamento de terrenos da viscondessa do Pêso. Os cronistas mais identificados com os interêsses da estância reconheciam que ela progredia. Não era um cumprimento, um favor que não podia estar na índole de pessoas tão intransigentes. Querem a medida da intransigência? Aí vai. Na temporada de 1925 o chefe do Estado tinha resolvido visitar Melgaço. E queria o cronista que a opinião firmada com uma das suas iniciais prevalecesse na escolha do hotel para aposentar Teixeira Gomes. Pena foi que a visita se não tivesse podido realizar. Perdeu-se a ocasião de mais um artista —e dos grandes—tomar a paisagem alto-minhota por condigno tema de algumas belas páginas. Mas o nosso cronista estava tão satisfeito pelo progresso da estância que exigia que êle não parasse um instante e, para que a nova Empreza não cedesse à tentação de se dar um instante de tréguas no afã dêsse progresso, acusava-a, logo de entrada, de preferir as estâncias trasmontanas a Melgaço.⁽¹⁾

(1) «O Primeiro de Janeiro», de 10—IX—1925.

bir o estudo físico-químico das águas ao Eng.º Wladislas Kopaczewski. Em 1926, tendo procedido a êsse estudo em tôdas as estâncias da Vidago, Melgaço & Pedras Salgadas, o referido técnico fez com ela um contrato de venda da patente de um processo de estabilização de águas minerais bicarbonatadas meso-salinas. A patente foi, porém, recusada por despacho de 5 de Maio de 1930. As razões que teria havido para isso, são fáceis de calcular. Posteriormente, o problema foi apenas abordado pelo Prof. Herculano de Carvalho, no relatório da análise das águas de Melgaço, a que procedeu em 1944, sem mudança de solução. A Empresa não é culpada nem se regosija se umas suas águas que provariam excelentemente como medicamentosas e de mesa, veem sofrendo a concorrência de outras que não floculam, em detrimento cada vez maior da sua colocação. Diferenças como a de 61.356 L. de águas de Melgaço vendidas em 1939 para 2.109.826 L. de águas das Pedras Salgadas vendidas no mesmo ano, poderão, aos olhos dos apaixonados de Melgaço, se atentam nelas, explicar e porventura justificar que a Empresa trate a estância de resto, mas não são prova.

A insistência de uma campanha que escolheu justamente a ocasião em que se sentiam ainda fortemente os efeitos da guerra, para reclamar melhoramentos—uma pintura aqui, umas árvores além, mais cómodos meios de transporte, um grande hotel, etc., pouco e muito...—, não impõe ao presente trabalho atitudes críticas desviadas dos seus propósitos e da sua índole. Devemos, contudo, evitar que se sintam iludidos na expectativa de encontrar uma resposta os leitores que a procurarem nesta paciente e verídica história. A discussão não incide sôbre quaisquer faltas que acidentalmente se possam dar nos serviços a cargo ou não da Empresa e que devem ser prontamente remediadas. A questão que se pretende pôr, é, evidentemente, esta: se a estância teria comportado ou comportaria agora um plano de melhoramentos do qual os encargos, muito elevados, fôsem reprodutivos. O que se verifica pela média das inscrições torna difícil a resposta, a menos que não queiramos abreviá-la pela negativa. Essa média, em que se encontra, ao que parece, incluída a grande maioria dos diabéticos do país que se animam a fazer uso de águas, mantem-se há longos anos estacionária, à parte as oscilações provocadas por uma situação que se faz sentir nas mais estâncias e de que, por isso, com dificuldade poderemos tirar algumas conclusões no final dêste trabalho.

E vejamos agora: a Empresa encontrou realizados em parte e

Vê-se que não faltou quem, desde o princípio, adivinhasse as intenções reservadas dos actuais concessionários ou êles próprios imprudentemente as revelaram logo no primeiro ano—andavam depressa—deixando Melgaço sem propaganda, enquanto as Pedras Salgadas continuavam a merecer-lhes o cuidado de uma propaganda desvelada. Seria verdadeira esta desigualdade na propaganda? Existiam, de facto, ou existem as intenções reservadas que se atribuíam e muitos continuam a atribuir à Empresa? É a reprodução da velha história de Peinador a tramar contra o progresso de uma estância concorrente da de Mondariz. Mas neste caso as aparências são muito mais difíceis de aceitar. Peinador sacrificava, na pior das hipóteses, três décimos do capital de 20 contos, que tanto eram os quinhões em nome do seu sócio português. Por sua vez a Empresa que comprou tôdas as acções de Melgaço, tudo sacrificava para colher nas Pedras e em Vidago o resultado do mal feito a outra estância. Pois êste disparate em que cristalisou a história de Peinador, é o que vem à superfície na efervescência da loquacidade que saúda o acontecimento de terem as águas novos proprietários. E sempre o fervor de qualquer crítica o traz à tona, tão verdadeiro hoje como quando a Empresa adquiriu as águas, fundada, como se viu, nas melhores esperanças. Mas ainda mesmo que êsse desamor fôsse fruto da experiência, a Empresa ter-se-ia convencido que não estava na sua mão aumentar a frequência das estâncias trasmontanas com devotos de Melgaço, e saberia proceder ajuizadamente, como procede.

A ligeireza com que até mesmo algumas pessoas de responsabilidade aceitam uma hipótese contrária ao bom senso, nem por pobreza de imaginação se justifica. Não parece que a ideia do monopólio das águas alcalinas, tradição conservada dos fundadores de Vidago, como mostraremos se chegarmos a publicar a respectiva monografia, e por esta Sociedade seguida sempre que ponderosos motivos se não opõem, só haja de encontrar explicação pelo intuito de evitar a concorrência de quaisquer estâncias às do grupo trasmontano. No princípio, quando o caso era apenas à roda de Vidago, com bom senso se pretendeu evitar questões de vizinhança como a que deu lugar a um capítulo inteiro desta história. No caso da aquisição de Melgaço, tão distante, a Empresa já tinha, como vimos, objectivo não menos de aceitar—impulsionar a venda de águas.

Justamente em 1924, apresentava o Dr. Morais Sarmiento, como consultor médico da Empresa, uma proposta no sentido de esta incum-

na de Melgaço, os bons resultados derivam muito mais das águas que se bebam que dos banhos que se tomem ou outras aplicações que se façam, a verdade é que só êsses banhos e aplicações tiveram o condão de dar aos médicos uma ingerência efectiva nos tratamentos hidro-minerais.

A propósito de outra estância portuguesa—Vidago—oferece-se ocasião de ver como a direcção clínica, tendo começado por não existir, se limitou, durante muitos anos, a criar, desenvolver e administrar o estabelecimento em cooperação com a gerência. Eram distintos, embora nêles pudesse actuar a mesma pessoa, o campo do director clínico e o do médico permanente, cuja presença se tornava necessária para um caso de fôrça maior ou alguma consulta facultativa. No espirito da época, ainda pouco balnear, em que os humoristas representavam o aparelho das duchas como um instrumento de tortura, avultava sobretudo o receio de melindrar os médicos bemfeitores da estância, que lhe despachavam clientes. Não se generalizara ainda a noção dos benefícios que podem surgir da colaboração entre o médico assistente e o hidrologista. Com os progressos da medicina, da hidrologia e da autoridade dos seus especialistas, com a difusão, também, das noções médicas entre os leigos, a situação nas estâncias modificou-se muito.

No Pêso era muito recente o Estabelecimento, muito antiga a tradição de independência dos aquistas aferrada á ideia de que, além do pagamento da inscrição, do hotel, das distrações, das gorjetas e esmolas que davam, e da viagem, nada mais tinham a dispender na cura de águas. Mesmo, como já se disse, para as análises de urina era fácil encontrar um companheiro provido de licor de Fehling e tubo de ensaio. Ainda a rotina contrariava a acção do médico sob um aspecto mais grave, o da indiferença dos hoteleiros pelas prescrições dietéticas. Chegou mesmo a acreditar-se que só por meio de uma pressão, como a que poderia exercer a Empresa em hotéis de sua propriedade, é que se conseguiria o que veio, afinal, a conseguir-se pela persuasão. Êsse benefício deve-se à persistência dos médicos da estância. Da falta de todos os elementos de que o médico se pudesse socorrer para fundamentar o seu prestígio, resultara por muito tempo para Melgaço uma situação de inferioridade, tanto mais lamentável quanto é certo tratar-se de umas águas de natureza única no país, de que importava tirar o máximo partido estudando-lhes cuidadosamente os efeitos. A terapêutica alcalina estava entre nós muito mais

contribuiu com o restante dos melhoramentos de higiene, de conforto e de beleza necessários para tornar o Pêso uma estância ainda não tão pouco acolhedora como se julgaria pelos queixumes que misturam nos seus louvores os paladinos mais ardentes. Dêste modo puderam os concessionários conservar o adquirido, como sucede em outras estâncias feitas, com sua reputação firmada e frequência garantida que não aspiram a tornar-se centros de elegância e de prazer. Mas, embora o progresso material do Pêso tenha sido lento, os melhoramentos que se conseguiram durante o período que encetamos, são de capital importância. Êste período caracteriza-se pela intensidade do labor clínico e da investigação laboratorial dentro do Estabelecimento, e pelo saneamento da estância, facto de que muitos velhos frequentadores do Pêso se devem lembrar com particular gratidão. Tanto basta para que a nossa estância continue a merecer, no quadro da hidrologia portuguesa, o interêsse de primeira plana que, efectivamente, lhe corresponde pela categoria das suas águas. Como estância de turismo, o Pêso apresenta, sem dúvida, as suas deficiências. As razões disso talvez se devam procurar em vários sentidos—falta de comunicações, falta de propaganda da região, mesmo o facto de não estarem ainda bem generalizados a todo o país o turismo e a sua noção: resultando de tudo isto a falta de iniciativa. Mas saibamos esperar... e retrocedamos à época em que ficávamos.

A mudança na direcção clínica do Estabelecimento levou a esta, em 1929, o Dr. Silvério Gomes da Costa. O novo clínico resolveu-se desde logo a arcar com tôdas as dificuldades que se tornava necessário vencer para implantar no Pêso uma era de verdadeira hidrologia científica. Até ali os doentes curavam-se sem que o médico tivesse ocasião de intervir de maneira eficaz. O Dr. Antonio José Duro, que saíra ao cabo de 15 anos consecutivos na direcção do Estabelecimento, não conseguira, apesar dos seus dotes de inteligência e tacto e da boa vontade que lhe assistiu sempre, modificar muito a situação que encontrara e expusera no seu relatório publicado em 1915. Já o seu antecessor, o Dr. Pereira de Sousa, dissertando para os alunos da Escola Médica do Porto de visita ao Pêso, em 1912, lamentava o facto de os doentes se retirarem no fim da cura sem se darem ao cuidado de passar pelo consultório. Consultório—o cronista dos tempos anteriores à construção do balneário julgou inútil indagar onde se encontraria êle instalado. Uma estância sem balneário mal se pode chamar uma estância, porque, se é verdade que em muitas estâncias, como

ordinário, anda ligada a preocupação de extrair das flores da alegria o mel da caridade.

A beneficência representa sempre, segundo as boas tradições das estâncias portuguesas, o melhor incentivo das festas. Contribuir para a filial que a Associação Protectora dos Diabéticos Pobres, em 1931, instalou no Pêso⁽¹⁾, contribuir para o hospital da Misericórdia de Melgaço, contribuir para os pobres, tornou-se pretextos para amiudadas festas⁽²⁾. Pois bem: ainda a assistência aos pobres do Pêso veio constituir objecto de uma prescrição médica que cremos foi das mais gostosamente cumpridas pelos aquistas—as condições particulares da estância bem a justificavam. Atendendo a estas condições o Dr. Eduardo Costa emitiu o parecer, logo unânimemente aprovado pelos hóspedes dos hotéis e pensões, da capitação de um escudo para os pobres.⁽³⁾

O facto que acabamos de contar só por si dá ideia da extensão da tarefa do corpo clínico. Ela foi verdadeiramente notável, como se tornava necessário em uma estância onde, ainda ao raiar do terceiro decénio dêste século, nem todos os hotéis tinham casa de banho.

Esta acção foi acompanhada de melhoramentos introduzidos pela Empresa de modo a satisfazer, na parte que lhe cabe, tôdas as exigências de uma estância moderna. Em 1929, ao mesmo tempo que se remodelava a secção das senhoras no Balneário, instalava-se um laboratório de análises, ampliado no ano seguinte com uma secção de farmácia, sob a direcção do Dr. Eduardo Costa, ainda aluno do curso de medicina. Em 1931 a inauguração da luz eléctrica⁽⁴⁾ permi-

(1) Manteve-se até 1940, ano em que teve de ser suprimida por medida de economia.

(2) Já que tratamos da vida social e medicina, registamos nesta nota a visita dos médicos diplomados pelo Instituto de Climatologia e Hidrologia, de Lisboa, em excursão dirigida pelo Prof. Armando Narciso. Nos dias 29 e 30 de Julho de 1939, realizou-se também no Pêso um Congresso de Medicina e Desportos Higiênicos limitado aos diplomados da Escola Medica do Porto, do curso de 1931-32. A ordem das brilhantes provas e demonstrações práticas pode seguir-se pelo programa impresso que é infelizmente de extrema raridade. A leitura, em todo o caso, não se recomenda muito aos profanos...

(3) Os mendigos eram geralmente considerados uma praga. Ocorre-nos citar um depoimento um tanto discordante, no tom sentimental e mesmo poético, de J. A. Pires de Lima, em *Ao correr do tempo* (Porto, 1947) — *da ti Maria Caldas...* e de outros loucos. Na obra citada, como em *Palavras de um médico* do mesmo autor, outras notas se encontram a respeito da estância de Melgaço.

(4) O contracto para o fornecimento de energia foi celebrado em data posterior ao da Câmara de Melgaço com o mesmo concessionário (a firma espanhola J. Valverde & C.^a) e nêle estipulado que ambos teriam a mesma duração.

adiantada; de Vidago e de Pedras Salgadas havia, pelo menos, muitos e conscienciosos relatórios clínicos publicados. Era nêles e nos arquivos de Pongues, Vichy ou Condillac que os médicos teriam de estudar Melgaço, se o tentassem fazer?

Mas a tenacidade dos Drs. Silvério Gomes da Costa, do Prof. Mark Athias, que assumiu a direcção clínica a partir de 1933, e do médico adjunto Dr. Eduardo Costa, não se applicou sòmente a remover os entraves ao progresso clínico do Estabelecimento e a conceder a maior importância ao labôr de investigação. A Comissão de Inicia-tiva precisava também de quem lhe incutisse brio e os esforços que o Prof. Athias, enquanto dela fez parte, empregou para a tornar uma causa eficiente de progresso local, não foram inteiramente vãos. Na própria vida social da estância se fez sentir o optimismo do corpo clínico. A colónia aquista contrafez a sua pacatez habitual, e com maior frequência o Parque, o Pavilhão das Águas, os salões dos hotéis se animaram com as galas de iluminações noturnas, as harmonias de bandas de música e orquestras, a elegância dos bailes e a alegria das quermesses.

Isto não importa pouco. Não faltam no Pêso um bom passadio, as carícias de um clima adorável e os encantos de uma paisagem soberba. Mas há muita gente que trocaria tudo isso, se só isso tivesse, por um pouco de distracção. Aqui deixou de ser o caso.

A frequência dos divertimentos passou a protestar alto contra a fama de pacatez da estância. Continuou, de facto, a haver muitas noites de recolher às 10 horas e também manhãs e tardes de recolhimento em que nem os campos de jogos se animam com a presença de uma juventude alegre—que, diga-se a verdade, não é maioria—e todos parece que rezam, mas não rezam, murmuram... contra a falta de divertimentos. Pôde em uma dessas ocasiões um cronista amigo das árvores (menos das acácias), do céu azul e do murmúrio dos regatos, escandalizar-se de tanta ingratição e admirar-se de encontrar em lugar onde o açúcar é tão abundante, um Himeto em que tôdas as operosas abelhas extraem do seu fabrico um rozalgar tão amargo que nem laboratório de botica⁽¹⁾. Seria, contudo, bem diferente a impressão que colheria, se visse os mesmos murmuradores e, principalmente, as murmuradoras na azáfama salutar—tão salutar que conta a protecção do corpo clínico—dos preparativos de festas, a que, de

(1) Sousa Costa, em uma das crónicas que publicou em «O Século» em Set. de 1937.

zindo um elemento vital novo. Não lembrariam, por certo, uma remodelação da estética do Parque ou do Balneário, onde muito calma e satisfatoriamente se vão administrando os banhos, fazendo boas aplicações e se trabalha em investigações a que a Empresa liga a maior importância, porque às vezes poderia também vir daí, dos oráculos médicos, uma revelação de grande alcance renovador. É principalmente pelo turismo que deve procurar alargar-se a vida da estância. Será responder com evasivas a uma aspiração de alcance local e regional entreter uma campanha de propaganda tanto para atrair turistas como boas vontades?

Com a provada boa vontade da direcção clínica e da administração da Empresa; a dos proprietários de hotéis e pensões e outras pessoas que têm interesses no Pêso; a dos doentes que se curam ou melhoram com as águas, e a dos admiradores das belezas naturais, que as encontram na região em profusão esplêndida, apaixonados propagandistas da estância uns e outros, poderia ser o Pêso das primeiras estâncias do país em distinção e conforto, como lhe competia, se o ajustamento da obra dos homens à da natureza não exigisse ainda o milagre de outras boas vontades, cuja origem não se faz mister indicar, para acabar com algumas deficiências que se tornam muito sensíveis. A falta de bons e rápidos meios de transporte sentem-na quantos não podem dispôr de um automóvel seu; as faltas repetidas da energia eléctrica, por certo previstas nas estipulações de um contrato que não tem sido cumprido à risca, sentem-nas todos nos tempos difíceis que atravessamos. Não vamos supor que estas dificuldades se eternizem e, por certo, tempos próximos trarão, com o termo delas, outras iniciativas que façam do Pêso a formosa estância de águas e o desenvolvido centro de turismo que pode e deve ser. Entretanto, continua a ser uma estância para pessoas de hábitos modestos ou que se conformam a adotá-los, quer em benefício da saúde, quer como condição dos prazeres de espírito que vão gozar por alguns dias e que valem, para quem os sabe gozar, mais que o luxo e o conforto dos Palaces. O contingente dado pelos intelectuais à frequência do Pêso é disso prova.

Em 1932, o Prof. Ch. Lepierre repetiu a análise das águas, pela primeira vez extensiva à Nascente Nova, e, com a colaboração do Prof. Herculano de Carvalho, à pesquisa da radioactividade.⁽¹⁾ Apre-

(1) In *Clínica, Higiene e Hidrologia*, III (1937) n.º 5.

tiu que se fizessem no balneário aplicações de diatermia, para o que foi adquirido um aparelho; ampliou-se também a secção de banhos carbo-gasosos. Terminadas as obras de ampliação do Parque, inaugurava-se, ainda em 1931, o campo de ténis. Os trabalhos de embelezamento do Parque prosseguiram até 1935, ano em que se inaugurou o golfinho. Entretanto melhoravam-se os serviços de laboratório e era adquirido novo material para diagnóstico. O balneário ficava provido de um serviço completo de banhos de imersão, carbo-gasosos, duchas escocesas e sub-aquáticas. Em 1935 começou a direcção clínica a empregar sistematicamente as curvas glicémicas como meio de investigação dos efeitos das águas na diabetes. Muito se tinha já conseguido. No entanto continuou ainda a Empresa a dedicar os seus cuidados ao Balneário, onde, em 1938, introduziu novos melhoramentos, e à ampliação do laboratório. Entrou depois pelo caminho da propaganda, esperando atrair maior número de aquistas.⁽¹⁾

Tem-se notado que a estância pouco progrediu desde o esforço inicial a que deve a existência. Não falando no saneamento, que não podia, até hoje, ter deixado de fazer parte dêsse pouco de progresso, é verdade que a Empresa não tem aí documentos do seu esforço mais que o Balneário e o Parque, e a iniciativa particular só conseguiu juntar aos dois hotéis que existem do princípio do século, o Hotel Rocha e uma pensão digna dêsse nome. Procurando—dentro do feitiço minucioso dêsse trabalho—dar razão de tudo o que se criou nos últimos vinte anos para comodidade ou distracção do aquista, além dos melhoramentos no Estabelecimento e da introdução da energia eléctrica, também iniciativa da Empresa, encontramos, em 1929, o concôrto da estrada até S. Gregório, e as três inaugurações de 1938—o pequeno braço de estrada para a margem do rio, a capela do Grande Hotel da Quinta do Pêso e o Bar. Há quem perca a paciência com esta imobilidade. Se se reconhece que também a frequência não tem aumentado, não se atende a que as estâncias que atingem um certo grau de desenvolvimento, tendem a fixar-se nêle, como os seres vivos terminada a fase de crescimento. São concorrentes que surgem, entusiasmos que arrefecem, inconstância da moda; são sobretudo interesses criados... A boa vontade poderia conseguir violar essa lei introdu-

(1) Ter-se-ia verificado êsse aumento em 1942, em resultado de uma propaganda mais activa? Embora o número de *novos* frequentadores—157 em 508 inscrições novas e renovadas—não exceda muito o de anos anteriores—141 em 517 inscrições, em 1941, e 143 em 516, em 1940—, uma investigação pormenorizada das condições da frequência de 1942 pareceu justificar a significação que se lhe dá.

nem as características peculiares a cada nascente, que parecem até acentuar-se.

Em 1940 procedeu-se a um apuramento sôbre os registos clínicos, verificando-se que, desde 1929, tinham frequentado o Estabelecimento 3.191 doentes, dos quais 1.909 diabéticos e 1.282 portadores de outras doenças. Os diabéticos representam 59%. Contando as inscrições renovadas, temos, para essa categoria de doentes, 5.976, o que dá a cada diabético uma média um pouco superior a três temporadas — 3,13. Para os demais frequentadores da estância, 2.215 inscrições entre novas e renovadas, nos doze anos dão média pouco inferior a duas temporadas — 1,73. Nêstes 1.282 não diabéticos entram 509 dispépticos, 310 hepáticos, 152 portadores de colites e 135 de afecções renais, tratando-se nos 176 casos restantes de doenças várias ou indefinidas.

Bem claras são as conclusões que se podem tirar dêstes números àcêrca do valôr das águas no tratamento da diabetes, doença geralmente incurável. «Não pretendemos curar a diabetes nem substituir a insulina por águas minerais, mas afirmamos que os diabéticos beneficiam todos com o uso das águas, incluso os que não podem prescindir da insulina», diz o director clínico (relatório de 1939). O consenso dos doentes tem, nêste caso, uma eloquência não inferior à dos resultados obtidos na pesquisa laboratorial sôbre a acção das águas. A apreciação subjectiva das melhoras, experimentadas em consequência de um tratamento hidro-mineral, tem naturalmente origem na sensação de um estado correspondente ao que, de cada um, manifestam as provas de glicosúria ou de glicémia, ou o número de unidades de insulina que necessita de tomar. Mais difíceis de utilizar parecem os números relativos às outras doenças tratadas em Melgaço. Êles dão, certo, a noção da importância das várias indicações das águas, mas é necessário atender a que muitas outras estâncias oferecem remédio para as mesmas enfermidades, entre as quais muitas podem considerar-se curáveis quando atacadas a tempo. Sob êsse aspecto, a média de 1,73 temporadas é ainda significativa. A maneira mais conveniente de firmar os créditos de determinadas águas entre as concorrentes seriam, porém, as pesquisas sôbre a sua acção fisiológica, aspiração que a direcção clínica de Melgaço não conseguiu ainda ver realizada para outras doenças além da diabetes. Mais alguns dados curiosos se podem tirar da estatística de Melgaço, como êstes que nos apraz destacar, por serem de bom agouro para os fre-

sentam-se a Nascente Nova mais alcalina e mineralizada que na análise de vinte e cinco anos atrás. A diferença entre as duas nascentes não é de molde a criar-lhes especializações distintas, antes o aproveitamento conjugado de ambas constitui, em muitos casos, ampliação valiosa dos meios terapêuticos. As águas são não só radioactivas, pelo radon, mas possuem sais radíferos de duração a bem dizer perene e por isso de efeitos permanentes. São bacteriológicamente puríssimas.

Juntamente com a análise, publicou a revista *Clinica, Higiene e Hidrologia*, um trabalho do Dr. Eduardo Costa utilizando os resultados obtidos nas investigações sobre a acção das águas. No folheto *A estância hidro-mineral de Melgaço*, publicado anónimo e sem data (do Prof. Mark Athias, edição de 1943), vem o mesmo trabalho desenvolvido e ampliado com observações até àquela data. Ao Congresso Colonial reunido no Porto em 1934, apresentou o Dr. Silvério Gomes da Costa uma comunicação sobre *As Águas de Melgaço no tratamento das doenças dos países quentes*.

Em 1944 as águas foram objecto de nova análise, de que se encarregou o Prof. Herculano de Carvalho. Nela se denunciam variações da alcalinidade respeitantes a ambas as nascentes para menos, em relação a 1933, embora em magnésia, sílica e anidrido carbónico se verifique enriquecimento. O facto encontrará explicação bastante, segundo o relatório, «nas variações periódicas a que estão sujeitas as nossas águas bicarbonatadas gaso-carbónicas». A comparação com as análises anteriores é significativa:

	1885	1907-9	1933	1944	
NASCENTE PRINCIPAL	Magnésia	42,0	41,3	43,6	54,8
	An. carb. total	2.768	2.950	3.051	3.118
	An. carb. livre	1.193	2.027	1.959	2.118
	Sílica	75,1	53,1	66,0	73,1

A Nascente Nova experimentou uma diminuição bastante menor de salinidade. Apresenta-se enriquecida em CO₂, Si O₂Q Mg. Fc. etc.

	1933	1944	
NOVA NASCENTE	An. carb. total	3.096	3.635
	An. carb. livre	1.934	2.426
	Sílica	59,4	83,3
	Magnésio	50,2	62,3
	Ferro	10,2	21,5

Estas variações não são de molde a alterar o tipo das águas

rentes. Em 1944 recebeu 134 aquistas novos, dos quais 110 diabéticos, muito menos da média do mau quadriênio anterior—166.

Para terminar, deve dizer-se que as águas de Melgaço firmaram uma antiga reputação no tratamento de muitos casos de dispepsia e de afecções hepáticas, renais e intestinais. Apesar de, fora do campo da diabetes, em que a contribuição científica dos serviços clínicos é relevante, regular o empirismo nas aplicações hidroterápicas, a autoridade que foi no nosso meio científico o Prof. Mark Athias não duvidou apresentar as seguintes conclusões a que chegara com meticulosa probidade: "As águas do Pêso, são, na verdade, excelentes agentes medicamentosos. Nenhunas se encontram entre nós que ofereçam a mesma composição química e possuam tão interessantes qualidades terapêuticas; nenhuma conhecemos que exerçam em mais alto grau uma acção nitidamente específica sobre o metabolismo hidrocarbonado e certas formas de hepatismo".⁽¹⁾

(1) Relatório médico do ano de 1941.

quentadores da estância: são os que mostram como a frequência, nos doze anos, se repartiu por idades. Em 3.148 doentes (de 43 desconhece-se a idade) temos:

Até 30 anos	226 (7 %)
Dos 30 aos 40.	331 (10,5 %)
Dos 40 aos 50.	714 (22,7 %)
Dos 50 aos 60.	995 (31,6 %)
Dos 60 aos 70.	684 (21,7 %)
Dos 70 aos 80.	184 (6 %)
De mais de 80.	14 (0,4 %)

É, pois, superior a 60 % (61,7 %), o número de clientes do Estabelecimento, maiores de 50 anos.

Seria muito curioso saber-se também a proveniência dos doentes, porque à estância têm vindo em número relativamente grande da África e do Brazil e igualmente seria instrutivo saber-se de que pontos de Portugal afluem. Esse apuramento não foi ainda levado a efeito.

Acusou a estatística durante bastantes anos diminuição de frequência. A média dos penúltimos 4 anos (1940-43), 518 aqúistas, é, efectivamente, baixa em relação a 1928, ano em que houve 737 inscrições. Alguns observadores fizeram vaticínios tristes e o caso não seria para menos, se fosse apenas Melgaço a sofrer dêsse mal. Se a crise não tivesse sido passageira e mais ou menos conhecidas as suas origens, seria caso de alarme para a grande maioria das estâncias portuguesas. Desde 1928, que foi já, excepcionalmente, um bom ano,⁽¹⁾ essa maioria experimentou uma baixa de frequência que não tem compensação no aumento vertiginoso, se assim lhe quizerem chamar, de três estâncias remoçadas. Mas já a situação se normaliza e de modo particularmente lisongeiro para Melgaço, onde, nos quatro anos últimos, a frequência voltou a aumentar, passando de 601 inscrições que foi em 1944, a 686 em 1945, 760 em 1946 e 775 em 1947. Isto prova que Melgaço não está em uma fase de involução. É uma estância feita, onde, pelas razões que julgamos ter demonstrado, o progresso quási se não sente. Mas se há estâncias envelhecidas, esta não é uma delas. E também não a incomodam muito as concor-

(1) Para Melgaço, embora muito melhor que o anterior e o seguinte, ficava já bem longe de 1922, em que se fizeram 875 inscrições. (Nêsse ano Vidago teve apenas 802).

DUAS PALAVRAS

Muito antes de se iniciar a impressão desta monografia faleceu na Guiné—onde desde pouco se encontrava ocupado em trabalhos de especialidade—o seu autor.

Foi o dr. Edmundo Correia Lopes um homem de raras curiosidades e de vastas e variadas predileções intelectuais.

Pianista distinto, homem de letras, professor competente, investigador histórico e arqueológico, etnógrafo ilustre, muito lhe ficaram devendo as letras e a cultura portuguesa.

Depois que deixou a Universidade de Coimbra onde foi discípulo estimado de Carolina Micaëlis, publicou «Cancioneirinho de Fozcôa» e em pouco partia para o Brasil que percorreu de norte a sul ensinando música, português e latim e estudando a história do Brasil e a etnografia do negro brasileiro.

No prefácio duma obra do maior interêsse que o dr. Correia Lopes veio a publicar em 1944, intitulada **BRASIL—terra e gente**, assim descreveu o dr. Nuno Simões êsse período da vida do escritor falecido:

«Chegado ao Rio, em 1927, ei-lo, em pouco a perorar sôbre etnografia musical portuguesa, ao mesmo tempo que dava os seus recitais de piano e que preparava os filhos dos pescadores portugueses para o curso de pilotos. Esta complexa actividade, cedo, passa do Distrito Federal para o Estado do Rio e amplia-se, depois, aos Estados de S. Paulo e Minas Gerais. Dois anos mais tarde, fixa-se Correia Lopes em Vitória, no Espírito Santo, dirigindo uma escola e um jornal e prossequindo nos seus recitais que se multiplicam pelos municípios do Estado e dos Estados próximos.

Em 1931, aparece êle na Baía, ensinando piano e latim.

De S. Salvador irradia primeiro para Sergipe, Alagoas e Pernambuco e mais tarde para o Pará, Amazonas e Ceará, onde se faz ouvir como pianista e por onde vai matando as suas curiosidades de etnógrafo.

Mas é depois de 1934 e até 1937 que além dos Estados percorridos, se dá a vagabundear de norte ao sul do Brasil, visitando pela primeira vez o Piauí, o Maranhão e o Rio Grande do Sul.

Os réditos do pianista sustentam o etnógrafo, seduzido pelos trabalhos de Artur Ramos e dos outros pesquisadores e sociólogos dos estudos afro-brasileiros.

As zonas açucareiras em que primeiro se fixou o negro e em que a sua influência mais se tem mantido, são também as que conservam mais vivas e mais amplas as tradições africanas.

ÍNDICE DOS CAPÍTULOS

CAPÍTULO I — A REGIÃO —

Pontos essenciais das monografias de estâncias de águas.—Arqueologia.—Monumentos, tradições e paisagem.—Produção e expansão.—Diálogo poético na fronteira de duas províncias. . Pg. 9

CAPÍTULO II — ITINERÁRIOS —

A viagem.—Em Monção.—O Pêso.—A igreja de Paderne.—A vila de Melgaço.—S. Gregório.—Turismo fácil na Galiza.—Para Castro Laboreiro.—Curiosidades castrejas.—Cubalhão.—A Peneda.—Mais além Pg. 31

HISTÓRIA DA ESTÂNCIA

CAPÍTULO I — AS ÁGUAS —

Descoberta.—Curas milagrosas.—O registo.—Os proprietários dos terrenos.—Semente de disputas.—Uma sociedade para obter a concessão.—Pleito e acôrdo.—A primeira empresa concessionária.—Um aquista que ficou.—Hotéis.—Diversões e caridade.—A Empresa perante novos pesquisadores.—Captagem e análise das águas.—Relutórios e contas.—A Empresa quiere expandir-se. Pg. 51

CAPÍTULO II — DUAS NASCENTES —

Nos tribunais.—Três empresas.—Duas nascentes.—Política do P. R. P. no distrito de Viana.—Um projecto grandioso.—A fase final da luta.—Uma operação bancária.—Período de transição. Pg. 83

A ACTUAL EMPRESA

O objectivo da exportação de águas.—Características de um novo período.—A direcção clínica e sua acção.—Vida social.—Melhoramentos.—Análises.—Conclusões tiradas do arquivo clínico. . Pg. 112

DUAS PALAVRAS Pg. 127

O etnógrafo e o músico procuraram, então, principalmente um Brasil que só brasileiros, com sentido verdadeiramente humano e consciência científica, podiam querer e armar: o das origens escravas.

Visitou terreiros e candomblés, andou pelos antros da feitiçaria, frequentou as cerimónias e as festas dos negros, ouviu, registou e interpretou-lhes as músicas bárbaras e foi amigo de «mães de santo», de cuja influência se serviu para a sua recolha de achegas etnográficas. Também, dos núcleos do interior do Brasil que visitou, a sua curiosidade o levou a espreitar a vida das populações mais afastadas. Surpreendeu caboclos nas suas fainas de lavoura e pesca e viu os índios, no Rio Doce e nas florestas do sul da Baía. Afrontou, para os conhecer, o gosto e os preconceitos dos matutos.

Viu, assim, e contactou com muito do Brasil que os romancistas e os etnólogos,—depois dos exploradores, da estirpe e da escola de Rondon,—andam revelando.»

Regressando do Brasil, Correia Lopes teve de viver, aqui, a vida difícil do trabalhador intelectual. Escreveu em jornais e revistas, fez traduções, colaborou em publicações várias, deu lições, calcurriou as regiões menos conhecidas do país recolhendo valiosos elementos etnográficos, muitos deles já divulgados e outros ainda inéditos e escreveu vários livros. Como a Africa o seduzisse foi-lhe incumbido um estudo sobre os indigenas da Guiné. No esforço para o realizar o surpreendeu a morte.

Perdeu o país nêle um homem que nem por simples, modesto e um pouco excêntrico de temperamento, deixou de afirmar ser alguém em todos os sectores intelectuais em que applicou as faculdades e méritos.

A monografia sôbre Melgaço que aí fica e muitos elementos já reunidos para as de Vidago e Pedras Salgadas, são prova fulgurante disso.

Deixando, aqui, estas palavras de justa e merecida homenagem à memória do saúdoso escritor, «Vidago, Melgaço & Pedras Salgadas» fá-lo com o respeitoso aprêço que o trabalho dêle sempre lhe mereceu e com reconhecimento que justifica o esforço por êle realizado para, em colaboração com êla, se escrever a história de três das mais reputadas Estâncias de Águas Medicinais do nosso País.

1949.

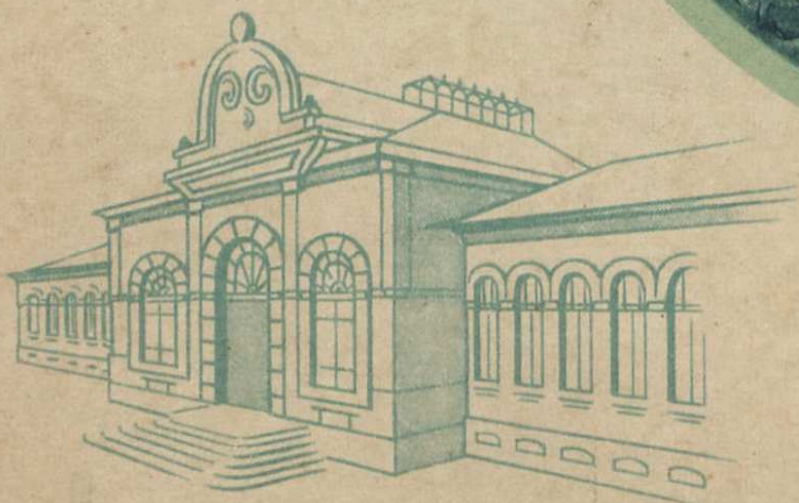
Vidago, Melgaço & Pedras Salgadas.



EDMUNDO CORREIA LOPES

MELGAÇO

ESTÂNCIA
TERMAL



EDIÇÃO
DA
VIDAGO, MELGAÇO &
PEDRAS SALGADAS
PORTO

MELGAÇO

ESTÂNCIA TERMAL

EDMUNDO CORREIA LOPES

MELGAÇO

ESTÂNCIA TERMAL



EDIÇÃO
DA
Vidago, Melgaço & Pedras Salgadas
PORTO
1949

Bolhão - Porto

CRÊ a *Vidago, Melgaço & Pedras Salgadas* valorizar de um modo especial as suas Estâncias dedicando, a cada uma, um livro no género do que hoje se publica e é o primeiro concluído em razoável conformidade com êsse intento. Tendo de ser diferente a matéria de cada livro—as deficiências da documentação (o que, por um lado, é ainda melhor que a plethora) encontram-se bastantemente compensadas pela vária índole das Estâncias que marca, pelo menos com carácter transitório, um nível social diferente a cada uma: em Vidago ou Pedras, consoante as épocas, há reis e ministros, política geral, elegâncias e etiquetas de alta roda—a êste livro de Melgaço competia o primeiro lugar, porque o direito do solo e das águas, os problemas e cogitações da hidrologia são aqui matéria vasta e fundamental prodigalizada por uma documentação copiosa até à saturação, até ao enfado, mas que ninguém, com a mão na massa, teria a coragem de deixar jazer inaproveitada e inerte nas pastas da Repartição de Minas e no amontoado das secretarias judiciais.

Não vão estas monografias apenas como emissários simpáticos oferecer-se para colaborar no bem-estar material e espiritual dos frequentadores das Estâncias e cumprir como cicerones possuidores de rudimentos de hidrologia, conhecimentos bastante sólidos de história local e entusiasmo sempre espontâneo perante os atractivos da região. A maneira porque se apresentam, seria considerada indiscrição num emissário e notada de affectação num cicerone. Releve-se-lhes a vaidade, se o fôr, de se julgarem portadores de mais elevada mensagem.

A Empresa não pode considerar de utilidade restrita um trabalho de que resulta a caracterização das suas Estâncias por elementos tradicionais e regionais do mais alto valor. O beneplácito dos hidrologistas, pouco propensos até hoje a admitir que o valor terapêutico de uma estância

idêntica às de Vidago, Sálus e Pedras Salgadas, não se pode falar de competição entre Estâncias da mesma Emprêsa e menos admitir que seja a Emprêsa a desejá-la e promovê-la como absurdamente congeminou um bairrista folgasão.

A nossa primeira Estância, embora deva o melhor do seu actual progresso ⁽¹⁾ aos melhoramentos na devida oportunidade introduzidos pela Emprêsa e à discreta propaganda que os tem acompanhado, goza, como as trasmontanas, de independência garantida pela corrente de muitos decénios—curas e simpatias, relações e saudades—mais que pela experiência clínica intensificada nos últimos anos. Mantenha-se embora pendente de estudos em curso o desquite entre águas que se assemelham, ou vejam os aquistas em breve suplantadas as suas preferências pela mais rigorosa das classificações, progredir é a lei das Estâncias que o são por natureza hidrológica, geográfica e social. Do mesmo modo que quem, por exemplo, tiver interêsses ligados a Melgaço, não pode deixar de desejar que tôdas as Estâncias indicadas para diabéticos, sem distinção de região ou de emprêsa, venham a desempenhar o relevante papel que lhes parece destinado no combate a um mal que cresce, arrolando provavelmente já nada menos de 8.000 portugueses continentais, ⁽²⁾ a Sociedade *Vidago, Melgaço*

(1) Não é pelo número de inscrições mas pelo rendimento, consequente dos melhoramentos dos serviços clínicos e outros, que se pode fazer ideia do progresso de Melgaço. O imposto proporcional que não passava em 1935 de 2.700\$00, era já de 3.860\$00 em 1939 e atingiu 4.900\$00 em 1945.

(2) Vejam-se os resultados do trabalho ainda não publicado do Dr. J. Alberto de Faria, sobre o censo dos diabéticos em Portugal (1930-40) em *Diabêtes sacarina*, cit. pág. 498-99.

resida unicamente na sua botica, de há muito consagrou como método de sugestão e propaganda a tendência para vêr específicos em quantos elementos entram na composição do ambiente físico e do espiritual.

São modestos como a Verdade, mas como só ela fecundos, os resultados dêste método alheio e mesmo contrário a competições, vantagem que vem a pêlo demonstrar nêste prefácio, respondendo a uma ficção que a Emprêsa não inventaria pelo prazer de a aniquilar. A Melgaço concorre a maioria dos diabéticos aquistas de Portugal—1.409 primeiras inscrições em um período de 11 anos (1929-40).

Mas também na Estância de Sálus-Vidago, da Emprêsa, se tem verificado «melhoria do estado diabético com baixa ou desaparecimento da glicosúria e baixa e encurtamento da curva glicémica provocada» e, em geral, «as nossas águas bicarbonatadas, similares às de Vichy (...) frequentado quási obrigatóriamente por diabéticos franceses e de todo o mundo» podem «em tôdas as modalidades da diabétes, exceptuados os estados muito graves, ser altamente benéficas».⁽¹⁾ A pezar disso, andando a frequência das Pedras Salgadas à roda de 2.000 aquistas, na fonte de *Pedras Salgadas*, que tem sôbre a diabétes acção em tudo semelhante à *Nascente Principal* de Melgaço, apenas se verificaram na última temporada 36 inscrições, por certo nem tôdas de diabéticos. Dá-se relêvo ao facto para mostrar que, tirando Melgaço o restante das suas primeiras inscrições—1.282 no período de 11 anos referido—de indicações de natureza

(1) Bruno da Costa, *Diabétes sacarina* (Coimbra, 1945), pág. 486. A respeito das observações de Vidago-Sálus, ver-se-ão o *Arquivos Clínicos das Estâncias de Vidago e de Sálus, sob a direcção do Prof. Dr. Maximino Correia e do Prof. Dr. Bruno da Costa*, em publicação.

CAPÍTULO I

A REGIÃO

PONTOS ESSENCIAIS DAS MONOGRAFIAS DE ESTÂNCIAS
DE ÁGUAS—ARQUEOLOGIA—MONUMENTOS, TRADIÇÕES
E PAISAGEM—PRODUÇÃO E EXPANSÃO—DIÁLOGO
POÉTICO NA FRONTEIRA DE DUAS PROVÍNCIAS



A monografia de uma Estância de águas deve ser topográfica, arqueológica, histórica e discretamente clínica. Deve ser topográfica para poupar quem não conheça bem o local e os meios de transporte, à maçada de perguntar e aos inconvenientes que resultam, por vezes, quer em viagem para lá quer lá mesmo, de se não poder dar um passo sem primeiro o dar a saber. No topográfico incluímos, com razão e até para encurtar razões, uma grande variedade de aspectos de informação tão agradável como útil, e tanto para viajar em corpo como em espírito. Quando dizemos que a estrada é ladeada de pinheiros, que domina extenso vale, que é exposta ao vento norte, ministramos noções complexas de uma ciência complexa que chamamos geografia. A topografia assente na geografia e esta, por sua vez, na geologia.

& Pedras Salgadas julgaria absurdo pautar por ideias mesquinhas a sua acção de concessionária.

O trabalho que ora se começa a publicar, é, dentro de uma finalidade cultural irrestrita, acto de fé. Pretendeu-se salvaguardar o património histórico e sentimental das Estâncias da Emprêsa. Há mais de meio século elas se encontram integradas na vida do país como pontos de contacto entre o escol nacional na política, na elegância, na cultura e duas províncias dignas da maior atenção dos portugueses. Manuseando os arquivos dessa convivência tão larga e tão íntima, a Emprêsa pensou tirar dêles elementos que talvez possam germinar em boas intenções patrióticas e regionalistas, crendo que êsses centros de elegância e de saúde encerram largas possibilidades de desenvolvimento a bem da Região e do País.

Uma das razões para nós de esperança no milagre das boas vontades foi a grande compreensão e a gentileza com que nos informaram tôdas as pessoas da região a quem nos dirigimos, tendo encontrado em cada uma pretextos para uma dívida de reconhecimento. Pelos favores recebidos em benefício desta monografia, queremos em primeiro lugar prestar a homenagem da nossa gratidão à memória do notável homem de ciência Prof. Dr. Mark Athias, amigo da Estância de Melgaço e durante bastantes anos dela director clínico.

C. L.

só as águas quentes (caldas) mereciam atenção. Verifica-se que nem de Vidago nem de Pedras Salgadas nem de outras fontes frias (incluindo as de que especialmente nos ocupamos neste livro) é possível encontrar notícias de aproveitamento corroborado pela medicina senão em época recente. Os romanos aqueciam águas nos seus balneários, mas, se no território que hoje constitue Portugal as suas pesquisas de águas hipotermiais são quasi nulas, com maior razão seriam nulas na parte montanhosa desse território, onde existem águas bicarbonatadas, como Vidago e Pedras Salgadas⁽¹⁾.

Talvez o carácter de águas sulfúricas das do Penso as tivesse mais facilmente denunciado. O certo é que no inquérito a que se procedeu em 1758, não propositadamente para reconhecer fontes de águas medicinais, mas principalmente os efeitos do terremoto de 1755, o abade de Penso depõe de inequívoca maneira sobre a Fonte Santa da sua freguesia — «com virtudes para queixas de fígado e outras que procedem de humores quentes». E acrescenta: «É muito fresca, cheira a enxôfre, amarelece a prata. No rêgo por onde corre brota erva da côr do enxôfre. Tem ido ali muita gente a banhos e recupera a saúde». Recuperavam a saúde os hepáticos com estas águas, porque não tinham descoberto outras melhores, como são as bicarbonatadas sódicas do Pêso, que só um século depois se viriam a descobrir.

Como prelúdio à história destas águas, poderíamos falar de outra Fonte Santa, embora distante, no concelho de Arcos de Val-de-Vez, lugar de Padreiro e margens do Lima, de águas também sulfúreas, mas de maior virtude, ao que parece. Também corre que junto do mosteiro de Fiães, a 7 km. de Melgaço, em região montanhosa, a autoridade teve de acabar com os banhos públicos em uma piscina de águas que ali brotam, provavelmente férreas; ou era a grande

(1) Há, porém, no Concelho de Chaves, outras águas populares, junto do Rio Mente, que talvez tenham uma tradição remota. É outra região onde a abundância de fontes medicinais se impõe à atenção do vulgo, espalhando por dilatados confins vagas ideias de orenoterapia.

Aos enfermos, o que mais importa é o acesso ao templo onde brotam as águas salutíferas e, uma vez em contacto com o espírito criador de Higeia, bem pode ser que tenham a atenção solicitada para os caminhos subterrâneos que conduzem ao santuário e laboratório da deusa. Nesses caminhos a imaginação precisa de ser guiada pelos geólogos. Por isso, é natural que uma monografia de Estância de águas comece ou venha, a certa altura, a espraia-se numa dissertação geológica. Temos, porém, o prazer de anunciar ao leitor—o que pensamos lhe não desagradará—que tal dissertação não teria cabimento a propósito das águas do Pêso, vulgarmente chamadas de Melgaço, porque nem elas nem as outras que brotam na região, estão ligadas a um acidente geológico de importância, como é o caso, por exemplo, das águas de Vidago e Pedras, nascidas, com outras de natureza alcalina, ao longo de uma extensa facha que vem da Galiza e se prolonga pelo vale do Corgo. Não faltarão questões e questiúnculas a examinar a propósito das águas do Pêso, mas pouco entra nelas a geologia. Trata-se aqui de casos isolados produzindo águas bastante diferentes. A quasi meio caminho entre Monção e o Pêso, encontram-se as carbonatadas de Valadares⁽¹⁾; no caminho de Valença, as sulfatadas de S. Pedro da Torre; e ainda, no de Paredes de Coura, as águas radioactivas de Grichões. Na margem galega, há as águas cloretadas-sulfatadas de Caldelas de Tui. O povo tem também as suas águas, a que recorre levado por uma tradição antiquíssima. Na freguesia do Penso, limitrofe da de Paderne, a que pertence o Pêso, perto da margem do Rio Minho, há uma chamada Fonte Santa, de águas sulfúreas frias, ligada à tradição do banho santo, celebrado com danças e cantares das moçoilas que nela fazem as suas abluções pela madrugada de S. João. É a esta tradição remotíssima que se deve o aproveitamento hidroterápico das águas frias do Penso já durante o século XVIII, facto bastante raro, pois até essa época quasi

(1) Desta nascente obtiveram concessão, por alvará de 21 de Outubro de 1902, D. Maria do Carmo da Gama Araujo Azevedo e João Pires Teixeira. Consignamos o facto, porque Pires Teixeira foi também sócio e gerente das águas do Pêso.

chegamos tarde para pernoitar, com bastante necessidade de restaurar as fôrças, mas em tôda a santa noite não nos foi dado pregar ôlho por causa de uma conversa de que nos não podia defender o tabique que separava o quarto de dormir da sala da taberna. Quiséramos já, se o guia estivera de acôrdo, aproveitar o pleno luar da noite estival, que os relâmpagos de trovoadas longínquas tornavam mais excitante, para cavalgar até Ponte da Barca, descendo à estrada por um atalho famoso, numa audácia que hoje nos faria falta se pretendessemos rever *in loco* os arrojados itinerários que havemos de apresentar ao leitor. Afinal, o assunto dessa loquacidade nocturna de kraal africano eram os tesouros escondidos na fonte do Chorão, no penedo do Crasto e em outros pontos assinalados no popularíssimo roteiro da magia. Contudo, é bem raro que a cubiça dos rústicos se atreva, para arrelia dos arqueólogos, a mais que arrancar das ruínas alguns pobres materiais de construção. Os raros intentos devem ter sido muito mal sucedidos. Com efeito, é preciso saber onde se deve cavar e fazê-lo com método. Esta caça aos tesouros arqueológicos já, uma vez pelo menos, foi, em Espanha monopólio concedido pelo rei a quem por certo não sabia, como o não sabia o rei também, o vandalismo que ia praticar. As *antas*, espécie de monumentos que abunda na Serra do Soajo⁽¹⁾, foram, naturalmente, o alvo bem determinado dessa cubiça, que bem pode não ter sido ludibriada. Ainda não há muito foi apreendido a caminho da fronteira portuguesa, creio que devido ao zêlo do magistrado e ilustre arqueólogo galego

(1) Félix Alves Pereira, *Um passeio arqueológico no concelho dos Arcos de Val-de-Vez* (Separata do vol. VII de «O Archeologo Português»). Imp. Nac. 1903. Quem empreender o fácil trajecto do Mesio (trôço construído dos Arcos na estrada que deve ligar esta vila a Melgaço) a Bouças-Donas, terá ensejo não só de se informar de *antas*, mas de encontrar umas construções abandonadas, os *cortelhos*, que embora presumivelmente de época histórica, constituem um problema dos mais curiosos. V. Jorge Dias, *As casarotas na serra da Amarela* (construções megalíticas com uma inscrição). Porto, 1946 (Sep. de trabalhos de Antropologia e Etnologia, vol. XI) — sobretudo a grav. superior da est. III, que mais se assemelha aos cortelhos de Bouças-Donas; e também F. Alves Pereira, ob. cit., pág. 19. Do Mesio pode visitar com facilidade o *santuário pré-histórico* do Gião (V. Joaquim Fontes, in «Revista de Arqueologia», I—1932—págs. 75 ss e 235 ss e *Homenagem a Martins Sarmiento*—Guimarães, 1933—págs. 120-21, sôbre as figuras rupestres ali existentes).

afluência de banhistas que dava lugar a graves tumultos ou a piscina era como o tanque das Ovelhas, em Jerusalém, que cada um queria ser o primeiro a nele entrar. A vila de Monção tem excelentes caldas sulfúreas sódicas, muito frequentadas. São usadas sómente desde o comêço do século XVIII e antes de fins do anterior não seriam inteiramente desconhecidas. No comêço do século XVII concorriam os enfermos a umas caldas na Galiza, entre o mosteiro de Melón e a margem do Minho, a montante do ponto em que êste rio deixa de ser internacional. O cronista bispo de Tui, Prudêncio de Sandoval, identificou essas caldas com as águas Celenas dos romanos. O nosso erudito do século XVI Gaspar Barreiros localizou as Águas Leas dos mesmos romanos entre Monção e Valadares. Com a vaga probabilidade de uma identificação desta ordem aliada à tradição do banho santo do Penso, não é preciso ser demasiado crédulo para fazer remontar a hidroterapia nesta região a época anterior ao cristianismo. Por êsse motivo, aqui como alhures, quem toca em assuntos de águas medicinais, fàcilmente é levado a meter-se pela arqueologia.

Nas províncias do norte do país abundam pelas encostas, em profusão comparável à dos actuais lugarejos, vestígios dos povoados estratégicos que o dominador romano encontrou e ocupou e sôbre cujas ruínas abandonadas dois milénios teceram uma teia uniforme de lendas. Nessas ruínas que não perderam a designação do que foram outrora, *castra* romanos — monte de Crasto, lugar do Crasto chama o povo a tais sítios, que a sua imaginação nunca deixa de povoar de moiras encantadas —, os arqueólogos procuram moedas, cacos, pedras e outros objectos que vão enriquecer os museus e alimentam a fé dos aldeões na existência de tesouros ocultos de que talvez um dia pudessem, guiados pelas indicações do livro mágico de *S. Cipriano*, vir a assenhorear-se. Pelo menos, ainda há um quarto de século essa fantasia ocupava persistentemente o espírito do minhoto, como pudemos verificar. Andávamos então pelo Alto Minho, disfarçando em curiosidade arqueológica a ânsia juvenil do espaço e liberdade. Tinhamo-nos perdido a caminho da vila de Soajo, onde

esses *crastos*, onde as mais das vezes já nada à vista indica o *campus ubi*, alguma velha ponte que aos romanos se atribue, e algumas lendas de origem tão remota como êsses vestígios. Monumentos de significado artístico e tradições de precisão histórica são outros elementos de prestígio dêstes lugares tão belos.

O Alto Minho, embora lhe não falte de que se ufanar, no românico das suas igrejas rurais, no renascentismo de algumas



IGREJA DE NOSSA SENHORA DA ORADA (*antes de restaurada*)

construções em Viana e nas vilas mais nobres, na arquitectura civil dos seus muito numerosos solares e na militar dos seus velhos castelos e muralhas, só não apresenta monumentos de rara suntuosidade ou que, por originalidade de estilo e circunstâncias de época, adquiriram um relêvo especial.

Mas os apaixonados de monumentos têm uma grande vantagem

Bouza-Brey, um importante contrabando de oiro apanhado em jazidas ante-históricas. Mas o prejuizo da ciência seria sempre maior que o lucro dos predadores.

Com esta divagação arqueológica não tomamos a peito catequizar os aqúistas e turistas que encontrarão, uns na assiduidade dos cuidados a que o tratamento os obriga, e outros na vastidão ambiciosa dos seus programas de viagem, razões bastantes para se abster dos pacientes trabalhos de pá e picareta. Se alguém se instalar na região para se entregar a tal despôrto, deve saber muito mais do que lhe podemos indicar. Estas indicações não visam sequer a pôr a questão, que se costuma pôr em tôdas as monografias de águas: de os romanos delas terem bebido. Basta que o leitor, ao encontrar um monte da Cividade, contíguo ao Parque da Estância, se detenha um momento a pensar: «Ali foi Troia...»⁽¹⁾.

Devem aqui mencionar-se os achados feitos pelo arqueólogo e etnógrafo minhoto Abel Viana, em 1930, «à beira rio, algumas centenas de metros ao sul das nascentes minero-medicinais» do Pêso, de rudes, mas autênticos utensílios do homem do quartenário inferior, dos «primeiros caractéres fundidos para a História da Humanidade, testemunhos presenciais da existência do Homem primitivo», contribuindo para uma série de descobertas do mesmo género que justificam a afirmação de que «todo o Alto Minho é um venerando palimpsesto em que as gerações foram sucessivamente sobrepondo à escrita anterior a descrição de novas épocas»⁽²⁾.

Para nos ligar ao passado, a região não nos oferece apenas



Lamas de Mouro — Alegorias da aduela do arco e silhar românicos da fachada principal.

(1) J. Leite de Vasconcelos que, como diabético que era, frequentou o Pêso, estudou a Cividade.

(2) Abel Viana, *Estações paleolíticas do Alto Minho*. Separata de «Portucale», Vol. III, n.º 15—Porto, 1930.

de igrejas e capelas românicas em uma variedade ainda maior de paisagens⁽¹⁾.

Como em pleno campo, os aspectos monumentais contribuem para o delicioso pitoresco de algumas povoações a que mais adiante se fará referência; por agora, atendemos sobretudo ao ambiente e importa-nos determinar o valor emocional dos monumentos em relação a êle. Assim um compositor poderia suscitar os écos do Passado num clangorar de trompas, correspondendo-se entre a catedral-fortaleza, erguida no lugar de um antigo castro, e o castelo roqueiro, ninho de águias onde hoje como outrora só tem acesso os passos firmes dos homens intrépidos⁽²⁾. Esse motivo de trompas que sobresaltava os caminhos e as aldeias, e transtornava a pacatez das vilas amuralhadas, repercutindo-se a distância, morrendo na profundidade dos vales, seria o *leit motiv* melancólico do poema da terra raiana para quem bem interpretou no coração de seus filhos a alegria forçada deste rincão do Alto Minho⁽³⁾ e palmilhou a região com ânimo de surpreendê-la no mais agreste da sua formosura. Para quem se limitou a percorrê-la à margem do Minho, ou mesmo para quem dos píncaros mais altos a abrangeu num soberbo conjuncto, a impressão é de que a melancolia não habita esta terra tão pronta a acolher-nos com a alegria comunicativa de uma rapariga que inocentemente se diverte enquanto aguarda um casamento ideal. E, para ser perfeita a comparação, também ela espera um noivo ideal, que sabe por ela fará todas as loucuras, o príncipe Turismo...

(1) No volume do P.^o Manuel Aguiar Barreiros e do fotógrafo Marques Abreu, *Egrejas e capelas românicas da Ribeira Lima* (Porto, 1926), encontram-se divulgados e estudados os numerosos monumentos românicos dos quatro Concelhos de Ribeira Lima (Viana, Ponte do Lima, Ponte da Barca e Arcos), cêrca de duas dezenas, revelando na modéstia de templos rurais e capelas algumas particularidades bastante curiosas. Não é menos a de ainda existirem tantos, que o tempo respeitou como testemunhos da nobreza da terra e também da pobreza que não animava a substituir o antigo.

(2) A catedral-fortaleza à margem do Minho é Tui. Talvez o leitor se recorde de que nas invasões dos Normandos, a diocese foi várias vezes governada em pleno coração das montanhas do Alto Minho pelos seus bispos, refugiados no mosteiro de Labruge (Ponte do Lima). E da história conhece o inexpugnável castelo de Castro Laboreiro, onde esteve cercado D. Afonso Henriques.

(3) João Verde, *Ares da Raya*, Vigo, 1902.

a seu favor. Proporciona-lhes a Galiza, a trôco de uma pequena ampliação de itinerário, uma catedral de Tui, uma catedral de Orense, —dois monumentos onde quem não se afoite à clássica romagem de Santiago de Compostela para admirar o grande modelo do românico galécio-português, poderá encontrar já rasoavelmente compendiados três brilhantes séculos da architectura religiosa do nordeste da Península.

Na região galega, em qualquer direcção que tome, o viajante não se arrependará. Com respeito a monumentos são particularmente compensadores os altos ou pequenos desvios que fizer no caminho de Orense. Ribadávia, por exemplo, oferece-lhe em série quatro monumentos românicos góticos. Bem perto, a capela mozárabe de S. Miguel, no mosteiro de Celanova, representa uma esplêndida oportunidade para os que se comprazem em mergulhar na profundidade dos séculos e se sentem picados da curiosidade do raro; êstes serão capazes de ir um pouco mais longe, até Santa Comba de Bande, levados pela fama de outro exemplar pre-românico⁽¹⁾. Mas, ainda que a digressão não ultrapasse os limites de Portugal, quem não se contentará dos nossos monumentos minhotos, tão bem integrados na paisagem e nela valorizados, como a Senhora da Orada, tão íntima e tão simples, dominando, ao lado do seu cruzeiro, os esplendores do vale; como Paderne, igreja românica de duas épocas, junto de um outeiro ingrato que contrasta com o pitoresco do lugar e a delícia da paisagem; ou, já fóra do têrmo de Melgaço, em ambiente um tanto diverso, Longos Vales, próximo de Monção, uma das mais lindas ábsides românicas de Portugal, a espreitar entre a opulência das frondes; a jocunda ostentação do pórtico de Bravães, no percurso encantador da Barca a Ponte do Lima; a ingenuidade da cal, cobrindo com um manto de piedade e garridice o vulto do Passado para o destacar da rudeza da paisagem serrana, em Ermelo. Tal a quantidade

(1) Não em Bande, cabeça de partido, mas mais além um pouco adiante de Puerto Quintela. Cêrca estão as termas de Lobeira e ali existiu um balneário romano, donde os constructôres da igreja de Santa Comba aproveitaram as colunas de mármore que sustentam o arco da capela-mór.

campo clínico — vemos que ao nosso trabalho não vai faltando nada do que uma monografia de águas deve ter—, viemos preparando o leitor para uma dose reconfortante de história alto-minhota.

Essa história é dominada pelas lutas da independência. Ésse rio Minho, teatro da batalha em que os marinheiros galegos derrotaram os tripulantes das barcas de D. Teresa, seu filho o atravessou numa



CASTRO LABOREIRO — O Castelo do lado da Porta do Sapo

(Cliché de J. Fronteira)

arrancada que terminaria vitoriosa em Cerneja. Na «raiz do carrancudo Soajo», travou-se o recontro de Val-de-Vez. O cêrco de Melgaço pelas fôrças do Mestre de Aviz é um episódio a recordar do alto do castelo da vila, quando lá formos. Melgaço bateu-se também contra

Ora, enquanto o leitor se não decide — e pode ser que nunca se decida — a alternar a contemplação embevecida ante as belezas da estrada de Monção a S. Gregório — ribas verdejantes, semeadas de povoados brancos e coroadas de montanhas amigas; a meio, o rio, em curvas vádias, cantando e sacudindo as fraldas das ninfas nas pesqueiras — com outras mais ascéticas divagações, carecerá de uma dóse de melancolia que a região lhe podia oferecer e, que, por mínima, não será indiferente ao bem da alma e do corpo.

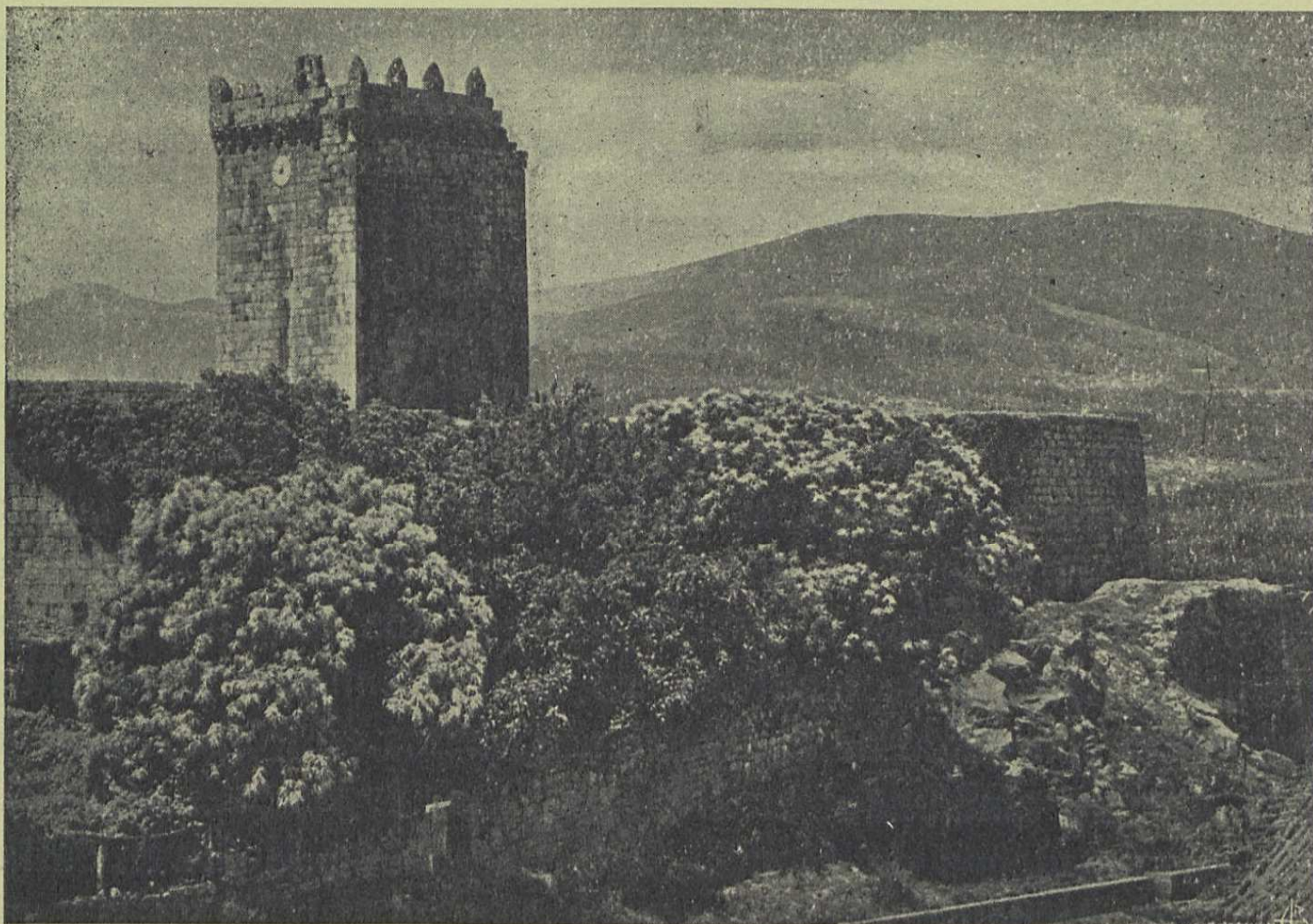
Uma nota discreta de melancolia, convidando à meditação nos intervalos das distrações ruidosas, é condição para uma boa convalescença ou um bom uso dos prazeres. O *allegro* e o *penseroso*: o grato poema de Milton devia ser o guia sentimental de todo o turista ou, se preferem outra explicação do turismo, como corolário da civilização vertiginosa no seu processo de arrebanhar os homens para os «campos de concentração» das cidades, encontrá-la-ão no facto de que o prisioneiro da vida cosmopolita não é, em geral, uma natureza habituada aos horizontes artificiais que essa vida lhe impõe. Entre os «males da civilização» avulta um desajustamento que se trata pedindo, de quando em vez, aos ambientes naturais as suas forças latentes.

Que êste remédio deva ser aplicado em dóses o mais possível integrais, compreende-se. Por isso, se o leitor se não sente disposto a subir às cumiadas donde se divisam esfumadas na distância as tristezas da paisagem, a perder-se na solidão dos montes ou a debruçar-se sôbre a profundidade das almas, a sua curiosidade deve ao menos ascender aos factos capitais da história da região como a miradouros que dominam a paisagem do Passado. Paisagem melancólica é essa na cinza dos longes, que correspondem às épocas mais recuadas; mas, descansando o olhar por mais perto, os accidentes vão tomando relêvo na extensão animada e colorida das épocas mais próximas. E às impressões de melancolia vão sucedendo as de euforia. É o Alto Minho histórico que se nos revela na plenitude triunfal dos seus motivos de orgulho e satisfação.

Assim, por uma extemporânea e nada modesta intromissão no

uma expedição infeliz para os ingleses, dizimados por uma terrível epidemia que poupava os nossos. Os que escaparam, levaram, ao menos, a gloriosa recordação dos bons vinhos da Galiza. "Forts vins trouvaient ils assez", diz Froissart.⁽¹⁾

Não destôa aqui um pouco de história dêesses vinhos, que autores galegos fazem entrar, talvez em certa violência, na nossa história



Castelo de Melgaço

nacional. Pretendem que os néctares do Rivero, quási rivais do Jerez, mais baratos apenas, nos princípios do século XVII, 7 reales em pipa, fossem os precursores em Inglaterra do nosso incomparável *Port-Wine*⁽²⁾. Que os ingleses os compraram até ao século XVII, não

(1) Apud Conde de Vila Franca, *D. João I e a aliança inglesa*. Neste livro encontra-se o relato pormenorizado da conferência da Ponte do Mouro, dos seus antecedentes e consequências. Também Júlio Dantas, como bom amigo da região, se ocupou do assunto em dominical de *O Comércio do Porto* de 25/VIII/1935.

(2) Pode nada ter uma coisa com a outra, mas é curioso recordar a emigração de galegos para o Douro, quando ali se desenvolveu a viticultura.

os franceses, e outras vezes mais o flagelo da guerra castigou os campos minhotos. Quando D. Fernando chamado à Galiza pelos partidários do vencido de Montiel, houve por bem retirar-se, à aproximação das hostes de Henrique de Trastâmara, o rei castelhano atravessou o Minho entre Tui e Salvaterra e começou a fazer "tal guerra qual homem com má vontade faz em terra de seus inimigos quando não acha quem lha embargue".

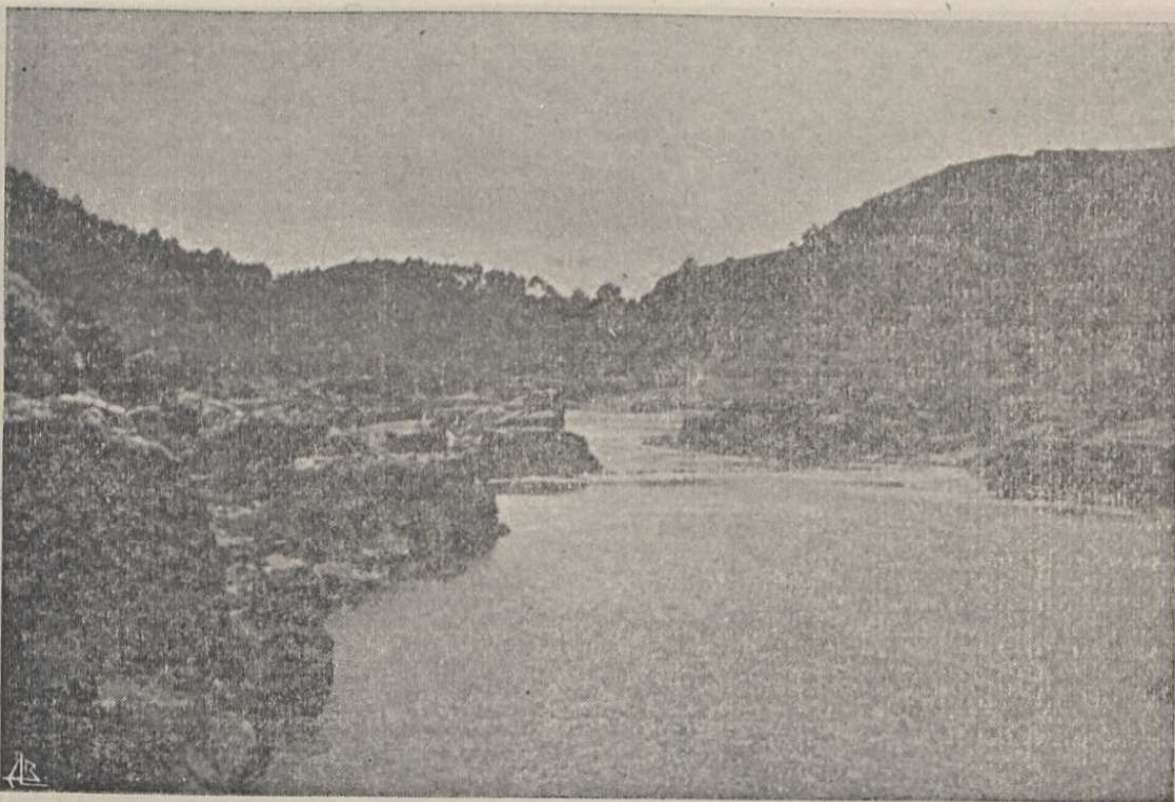
Mas deixemos estas evocações ingratas, impróprias da paz idílica de tão aprazíveis lugares — talvez isso mesmo pensassem os guerreiros que, postos frente a frente na serenidade das veigas do Vez, decidiram, em substituição de uma sanguinolenta batalha, realizar um floreado torneio. Passemos a recordações mais alegres.— Sobre o rio Minho, pairou, durante uma semana de galas e festins magníficos, a aliança inglesa. Na Ponte do Mouro, entre Monção e Melgaço, junto à foz dêsse rio — o Mouro, que voltaremos a encontrar nos nossos itinerários —, avistaram-se o duque de Lencastre, João de Gaunt e o nosso D. João I, em 1 de Novembro de 1386. Ali se pactuou, entre o pretendente inglês (por sua mulher, Constança filha do rei assassinado em Montiel) e o rei de Portugal, a conquista de Castela; ali se assentou no casamento que faria a filha Branca de Lencastre rainha de Portugal. Deixando as infantas no mosteiro de Celanova, João de Gaunt atravessou o rio defronte de Melgaço e veio com o mais luzido séquito que já por ali passou, ao encontro de D. João I, que, pelo caminho de Ponte da Barca, onde se lhe juntara Nun'Alvares, tinha chegado a Monção. Na Ponte do Mouro, em tendas de ramos de árvores, os ingleses ostentaram magnificências iguais às das mais luzidas côrtes daquele tempo. Mais abaixo, perto de Monção, abrigava-se D. João I em uma tenda riquíssima tomada ao rei de Castela em Aljubarrota.

Tudo magnífico. O casamento celebrou-se no Porto, onde João de Gaunt decidiu que a filha se apresentasse para acabar com as delongas do noivo, que não mostrava grande impaciencia. Após breve lua de mel, seguiu D. João I para a fronteira de Traz-os-Montes e as forças portuguesas e inglesas começaram a invasão de Castela. Foi

origem do Douro vinícola — é o mais que se pode dizer. Os vinhos antigos de Monção, de produção notável em qualidade e quantidade, ciosamente disputados no país entre os que podiam eximir-se à dura lei que criou as zurrapas para o vulgo, e exportados como vinhos de carregação para os países do Norte e para as Conquistas, tal qual os de Lamego, ficaram no mesmo que eram e de que os actuais se não afastam. No que o poeta minhoto João Verde chamou «o topázio das nossas parras» transluz todo o passado histórico. Mas até o presente e o futuro se não vêem mal através de um copo dêsse delicioso tinto que, obedecendo à ordem maravilhosa patenteada na obra do Criador, foi decerto criado para que não houvesse discórdância entre um guisado de lampreia do rio Minho e o vinho que a acompanhasse. Também o branco não faz menos digna companhia ao régio acepipe de uma posta de salmão.

A pesca é um aspecto da produção regional que não só dá matéria que não poderíamos aproveitar aqui, para muitas páginas, mas daria até, a um re-

quintado, para um livro feliz de memórias gastronómicas. A *gourmandise* nacional deve o salmão ao Rio Minho, o mais meridional dos rios que o saborosíssimo peixe frequenta na Europa. A lampreia, a truta e o não despiciendo sável



Margens do Rio Minho no Pêso

são os outros mimos da pesca fluvial. As épocas da matança não coincidem com as da temporada balnear, de modo a o aquista poder aproveitar grande coisa da safra do rio. Trutas pescam-se todo o ano, mas

oferece dúvida. Que a Espanha tivesse, em benefício do Jerez ou apenas por patriotismo báquico, proibido a exportação, é um pouco mais estranho, mas também não ousaremos negá-lo.

Foi justamente nos meados do século XVII que alguns historiadores desejosos de lisongear o Vinho do Porto com títulos de velha nobreza muito para além dos que se podem confirmar nas garrafeiras, lhe pretenderam fixar a origem, deduzindo-a do facto de residirem já por essa época negociantes ingleses em Viana. Era vinho o que exportavam para o seu país nos navios que pelas barras de Viana e do Porto descarregavam bacalhau, mas não era ainda o vinho da região duriense que eles próprios haviam de descobrir muito mais tarde para alargar extraordinariamente o seu negócio, inventando ao mesmo tempo um produto original que destronou o dos pequenos vinhedos do Alto Minho. A descoberta da aptidão vinícola da região do Douro foi uma benção para os netos daqueles mercadores britânicos, impedidos de continuar a negociar com os vinhos galegos. Foi também ela, e só ela, que impediu que passasse à história sem outro nome que o de farça ignóbil o tratado por que nos comprometíamos a arruinar a indústria de lanifícios, se a tivéssemos, a trôco de uma preferência concedida na Inglaterra aos vinhos de Portugal, isto em 1703, quando ainda não jorravam para as adegas da nossa aliada mais que os vinhos de Monção.⁽¹⁾ O tratado de Methwen daria o bom resultado de estimular a procura de nova e mais vasta região produtora. Mas, ao que parece, os ingleses foram a princípio bem infelizes na escolha do Douro. As exportações baixaram. Foi só quando inventaram o processo de adicionar ao mosto a aguardente para sustar a fermentação — e isso foi à roda da edificação da Factory House do Porto (1727) — que conseguiram para o «Porto» a reputação britânica e universal da mais nobre das bebidas.

A região de Lamego, de longa data escolhida, como privilegiada da natureza, para uma cultura mais cuidadosa, está certamente na

(1) Não só, bem entendido, das cercanias da Vila mas de toda a margem do rio até S. Gregório.

emprêgo dêste meio de neutralizar a acção destrutiva da pesca e a elevada mortalidade da espécie⁽¹⁾? O nível da produção não subiria de modo a compensar o esforço? Porque há-de ser estranho êste aspecto ao nosso serviço de povoamento dos rios?

A quem pertencer, que responda. Passemos agora a considerar a região como parte de um conjunto mais vasto de interêsses, de ideias, de aspirações que penetram pela margem do rio ou pelas portelas das montanhas. Não pode deixar de ser breve qualquer referência que façamos às actividades marítimas, mas a tôda a parte do Alto Minho chegam as mensagens do mar oferecendo as suas riquezas e o seu auxílio para pôr os homens em contacto com o mundo. Notável actividade de pesca e comércio, com as nações do norte logo nos primeiros séculos da nacionalidade, depois também com as Conquistas, engrandeceu os portos minhotos, insuflando vida às relações através da fronteira, atraindo os homens ao litoral para trocar produtos. Para o sul do país, saíam coiros, unto e sêbo. Talvez a criação de gado estivesse, relativamente, mais desenvolvida que hoje na região serrana, que ainda nos dá os famosos presuntos de Castro Laboreiro. Exportava-se também cordovão e calçado, provavelmente fabricado nos centros do litoral. Os comerciantes de Valença compravam sal em Aveiro para vender aos galegos que o vinham buscar, entrando a maior parte por Castro Laboreiro com os produtos rústicos da Galiza — mel, cêra, etc. — de que pagavam portagem em Cubalhão ou em Ponte do Mouro. Havia mercadores galegos estabelecidos em Valença. Caminha, a pretexto de que muitos navios não entravam na foz do Minho e não subiam o rio, quiz e foi-lhe concedido, em fins do século XIV, ter porto franco. Pelos portos do litoral era grande a exportação de pescarias para fóra do reino, com a correspondente importação de mercadorias estrangeiras. Viana tinha, no princípio do século XV, o melhor cais de Portugal.

(1) Joaquim da Silva Tavares, *O Salmão no Rio Minho* in *Actualidades biológicas*, vol. III. (Conferências realizadas no Instituto Rocha Cabral em Maio de 1930). Coimbra, 1931.

em mesquinha quantidade, um pouco aumentada em Novembro. A lampreia é, como todos sabem, o grande prato da Quaresma. A sua colheita não se prolonga muito além de sete semanas. Depois, só sêca—na forma em que por lá a conservam: manjar um pouco rude, mas o vinho branco é tão bom que vale a pena experimentar. O tempo do sável é de Fevereiro a Maio, mais abundante para o fim. Ao salmão lançam os pescadores, em Janeiro, as rêdes lampreeiras. Com impunidade e com êxito. A pesca legal principia em 15 de Fevereiro e prolonga-se até Junho, com probabilidade de, nesse último mês, se redarem um ou dois salmões magricelas em todo o percurso desde Cristóval a Canha. Para prova de fecundidade do rio, ficam, em suma, ao turista de verão, bogas e escalos que tentará pescar de cana, e a esperança de alguma truta. Mas é um prazer, então, passar horas na praia. Flutuam na corrente as rendas nevadas das cascatas, nos pontos onde o rio mete o peito aos paredões das pesqueiras, em cujas *bôcas* já se não armam os tremalhos. Dos riscos do inverno, quando é preciso lutar com o ímpeto da corrente firmando os passos nos poiais submersos, alcançando-os por meio de escadas de mão ou abordando-os de barco, ficou a lembrança a prestigiar a valentia do ribeirinho. Mas isto não é tudo. Há um grave problema que nem os pescadores nem os turistas hão-de resolver. Trata-se do salmão.

Segundo a teoria que estabelece para os indivíduos desta preciosa espécie uma naturalidade, isto é, a teoria que afirma que o salmão volta para a desova aos mesmos lugares do rio onde nasceu, o Estado tem indeclináveis e impreteríveis obrigações para com os salmões portugueses, ou nós e os espanhóis, embora da margem de lá seja menos abundante a pesca, para com os salmões do Rio Minho. A teoria não é infalível, mas o bom senso aconselha a proceder de acôrdo com ela. Conseguir a fecundação artificial dos ovos dos salmões pescados—para colocar as larvas nos próprios lugares que o peixe escolhe para a desova, é relativamente fácil. Mesmo na hipótese de o nosso esfôrço pelo repovoamento do rio ir beneficiar indistintamente a estranhos, seria, porventura, menos aconselhável o

ceptíveis na fisionomia da província os prós e os contras da emigração, que a musa de João Verde celebrou como «mal da terra».

É para sentir que algum *pecado original* expulse o Adão minhoto do seu Éden, mas nem tanto exagerar o «luto das herdades» nem menoscabar as boas obras em que pode frutificar a «flor oval de um *brasileiro*» (tanto mais que o Brasil já não é, mesmo para o comum, a terra onde só se discutem divisas cambiais) ou a escanifrada flor de um *americano*. Em todo o caso, compreende-se que a imaginação de um poeta se renda de preferência ao prestígio de outras relações.

Vendo-os assim tão pertinho,
A Galiza mai-lo Minho

— diz o poeta de *Ares da Raya* e fê-lo a Câmara de Monção escrever nos azulejos do mirante da Praça, que olha a Galiza —

são como dois namorados
que o rio traz separados
quási desde o nascimento;
deixá-los, pois, namorar,
já que os pais para casar
lhes não dão consentimento.

Por sôbre as águas confidentes, os poetas, intérpretes do sentir de uma mesma raça, dialogam, cantando sempre de amor. De lá, a voz da *velida* (*jogral Martim Códaz*):

Eno sagrado en Vigo
baylava corpo velido:
amor ey!

E outra voz de cá responde:

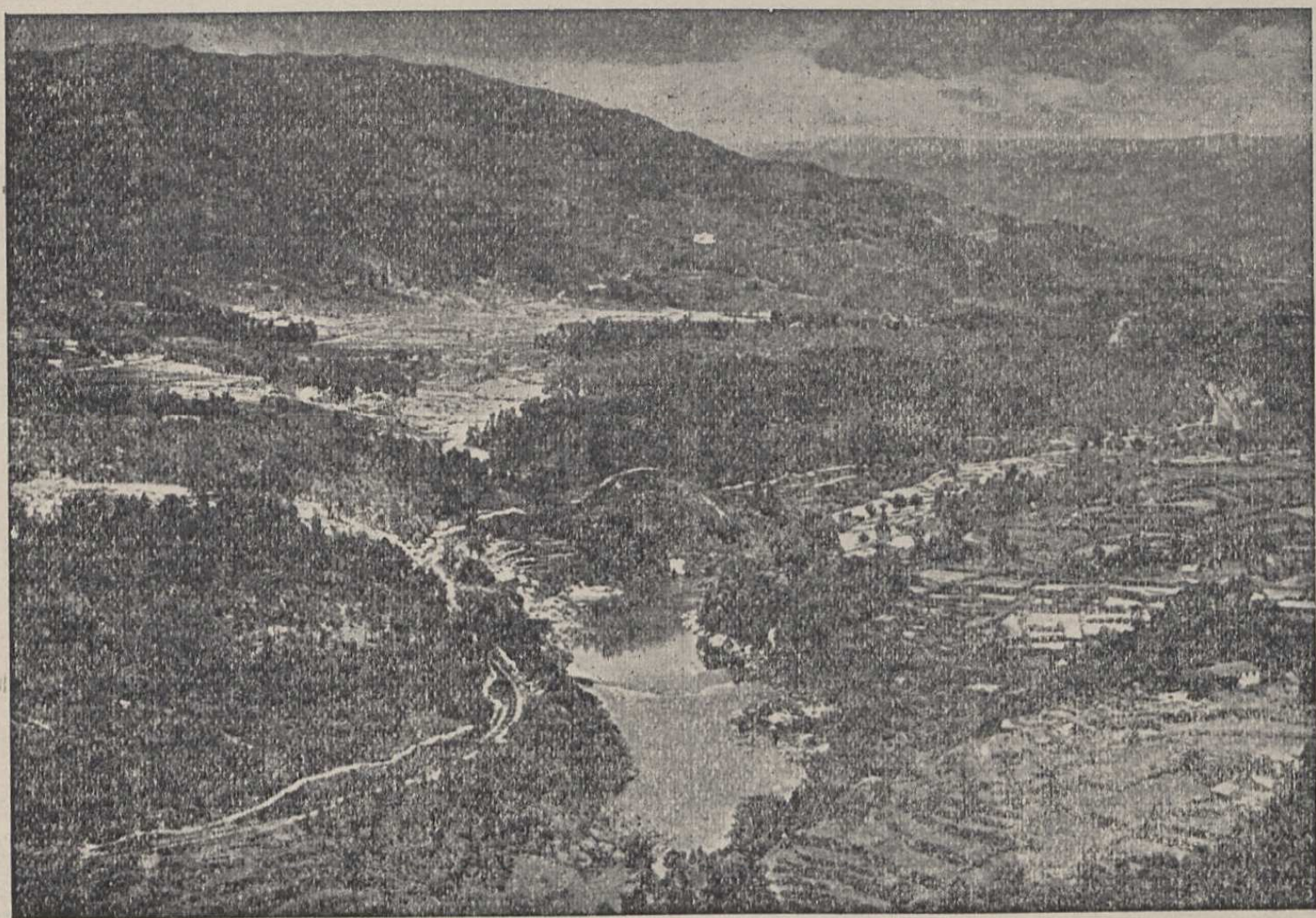
E por aquest'and'eu leda
gram dereyt'ei d'andar leda
e andando migo ledas

(*trovador português João de Avoim*)

Na voz do mar, chegãem também canções de amor:

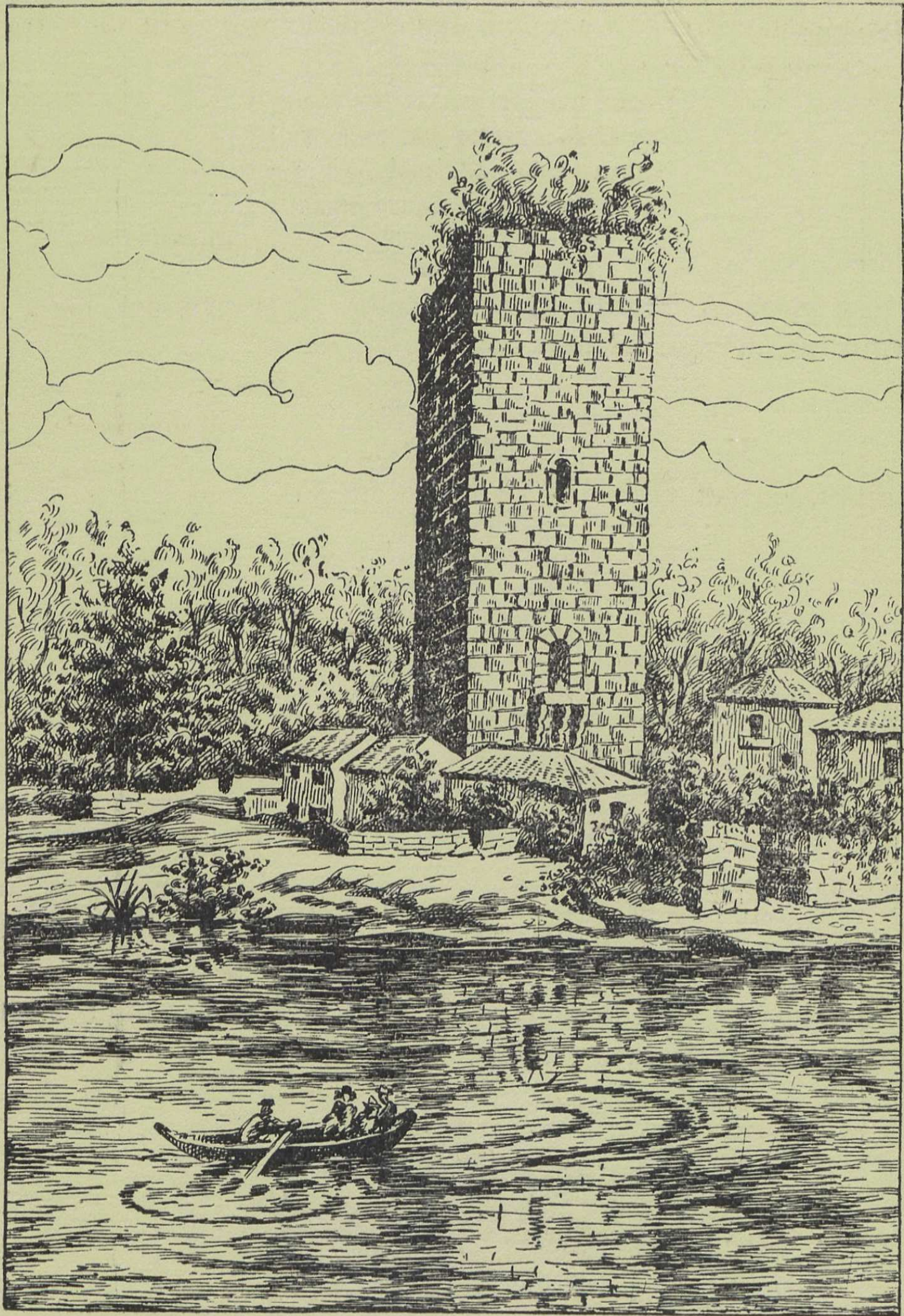
Sôbre mar vem quem frores damor tem

Ponte do Lima armava também para a pesca e para o comércio navios grandes que, desde o século XV, o obstáculo criado pelo assoreamento à subida do rio, obrigou a substituir por caravelas de menor calado. Com o século XVII consuma-se a decadência dos portos que não poderão reassumir o antigo papel. Em todo o caso, Viana manterá as viagens de longo curso, sobretudo para o Brasil. O clarão das luzes do século XVIII ainda desperta os limarenses para a emulação do progresso. As necessidades locais, sobretudo as do porto de Viana, suscitam na roda letrada de Ponte do Lima a



Margens do Rio Minho, vistas da estrada

ideia de fundar uma «academia» de estudos económicos, de que é alma o ilustrado Conde da Barca, Antonio de Araujo de Azevedo. Com a extinção da navegação à vela, as próprias relações com o Brasil vieram a parar em uma emigração absorvente, não só para o Brasil, mas para toda a parte donde a notícia da falta de braços chega como um apêlo aos deserdados do rincão minhoto. São bem per-



A Torre de Lapeia

—diz o pontevedrense Charinho, almirante do mar; a quem o amor dá coragem para vencer as ondas:

Coita damor me faz escaecer
a gram coita do mar...

Que o amor vence a própria morte, di-lo um português:

mais cuidei
que nunca vos veria des i,
se morresse—e por esto nom morri

(Roy Queimado)

Bendita terra indivisa, berço da nossa poesia!

—nostalgia doirada
da Galiza...

(João Verde)

Bendito rincão minhoto, berço da nossa nação!

—Solo de enlêvos! A videira abraça
Com terna graça o castanheiro em flor...

(Sebastião Pereira da Cunha)

Romarias—amor e fé. Não será tôda a vida do nosso povo?

Nom vou eu a Sam Clemenço
orar e faço gram razom,
ca el nom me tolhe a coyta
que trago no meu coraçom
nem m'aduz o meu amigo;
pero lho rogo e lho digo

Crença ingénua, a do minhoto, em

um Deus amarável que até mesmo
leva rindo e cantando às romarias

(Antonio Feijó)

CAPÍTULO II

ITINERÁRIOS

A VIAGEM — EM MONÇÃO — O PÊSO — A IGREJA DE PADERNE
— A VILA DE MELGAÇO — S. GREGÓRIO — TURISMO FÁCIL NA
GALIZA — PARA CASTRO LABOREIRO — CURIOSIDADES
CASTREJAS — CUBALHÃO — A PENEDA — MAIS ALÉM

SUPOMOS que o aquista não vem de Espanha, desembarcando na estação do Paso de Arbo e atravessando a ponte internacional que dizem que há-de haver em frente do Pêso, para entrar nesta estância por uma estrada de meio quilómetro já construída desde a margem do rio internacional. Quem atravessar a ponte sobre o Minho entre Tui e Valença, depois de ter visitado esta importante vila portuguesa, siga de comboio ou por estrada até Monção, que lá nos encontraremos. Nêsse trajecto, preste atenção à torre do castelo de Lapela. Quem atravessar a fronteira pela ponte internacional de S. Gregório ou mesmo pela raia sêca, na histórica jornada por Lamas de Mouro, hoje com estrada a partir desta povoação, terá o incomodo de ler mais para diante. O leitor vem, naturalmente, do sul e, nêsse caso, tem, do Porto, dois itinerários à sua escolha: um que passa por Viana do Castelo, outro por Braga.

O trajecto por Viana faz-se, em geral, de comboio, visto que o há, directo a Monção. Para automóvel é que haverá a optar entre os

Formoso Minho! Bem pode dizer, na sua nostalgia, o filho teu que te deixou:

É que nas terras que tenho visto
Por tôda a parte por onde andei,
Nunca achei nada mais imprevisto
Terra mais linda nunca encontrei.

(Antonio Feijó)

Como a musa de Rosalia Castro deplora, com maternal ciúme, os galegos que deixam a Galiza —

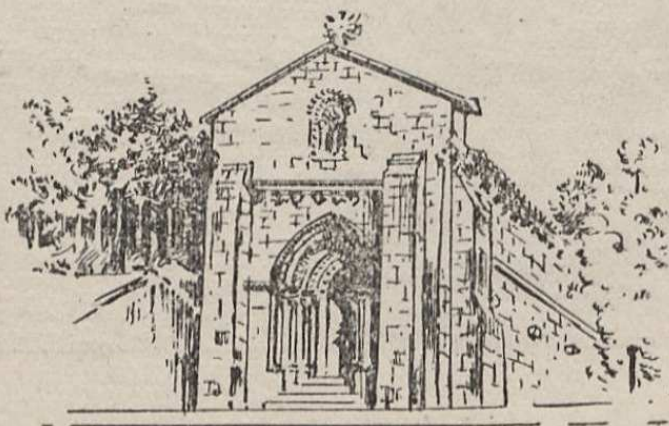
Levai-me nas vossas alas
Com un-ha follíña seca,
Non permitás qu'aqui morra,
Airiños da miña terra,
Qu'ainda penso que de morta
Ei de sospirar por ela

— igual sentimento —

Por isso cartas, saudades,
Que vindes vós cá fazer?
Estão de luto as herdades,
Já ninguém vos sabe ler.

— e um sentimento de revolta parelho do que faz pulsar as liras galegas de Curros Enríquez e de Martelo Pauman, vibra no estro de João Verde.

Formoso Minho! Formosa Galiza! Deus vos faça ditosos sempre com o amor de vossos filhos.



perderiam, para a posteridade, mais de cinquenta por cento, se não fossem boas donas de casa. Vivamente exortamos Monção a perseverar na boa tradição culinária—ao invés de grande número das terras portuguesas que as possuíram—, pode hoje dizer-se com certa máguia. A isso se chama hospitalidade—que os cuidados que se dispensam ao viajante não se prestam, em geral, nem ninguém os espera, de graça.

O almoço e um giro—isso e mais, merece Monção. O forasteiro deve assomar ao mirante do jardim público para espreitar a Galiza e contemplar troços arruinados das muralhas; visitar a matriz (românico do século XII o pórtico, gótico a capela de S. Sebastião, onde repousa o fundador, num túmulo do séc. XVI); surpreender um ou outro aspecto curioso e antigo na topografia da vila.



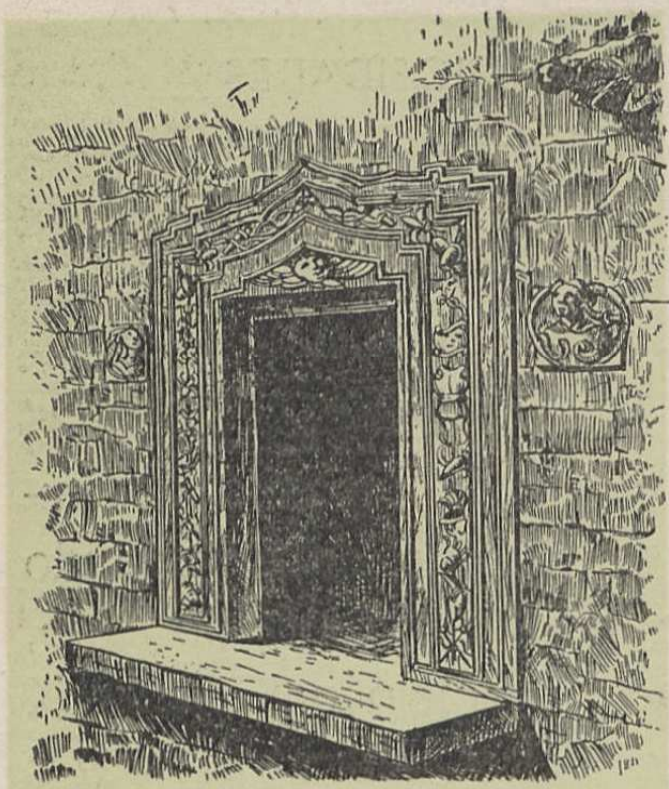
Porta das Muralhas da Vila de Melgaço

Pretexto para um breve e agradável passeio oferece o balneário das Caldas de Monção, com o seu pequeno parque, à margem do rio. Quem tiver empenho de ver com os próprios olhos⁽¹⁾ uma abside românica das mais famosas do país, meta à estrada para S. João de Longos Vales. Tudo isto que indicamos se poderá fazer em Monção na ida ou na volta, ou ainda, em ocasião mais propícia, entre as águas da manhã e as da tarde. Demais, Monção e Melgaço são os centros de vida municipal porque os frequentadores do Pêso terão de dividir a curiosidade.

(1) A fotografia pode ver-se, como a de outros monumentos da região em *A arte românica em Portugal* de Marques Abreu.

dois caminhos: ou a graciosa Viana ou a populosa Braga; ou as leves paisagens do litoral e da margem do Minho ou os panoramas ora risonhos ora severos e magestosos do percurso de Braga a Monção, que se faz, note-se, por uma bela estrada, na extensão de 73 km. A uns 4 km. de Monção, por esta estrada, valerá a pena determo-nos para visitar um solar que, à margem dela, chama a atenção pelas suas proporções. É a Brejoeira, construção da primeira década do século XIX, com seus salões, sua capela, sua biblioteca e sua monumental adega.

De Monção ao Pêso são 16 km. Quem desce do combóio, tem a camioneta da carreira de Melgaço, que o transporta, se tiver lugar; e,



Janela da Casa de Deuladeu
(Grav. tirada do Minho Pitoresco)

se não, um automóvel fretado por conta da mesma empresa que faz a carreira, o conduz pelo mesmo preço. De manhã, entre a chegada do comboio e a partida da camioneta, há tempo para almoçar; e também o devia haver à noite para jantar, porque o percurso na camioneta dura quási uma hora. E a de jantar, passou. Mesmo que não se esteja sujeito à camioneta, é bom almoçar. Quem o não fizer na ida ou na volta.—ou na ida e na volta—há-de arrepender-se quando vier a convencer-se de que passou em jejum por um restaurante de reputação nacional—

essa casa que se denuncia, ao sair da estação, por certo aspecto convidativo e se chama o *Vaticano*. Também a sorte nos tem sempre acompanhado nas visitas à Teresa Gomes, num beco, para o lado do jardim e das igrejas. Ali nos levou não só a gula mas também a fama de ter sido essa a casa de Deuladeu, onde se admirava a linda janela que a gravura reproduz. E é justo, porque não se paga lá mais barato. De experiência concluímos que, como cada terra tem seu uso, o de Monção é servir bem. Assim, de certo, se mantém na nobre vila o culto das heroínas locais — Deuladeu Martins, Helena Pires, etc.—que

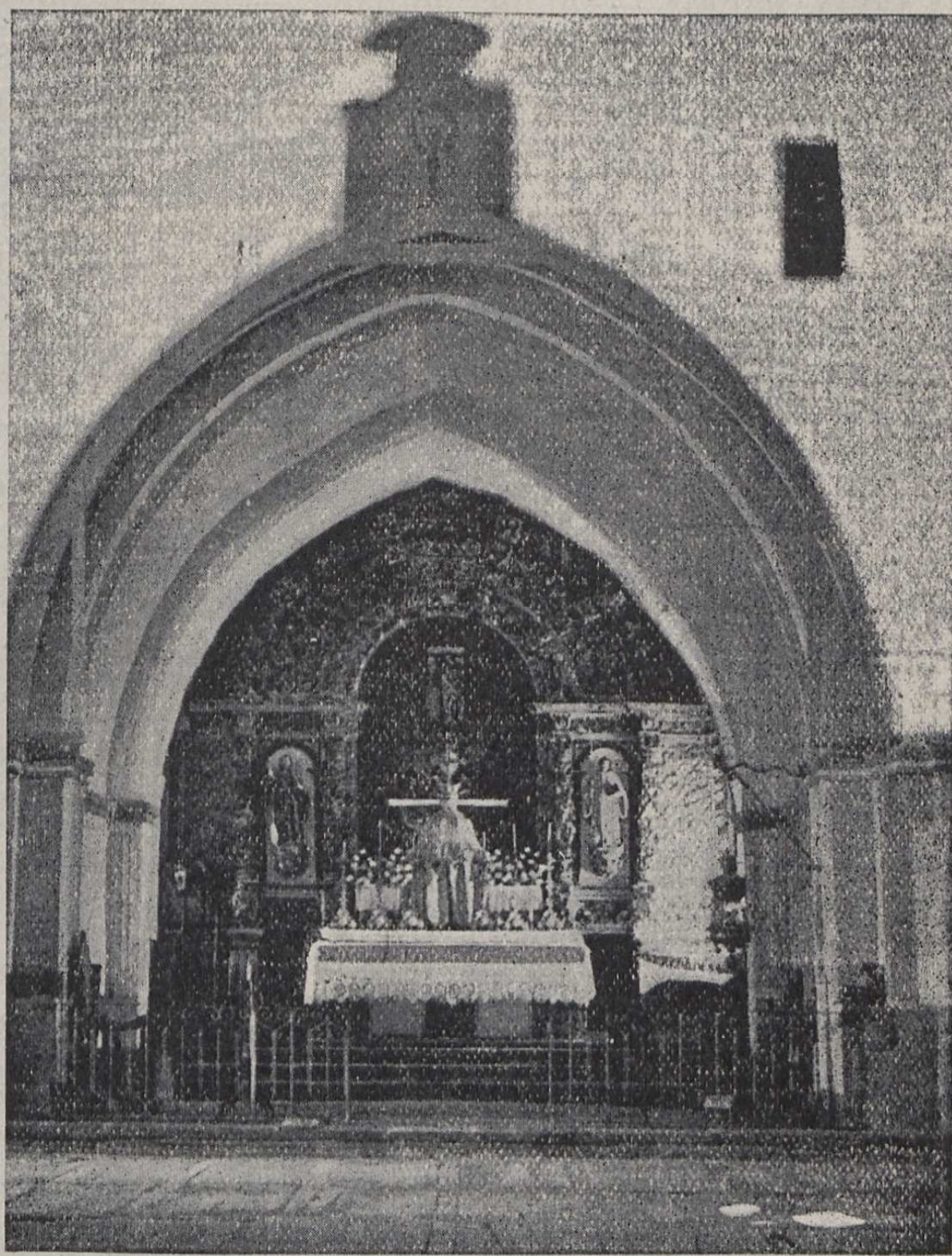
com 109 quartos (3 appartements), capela, garage e jardim que o separa da estrada.

Ao lado do hotel, transpomos o portão de acesso aos domínios da Empresa. Andada a avenida principal, entramos na sombra de frondosas árvores. Descemos até o nível do ribeiro que atravessa

o Parque e lhe dá a frescura e o murmúrio das suas águas. Achareis simpático êste Parque. O traçado de Jacinto de Mattos ateve-se à simplicidade que deve fazer sobressair um parque no caprichoso jardim do Minho. Deixando ao lado a Nascente Nova, passamos uma ponte e achamo-nos diante do Pavilhão da Nascente (velha ou Principal), monumento grandioso no seu género, talvez com

um pouco de solenidade a mais. Junto, estão o Balneário e o campo de ténis. O Parque tem ainda campo de croquet e um pequeno golf.

No extremo norte, para trás do Balneário, abre um portão que



FIÃES—Capela-mór da Igreja do Mosteiro
(Cliché de J. Fronteira)

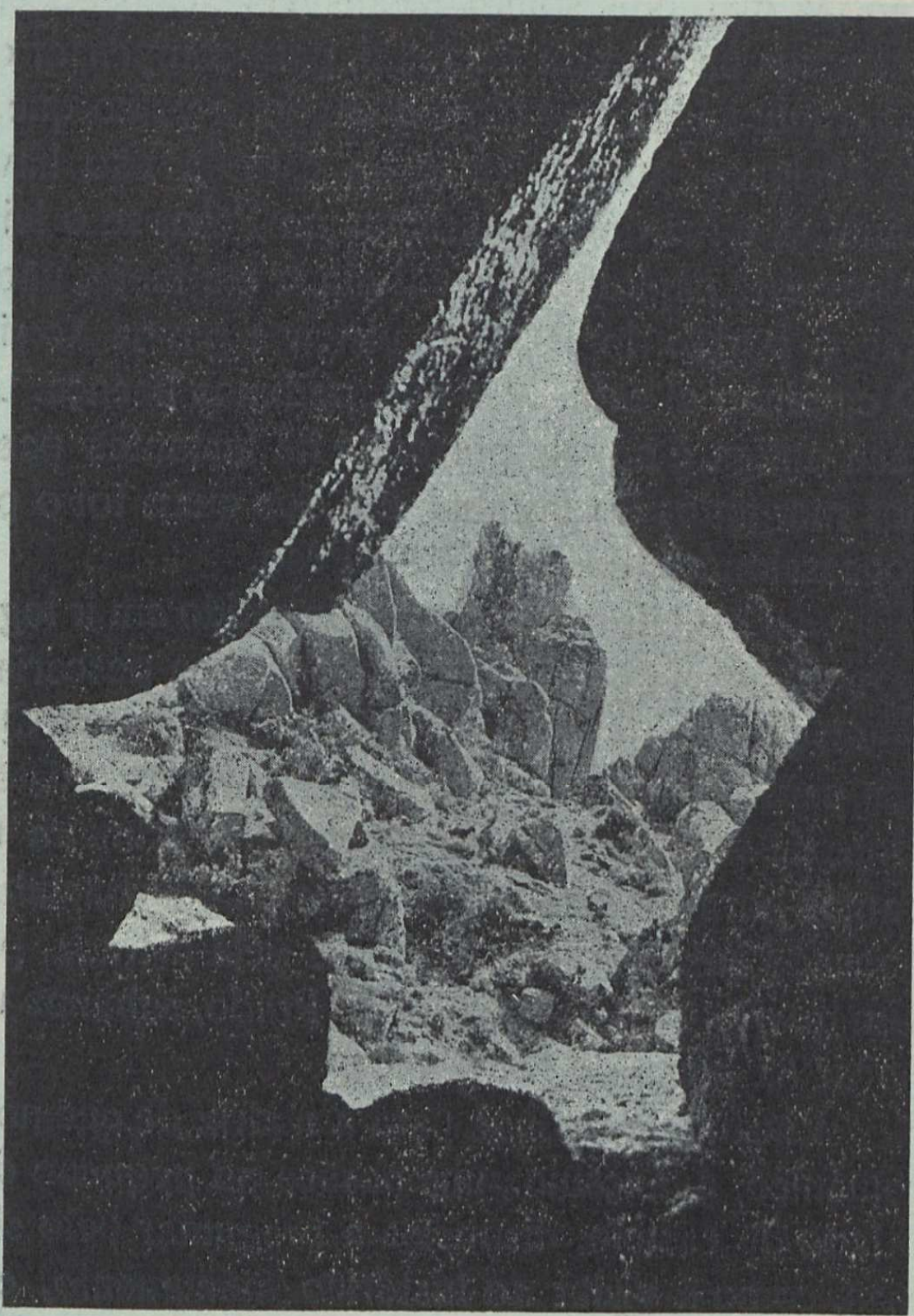
Terminada a nossa missão de cicerone na terra de Deu-la-deu apresentamos ao leitor um amável companheiro que também se dirige ao Pêso e, durante o trajecto, lhe irá chamando a atenção para o nicho das alminhas “onde a arte de ignoto pintor lembra ao viandante a necessidade de se eximir às labaredas de vermelhão em que aqueles pecadores se extorcem”, para a casinha “brilhando ao sol como um floco de neve perdido na verdura”, para o “rústico moínho abandonado, a carpir as suas máguas num fiosinho de prata, que se vai perder por entre o verde escuro dos salgueiros”⁽¹⁾. Desfilam numerosas povoações, entre as quais a histórica Ponte do Mouro, Valadares, que lembra o extinto concelho de que foi sede,⁽²⁾ Penso e, logo depois, o Pêso, numa volta em que a estrada, afastando-se do rio, abraça um ameno vale, em frente do qual as montanhas da Galiza se aprumam com mais garbo, como se a natureza, ao dar a este lugar as águas, se esmerasse em lhe proporcionar atractivos.

Obedecendo às ideias do tempo em que se criou, o Pêso é, como os outros lugarejos do percurso, uma povoação ao longo da estrada, outrora poeirenta e, nos primeiros anos, apenas regada pela chuva. Na entrada da povoação, está o hotel mais antigo, que é sempre nas antigas estâncias, o mais afastado das nascentes—o *Grande Hotel das Águas*, com capacidade para 130 hóspedes (80 quartos), jardim privado, capela, garage; a seguir o *Hotel Rocha*, com 33 quartos, também com jardim e garage, em terreno elevado, com acesso por uma escadaria, a *Pensão Boavista*, com 18 quartos e, por último, ao lado do parque do Estabelecimento, o *Grande Hotel da Quinta do Pêso*,

(1) *Excursões médicas sob a direcção do Prof. Tiago de Almeida em Junho de 1912.* O relator da excursão a Melgaço foi o aluno Artur de Araujo.

(2) Em 1360, foi restituído a Melgaço (Chanc. de Pedro I. L. 1.º fl. 44 v.), o termo do couto de Valadares com a jurisdição civil e criminal, a troco das 300 libras anuais e dos mais direitos que outrora pagava pela mesma posse. Tendo de passar pelas vicissitudes da guerra, o concelho não supurtava por muito tempo um tal encargo. Assim, em 1431, D. João I, para acudir á falta de povoamento de Melgaço, concedia de novo o termo de Valadares aos homisiados que quizessem morar na Vila. Valadares foi um dos concelhos extintos em 1855. Com a parte não incorporada na de Monção e todo o de Castro Laboreiro, extinto na mesma data, integrou Melgaço a sua área concelhia actual.

1130 pelo bispo tudense e aí temos, de feito, D. Paterna prioresa do mosteiro, a que se recolheu com suas quatro filhas e que mais tarde foi acrescido com um mosteiro de frades. Origens que tais demonstra o templo, formado de duas construções românicas, a mais antiga manifesta numa portada e rosácea praticadas àquém do braço norte do transepto, a segunda (séc. XIII) com seu pórtico, formando o corpo da nave actual. À nave única, correspondem, como se única não houvera de ser, três capelas absidais. Aprecie o leitor a seu modo esta igreja que Manuel Monteiro considerou de um "hibridismo sensacional"⁽¹⁾, mas sobretudo, não se esqueça de, rodeando-a pelo lado do cemitério, admirar a porta aberta no tampo do braço norte do transepto, o exemplo melhor da exuberância ornamental que presidiu à construção.



CASTRO LABOREIRO — Rasgão da Muralha
(Cliché de J. Fronteira)

(1) — *S. Pedro de Rates*. Porto, 1908.

entesta com o caminho velho de Melgaço, caminho romano, dizem. Nesta subida, há ainda um bocado do Pêso na freguesia de Remoães. Para o descrever ao forasteiro, diremos que se localiza aí a *Pensão Gomes*, que dispõe de 14 quartos de hóspedes. Retrocedendo sem entrar no Parque e atravessando o ribeiro na ponte também romana da Folia, vamos — em fila indiana — dar novamente na entrada do Pêso, abaixo do *Grande Hotel das Águas*. Para a parte do rio encontramos outro caminho que passa junto a um solar que oferece, na mesma decadência das casas brasonadas destes sítios, um pouco mais de ruína e de interêsse — o solar do Reguengo, que o herdeiro tenciona restaurar. Poucos metros abaixo do caminho que nos trouxe à estrada, entronca o ramal que desce para a margem do rio, terminando numa pequena rotunda, donde se podem escutar os lentos rumores da faina cotidiana de Paso de Arbo, na margem galega, e quasi sustentar conversa com outro ocioso que de lá nos espreite. Próximo, há aprasíveis sombras à beira d'água.

Trepando agora pelos caminhos da encosta sobranceira ao Pêso, vamos visitando aldeolas. Na de Golães, perguntemos pela Chã do Rei, no Monte do Queirão. Uma vez ali chegados, descobrimos, em baixo, o Pêso, de que nos separa já uma caninhada de 3 km., e espraçando a vista em redor num panorama soberbo, descortinamos: longe, os perfis de Tui e Valença; para montante do rio, onde os olhos se deteem mais perto, a capelinha de Chaviães, que branqueja, ao sopé da montanha, na garganta do vale atalaiado pela tôrre de menagem e o casario da vila de Melgaço; na nossa frente, a serra de Sanfins, coroando os verdes pendores da riba galega.

Daqui podemos seguir para a igreja da freguesia — também uns escassos 3 km. O caminho continua a não ser como salão de baile, mas verã, na volta ao Pêso pela estrada, que andar na estrada instrui e distrai menos. A igreja é fundação de uma D. Paterna, donde o nome ficou à freguesia de Paderne — Paternæ. Foi D. Paterna mulher de Hermenegildo, conde de Tui, e senhora de vastas propriedades no lugar, onde, viúva, resolveu acabar seus dias no mosteiro que mandou erigir. A igreja foi sagrada, e consagrada ao Salvador, em

diz em que ano o casteleiro do "rei nosso senhor", Martin Gonçalves, cintou de muralhas a vila naquele ponto.

Sigamos para a parte do rio em direcção ao convento dos Capuchos, hoje simples casa de lavoura. Voltaremos a entrar na praça da vila a tempo já de visitar o castelo. Do alto, a vista dilata-se, para poente, até o mar. Para oriente também abrangemos bem mais que da Chã do Rei. E assim irão as nossas conquistas panorâmicas num crescendo triunfal que atingirá o sublime quando chegarmos a escalar as alturas que se perfilam por trás da vila estendida a nossos pés, pitoresca na lepra do seu pobre casario, dos seus telhados que nesta radiosa manhã de verão apresentam, contraditòriamente, o aspecto triste de um princípio de nevada. Terminada a visita ao castelo, vamos sair da vila pela rua que da praça conduz à estrada nacional, para por ela seguirmos até o término na ponte internacional de S. Gregório. A meio desta rua encontramos o hospital da Misericórdia, fundado em 1876. Podemos entrar. Embora tenhamos de aproveitar a manhã para o trajecto que vamos fazer, nem a demora será grande nem inoportuna a visita... Eis-nos já a caminho.

Não vale apertar o passo. Caminharemos sem sentir, como se o enlêvo tivesse asas que nos levassem. O ar é tão puro, a luz da manhã tão doce, os verdes fundem-se tão suavemente, que nos sentimos perfeitamente dispostos para receber as mais ingénuas confidências da natureza. O rio aproxima-se e dilata-se o vale pela margem galega. Branquejam os casais das duas margens, parecendo juntar-se quando o rio, no incessante colear, desaparece. No ponto em que o vale mais se dilata, ergue-se à beira da estrada, a pouco mais de 1 km. de Melgaço, passando uma ermida e um belo cruzeiro, a igreja de N. Sr.^a da Orada, joia de arquitectura, reintegrada recentemente na sua pureza primitiva.

O nosso enlêvo continua por todo o percurso dêste, senão o mais belo, sem dúvida o mais insinuante trecho de estrada portuguesa. Alvejam povoações à margem do rio. Lá está Chaviães, com a sua igreja românica⁽¹⁾. O combóio da linha galega — um tramuei que pa-

(1) J. Fronteira. *A igreja de Chaviães*, n.º O Comércio do Porto, de 9—9—946

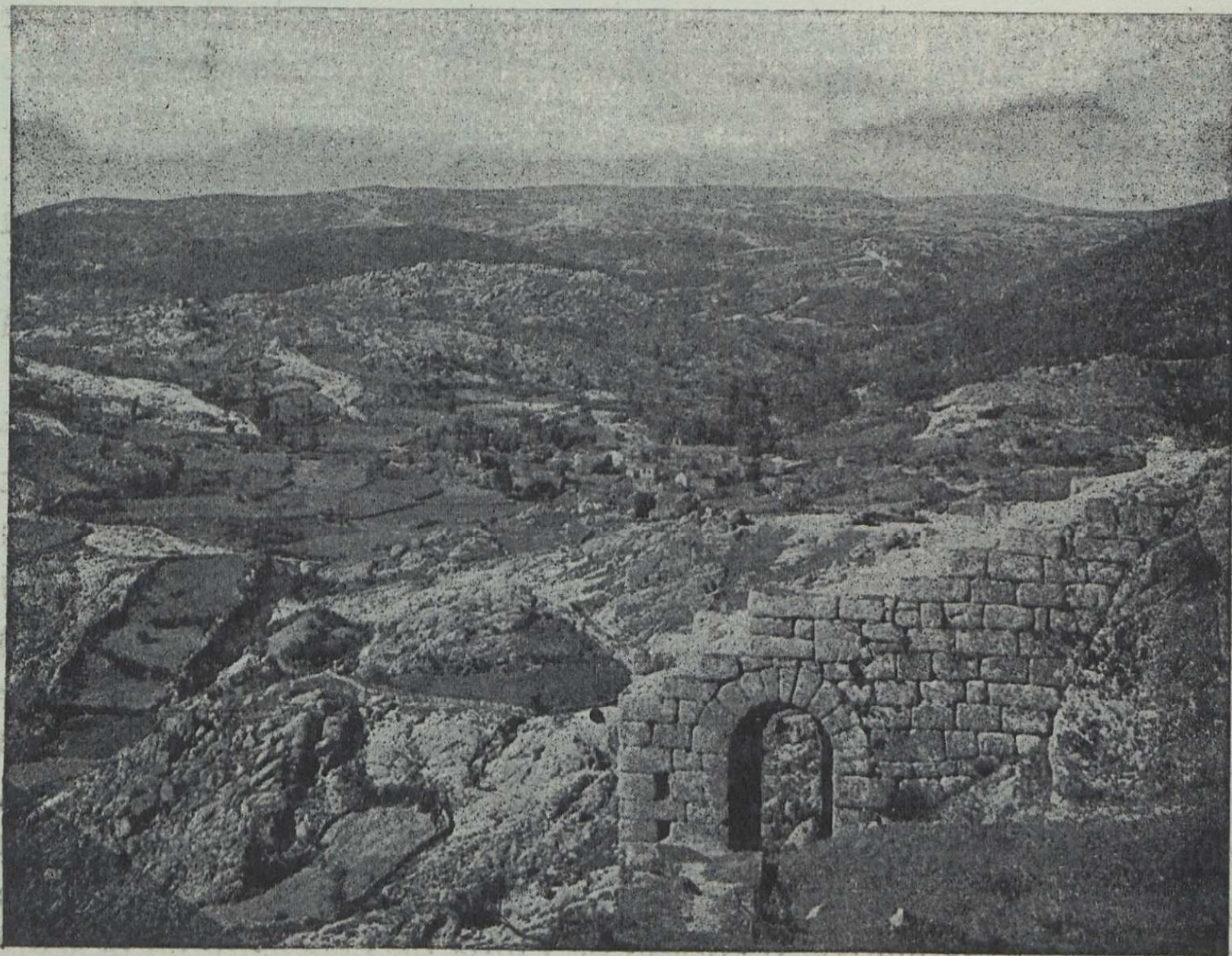
Regressemos agora pela estrada. Calculo que vamos andar mais que os 6 km. Deviamos ter mandado estar aqui um automóvel. Mas não faz mal. Nós somos incansáveis. Chegamos, enfim, a Prado, onde entramos na estrada nacional, para compensar o grande cotovêlo que faz a municipal, tomamos o caminho velho que, no Pêso, chamamos de Melgaço, porque antes da estrada não havia outro. E em vinte minutos, o máximo, estaremos no Pêso, se o leitor, ancioso por terminar êste capítulo, que vai ainda em meio, não quizer, antes de entrar o portão do Parque, visitar a povoação ribeirinha de Remoães. O caminho aí está. Por nós, pedimos licença. Até logo. Mas... que casa antiga é aquela por onde há instantes passamos? — É o solar dos morgados do Pombal, um dos quais foi o primeiro explorador e concessionário das águas do Pêso.

... Se o leitor não tivesse insistido em ir logo a Remoães, poderia ter-se preparado para realizar uma boa pescaria. Que o pitoresco da povoação lhe tivesse agradado, é muito justo. Qualquer dia lá iremos aos peixes. Agora que demonstrou a sua resistência e, mais ainda, a fôrça de vontade incapaz de ceder à primeira tentação de repouso, vamos para um passeio mais largo. Manhãzinha, com a névoa ainda pousada sôbre o vale, largamos pela estrada, para variar, até Prado. Um quarto de hora adiante de Prado, subimos uma calçada a desembocar na praça de Melgaço.

Encaminhamo-nos para a matriz de que nos basta ver o exterior, românico, avançamos uns passos no pequeno dédalo de becos para o lado do castelo, dispostos a perguntar pelo simpático claviculário, mas, como a visita ao histórico monumento, em adiantada fase de reconstrução, é também um pretexto para desfrutar um magnífico panorama, e a névoa ainda não deve ter despegado, desçamos a rua que conduz à velha porta, à esquerda da qual, na face exterior da muralha se lê distintamente a inscrição: «*In tempore Domini Regis Alfonsi Portugalie Magister Fernandus composuit murum istum. Era MCCC.I. Martinus Gonçalvus Castellarius D. N. Regis circundavit hanc villam in hac parte*». Esta algaravia quere dizer que no ano de 1263 êste muro levou um remendo de mestre Fernando. A inscrição não

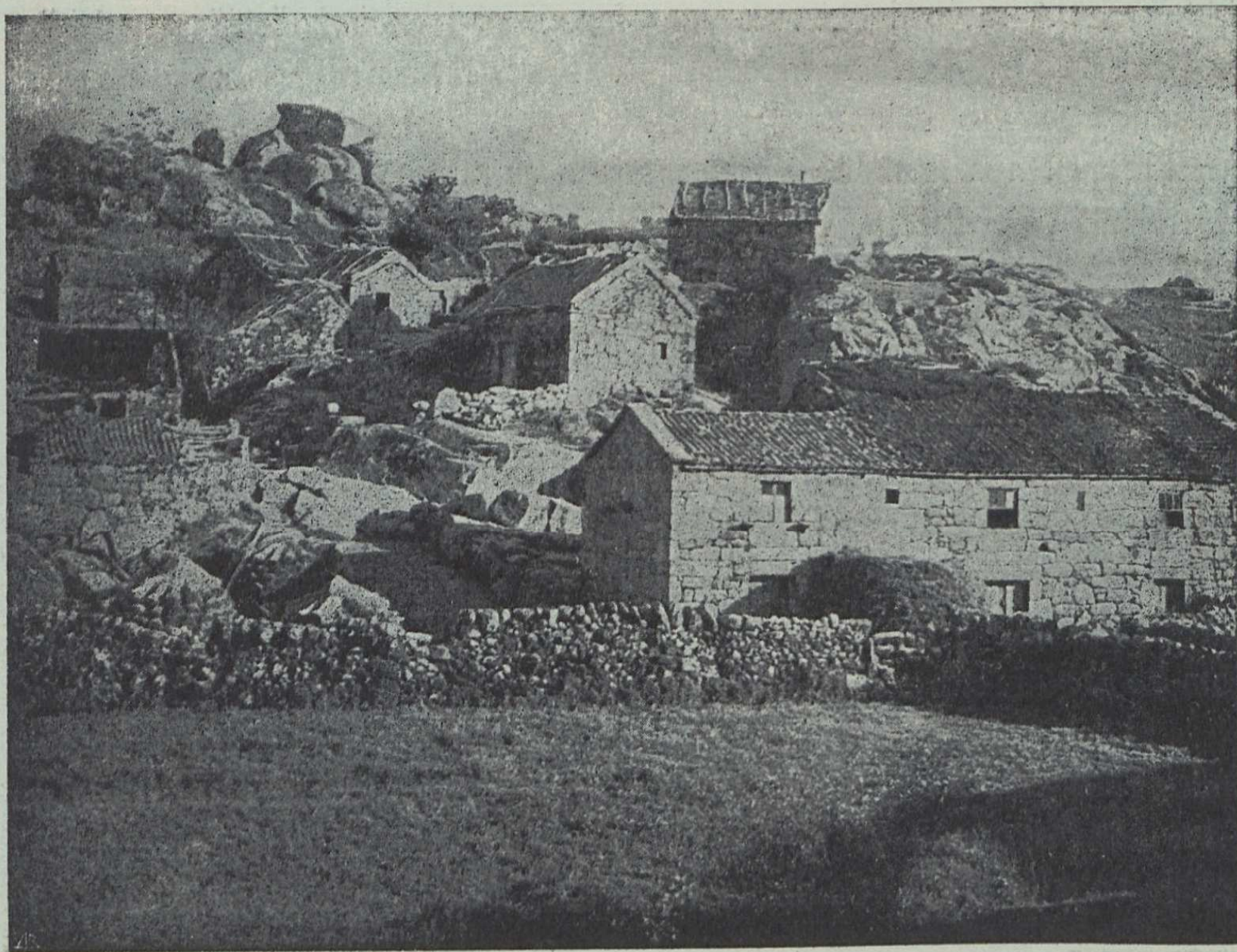
um comércio que foi grande, diz-se, na primeira metade do século passado. No fim desta descida, contemplando o minúsculo e triste povoado fronteiriço de Puente Barjas, onde parece que não floresceu o comércio, atingimos o pontilhão sôbre o Trancoso, um riacho anémico, que serve de fronteira.

Entretenhamo-nos aqui um pouco com o guarda fiscal e o «cabinero» para dissipar a mágua de não ser possível passar além. Porque se livres fossem o trânsito desta ponte e o trânsito em terra alheia, o que não fariam uns vagamundos como nós, com o apeadeiro de Frieiras a 4 km. (e a estação de Arbo em frente do Pêso), e de Frieiras uma hora de combóio a Ribadávila; Ribadávila, cidade tão rica de monumentos a meio caminho quer de Orense (combóio e estrada)



CASTRO LABOREIRO — Porta do Sapo
(Cliché de J. Fronteira)

rece acertar a marcha pelos nossos passos — obriga-nos a reparar em todos os pormenores da região que percorre. O rio ora canta, ora emudece. Depois de ouvir a vibrante serenata duma pesqueira em frente à ermida de N. Sr.^a de Lourdes, a estrada acaba por se afastar dêle e toma um ar meditativo de estrada de montanha, numa obsessão de pinhais e águas a cair de alto. As casas que surgem como a anunciar povoado (ainda distante) não têm a garridice caiada dos casais e povoados por que passamos antes. Enfim, entramos numa rua de aldeia categorizada: S. Gregório. Contamos, de Melgaço, uns 7 quilómetros. Temos ainda quási dois, a descer, ladeando a povoação que se precipita por uma calçada íngreme, e ao longo da estrada, grandes casarões, vastos depósitos que testemunham de



CASTRO LABOREIRO — Aspecto Geral
(Cliché de J. Fronteira)

da heroína⁽¹⁾ de que se orgulham os melgacenses, na ignorância sabe Deus de quantos heróis conterrâneos de existência menos problemática.⁽²⁾ Dilatando a vista pela vastidão do panorama, recordamos a pálida descrição de Guilherme Oliveira: «... as antigas muralhas de defesa e tôrres de menagem das vilas heróicas; as brancas e lindas estradas que as ligam; a verdura macia que atravessam; as linhas férreas espanholas; as tôrres e campanários de múltiplos templos; os antigos solares de muitas gerações extintas — reduzidos hoje a casas de lavoura; e para oeste, a 50 km. de distância — a linha difusiva do vasto oceano, traçando o limite entre o ceu e a terra».⁽³⁾

Chegamos ao mosteiro de Fiães. Certamente o que aqui está não é digno das magnificências que ressoam na história. Do claustro, só

resta intacto um arco. A fachada do templo, que ilumina o interior por três gelosias colocadas por cima dos nichos de três grandes imagens simètricamente ao arco apontado do portal, tem, contudo, aspecto grave.



VIDO — (Cliché do Eng. José Alves)

Dentro, um túmulo

ilustre repousa sob as arcarias da abóbada de uma capela. Ao lado dêste despôjo do Passado, não faz má figura um cruzeiro de meio século erguido à sombra das árvores do adro.

A subida recomeça. Pronto atingimos o Outeiro da Loba. A vista embebe-se na lonjura esfumada da terra galega. Depois vamos

(1) Conde de Sabugosa, *Inês Negra*, em *Neves de antanho*.

(2) Não queremos com isto negar redondamente a existência de Inês Negra e muito menos o valor da lenda, se o é, como homenagem à bravura anónima das minhotas.

(3) Guilherme Oliveira. *Uma visita às ruínas do Real Mosteiro de Fiães*. Porto 1903

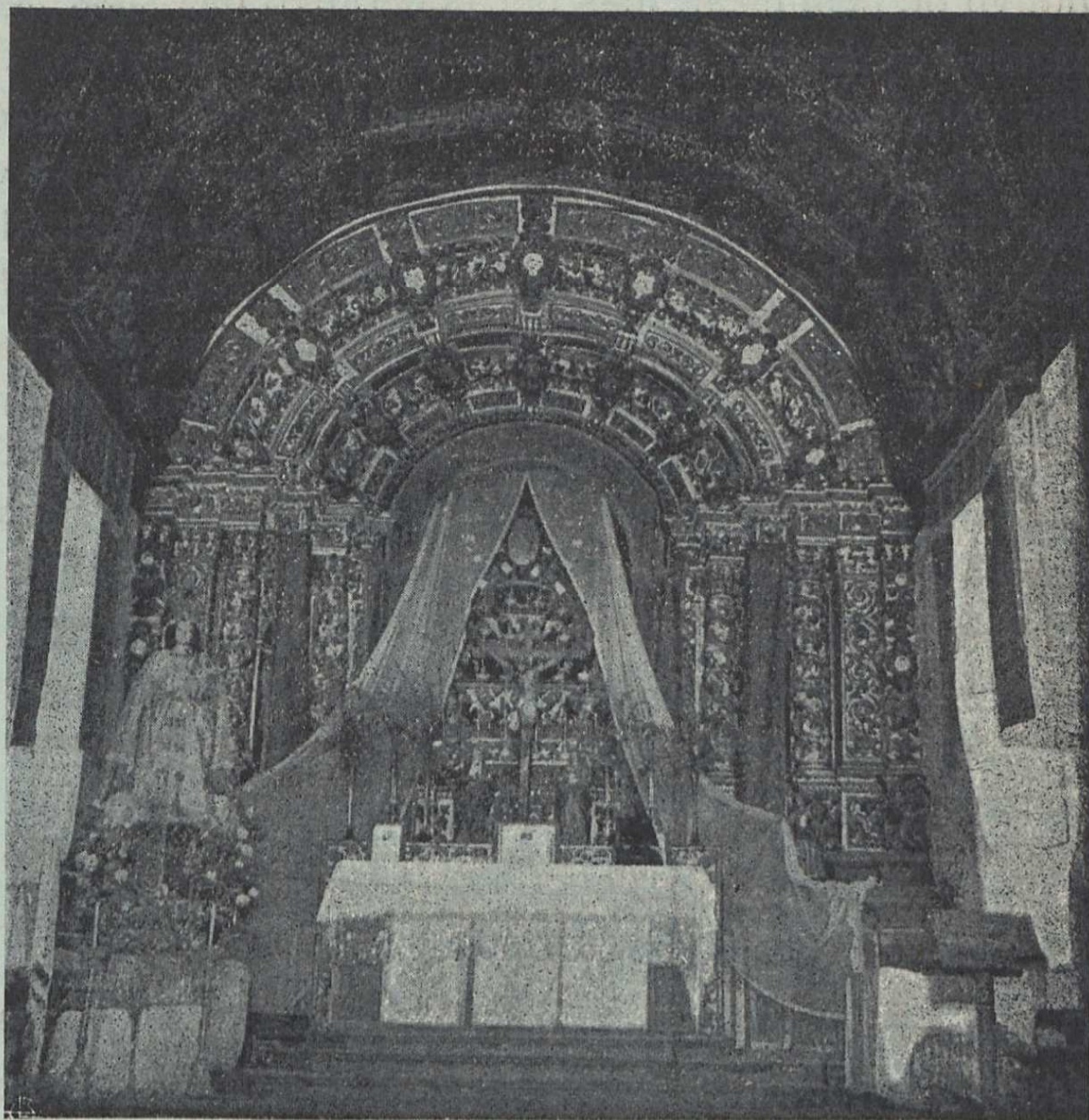
quer do mosteiro de Osera (estrada) cognominado «El Escorial de Galicia», mas, sob o aspecto architectónico mais curioso do que o cognome o dá a entender; para cá de Ribadavia, o românico de transição da igreja do mosteiro de Melón; Celanova a 41 km. De Orense uma estrada conduz, através de região pitoresca, de La Limia à fronteira de Portugal. Um aquista de Melgaço pode perfeitamente tomar as águas e ir almoçar com um amigo em Vidago ou Pedras Salgadas, passando por Orense ou Celanova. Existe êsse empecilho da fronteira. Em todo o caso, barato e fácil de conseguir é um passaporte, que nos franquearia tôda a Galiza, tôda a Espanha. Mas aí está o mal, em que nos dava demasiado. Se a actividade e o dinheiro consumidos na obtenção de um passaporte nos pusessem como que na obrigação de ir hoje à festa de Ribadavia ouvir a banda da Guarda Civil de Madrid, preferiríamos, talvez, ouvir aqui, em S. Gregório, a de Orense a defrontar-se com a dos Arcos—assim pensávamos, subindo a íngreme calçada da povoação em festa, quando aqui estivemos o ano passado no segundo domingo de Setembro, dia de festa a Santa Bárbara... Abandonemos, pois, o inóspito pontilhão e vamos subindo a calçada. Ao chegar à capela onde se festeja Santa Bárbara, junto à casa da guarda, hesitamos em voltar costas à parte mais pitoresca do povoado que continua, em ruas tortuosas, grimpendo pela encosta, à sombra das latadas.

... Cá estamos outra vez à entrada de Melgaço, na estrada nacional, junto à ermida do Santo Preto (ou S. Benedito). Tomamos por um comêço de estrada que dentro em pouco se transforma num péssimo caminho. Vamos para uma excursão na montanha e, por isso, já prevenidos para tudo. De quantos publicaram impressões desta ascensão, nenhum deixou de lhe salientar as dificuldades, exagerando-as talvez, pela medida do espanto justificado diante da grandiosidade panorâmica. Vencida a árdua costa *da Rôlha*, vendo, sôbre o vale, destacar-se na exaltação cromática dos verdes a nota parda da torre do castelo de Melgaço, acompanhamos, na descrição do Conde de Sabugosa, o cortejo de Filipa de Lencastre na descida de Fiães e evocamos todo o episódio da rendição da vila e do triunfo

podemos calcular tranquilamente a distância ao fundo do precipício: cinquenta... sessenta metros...

Os nossos olhos rejubilam. No primeiro plano, as casas da *inverneira* de

Laceiras, enterradas no vale. Pelas lombas a vista vai apanhando as *brandas* de Portela, Formarigo, Teso, Campelo, Curral do Gonçalo, Portos, Seara, Padrezouro, Eiras... E, para norte, as dos *Gorriões*:⁽¹⁾ Falagueiras, Queimadelo, Adofreire, Outeiro⁽²⁾.



PADERNE — Altar-Mór
(Cliché de J. Fronteira)

Coriscada não muda, é povoação permanente.

Chegou a ocasião de o leitor compreender esta terminologia de *brandas*, *inverneiras* e terras que *não mudam*, se ainda a não conhece. Vamos ao lado oposto, o da *Porta do Sol*. Aí temos as *inverneiras* de Carinheiras, Bico e Curveira. São povoados abrigados no vale,

(1) Denominação sob que rivalizam os habitantes da margem D. do Rio de Castro Laboreiro com os da margem E., *camarros*.

(2) Invisíveis, as *brandas* de Antões e Rodeiro.

por muito tempo seguindo a orla de um vale por onde, escondido entre pequenos prados, terras de centeio e raquíticos milharais, o Trancoso se escapa como a querer eximir-se da responsabilidade de guarda da fronteira. Passamos por Alcobaça, que parece também querer esconder-se com esquivez de serrana. Uma última calçada— a da Portelinha. E surgimos na estrada, que logo adiante termina junto das casas da Portelinha, extrêmo norte da freguesia de Castro Laboreiro. Respiramos o ar do planalto. Com mais três quartos de hora chegaremos ao fim do nosso passeio de 13 km. Passam mulheres de polainas e capa negra que lhes cobre a cabeça e prende no pescoço para cair até abaixo do joelho. Diante de nós vai-se erguendo um magestoso anfiteatro de montes, que a fraga de Anamão, ao norte, domina com a aparência de um grande altar. Estamos em Castro Laboreiro. O leitor que vem com a ideia de uma povoação típica, de casas de cômimo, deplora a falta de unidade. Tenha paciência. Conforme-se com o progresso. Castro Laboreiro tem uma fábrica de chocolate e já teve um semanário «A Neve» de que saíram nove números e se pensa que qualquer dia ressuscitará. A redacção era, por sinal, nesta casa,⁽¹⁾ onde entraremos para encomendar o almôço para quando voltarmos do castelo.

Vamos tentar. A escalada é um pouco emocionante. Os pés, pouco habituados a firmar-se nas lages, encontram êsses estribos excavados a cinzel na rocha, que, ao mesmo tempo que nos servem magnificamente, nos vão insinuando um certo receio de que isto dure muito. Não dura. Chegamos ao último patamar antes de pisar no recinto do castelo. Agora é por aquela fenda aberta na escarpa. Felizmente para a nossa coragem, um rapazito, surgindo de entre os penhascos no cairel do abismo, mete-se pela fenda para reaparecer num instante na subida. Vamos! Cincoenta centímetros são espaço bastante para passar um homem. O pulso do nosso guia é vigoroso⁽²⁾ e não nos larga. Com efeito, cá estamos na *Porta do Sapo*. Agora

(1) R. do Progresso. indicava o cabeçalho do jornal.

(2) Aqui deixamos expressa a nossa gratidão, por êsse e outros gentilíssimos favores, ao Reverendo Pároco de Castro Laboreiro, P.^o Manuel Joaquim Domingues.

de gado grosso. Em 1653 teve presos neste castelo o governador e o abade de Lóbios, com outros espanhóis⁽¹⁾. Já veem que há trezentos anos isto ainda não eram ruínas.

Regressamos agora por um caminho melhor, o caminho das viaturas que chegavam a abastecer o Castelo. O snr. abade vai-nos reproduzindo o douto improvisado de um dos homens da «Portugalia», companheiro de Rocha Peixoto, decerto o antropologista Fonseca Cardoso, sobre estes alicerces em que nós, tão pouco versados em arquitectura militar quanto embebidos na contemplação da selvática paisagem, mais não vimos que um grande recinto de muralhas espessíssimas, hoje arrasadas, erguendo apenas do chão os esqueletos de duas portas e um tosco abrigo, desfalcado arsenal de pedras que os ociosos se divertem a fazer rolar para o abismo. Isto não quer dizer que a reconstrução do castelo seja problema insolúvel (restam pelo menos a planta e os aspectos, do séc XVI, no *Livro das Fortalezas* de Duarte Darmas) nem contraria os desejos dos habitantes de Castro Laboreiro que com ela e a estrada, já bem perto, pretendem que a sua terra se torne um ponto predilecto de turismo.

Títulos não lhe faltam, entre os quais, no momento presente, tem para nós especial significação a excelência dos bifés de presunto que nos estão servindo. Também nos não havia de descontentar a cama, nesta casa onde por vezes aparecem hóspedes selectos, atraídos principalmente pela fama dos costumes excêntricos desta terra que já se vai capacitando da sua função de museu etnográfico. Por isso, o leitor que goste de comparar costumes, não encontra dificuldade em concitar, para uma cavaqueira instrutiva, a boa disposição destes serranos da vila, irmãos dos serranos de uma vasta região planáltica diferenciada em múltiplos pormenores de vida local estanque. Porventura conhece a superstição barrosã que deu celebridade, em vária literatura,⁽²⁾ à ponte de Misarela. Pois também aqui, na ponte dos

(1) O leitor encontrará isto na Biblioteca da Ajuda, Mss. 51-VI-22 e 23, a fls. 321 e 177.

(2) Por exemplo, *Terra fria* de Ferreira de Castro.

bons para passar o inverno e no verão bastante quentes, enquanto que as inverneiras, no alto, são boas para veranejar. Assim reparte o castrejo a vida entre vale e montanha, não, evidentemente, por motivo de bem estar, mas por imperativo das suas necessidades de pastor e agricultor. Isto vem de tempos imemoriais, dizem por cá, mas valeria a pena indagar, se possível, desde quando. À migração individual dos pastores do vale para a montanha, tal como se mantém nas regiões vizinhas da Peneda e do Soajo, sucedeu a migração familiar que foi realizando a apropriação das terras cultiváveis. Hoje em dia, entrado Junho, começa nas inverneiras a abalada geral para as brandas, habitadas até 23 de Dezembro, sem prejuízo das culturas na montanha e no vale, arranjando-se o castrejo o melhor que pode para reduzir ao mínimo essas incómodas deslocações que dão certo aspecto heróico ao seu viver. Só os povos de Portelinha, Vido, Várzea Travessa, Coriscada e Castro Laboreiro são fixos, mas de Castro Laboreiro pelo menos, algumas famílias vão para as brandas.

Saíndo do castelo pela Porta do Sol, de um ponto adiante vê-se a maior parte das inverneiras, que ocupam quasi dois terços da freguesia: Curveira ainda, Barreira, Ramisqueira, João Alvo, Podre, Açoreira, Donus, Lagoa, Entalada, Pontes e Mareco.⁽¹⁾ Numa clareira de azul que não é o azul do firmamento, recorta-se o perfil do Gerêz Barrosão. A norte da fraga de Anamão, o Monte Pedroso assinala a fronteira e indica o jazigo de volfrâmio que coube em sorte a este povo.

Perante a magestade deste cenário ainda nos lembramos de pensar em História. Evocamos a guerra de Restauração. Os espanhóis atacaram a povoação e puzeram cêrco ao castelo que foi bravamente defendido por Pedro de Faria. Voltou-se o feitiço contra o feiticeiro. Os portugueses senhorearam algumas povoações da Galiza, obrigando o concelho de Grou a pagar-lhes uma contribuição que, quando não era pontualmente apresentada, ia Pedro de Faria cobrar com juro. De uma vez chegou a trazer cento e trinta cabeças

(1) Não se vêem vagos e Ameijoeira.

não querem, vamos embora que o automóvel nos espera em Lamas de Mouro.

Podíamos regressar à Portelinha, mas convém aproveitar a oportunidade de uma descida do Gavião, que tem ainda a vantagem de nos poupar caminho. Lá muito fácil por êste é que não é, mas o mal pouco dura. Neste ponto, tomando oposta direcção, atingiríamos a Pegureirinha, logradouro de pastores assim denominado da forma de uma fraga que semelha uma pegureira de capa: e de lá, a calçada do Lagarto, caminho da Peneda. Daqui, a mesma vista que da Pegureirinha se alcança, mas muito mais desafogada, sôbre o vale dominado de um pouco acima de mil metros. O cenário, invadido por novos e mais concretos valores, envolve-se na magestade serena da tarde. No primeiro plano da zona de sombra, a mole gigantesca da Peneda parece querer absorver as vibrações harmónicas da paisagem no mistério cinzento da sua perene desolação. Tomamos o carro. Vamos ainda por bastante tempo assistindo ao desenrolar dêstes motivos visuais. Mas fazemos alto para visitar Cubalhão e a Virgem românica que se guarda na sacristia da igreja⁽¹⁾. A povoação é o Lido em plena montanha. Os imundos canais desta Veneza são leito de ruas tão pitorescas que se chegou a pensar em incluir a antiga povoação entre as concorrentes ao galo de prata. Bom será que a admiração conquistada se não transforme em completa indiferença com o prolongamento da estrada, que segue, como bem decerto repararam, para diante de Lamas de Mouro⁽²⁾. Alcança o *penedo do lagarto*, alegoria natural em tósca pedra, que parece incorporada na lenda da aparição da Virgem, cuja imagem se venera em um santuário distante uma légua. A tradição piedosa, de aspecto plural e confuso, arrasta, na primeira semana de Setembro, rudes multidões de romeiros mi-

(1) J. Fronteira, *A imagem da Senhora de Cubalhão*, n'«O Comércio do Porto» de 19—II—1946.

(2) J. Fronteira, *A igreja de Lamas de Mouro*, n'«O Comércio do Porto» de 4—1—1946. Templo românico ou antes «reconstrução em que foram aproveitados materiais de outro românico que ou o tempo havia arruinado ou fôra julgado pequeno para as necessidades do culto».

Veigas, por onde viemos,—virtude atribuída a ter infalivelmente de por lá passar o snr. Arcebispo em visita pastoral—o casal que deseja fazer vingar um filho, comparece, levando pão e vinho para o primeiro transeunte que depois da meia noite a atravessar; e êsse será ali, simbòlicamente, e será depois, de facto, na igreja, o padrinho do futuro pimpolho. Nesta zona do extremo nordeste português, lá para o Extremo, por onde o leitor passou na estrada dos Arcos a Monção, até Pedro de Azevedo descobriu, em velho documento da Torre do Tombo, indícios mais ou menos fundados de uma exogamia por que tradicionalmente se apertavam os vínculos de Cibões com as de vizinha povoação galega. Aqui, embora seja a região um generoso alfôbre de emigrantes, contar-lhe-ão, ao contrário, como se fazia dó por um castrejo que casasse fóra da terra. Apresente-se o leitor com a sua curiosidade, ou a sua pacotilha etnográfica para trocar—no que não presta, decerto, nem bom nem mau serviço à etnografia—e terá bom acolhimento. Desde logo da nossa amável hospedeira, Ti'Ana Macheta, que com o seu riso saudável de mulher simples, lhe dará particularidades. Amável e confiado é o castrejo, apesar da fisionomia que lhe marcou Fonseca Cardoso, «severa, rude e mesmo tristonha, como a agreste e melancólica paisagem serrana que o cerca», e da inveterada timidez que, de entrada, nêle reage. E até fácilmente notamos, pelas simples aparências, que por aqui, na secura da terra e na pureza dos ares, viça uma flor que mirra na fertilidade dos vales,—a viva flor da alegria.

É claro que no castrejo simples que dança a chula e a saloia, e cortêsmente namora, muito mais há que entender. Entretanto, esperemos um estudo sério que o revele, como decerto será aquele que o etnógrafo Jorge Dias nos promete. E, visto que se não tentam a pernoitar ao menos para um passeio pitoresco a um local de romaria—pequena Peneda, com fonte, lendas e festas, como a grande, a 8 de Setembro, e em ameno sítio na encosta da fraga de Anamão—passeio coroado por uma audaciosa escalada da fraga⁽¹⁾, visto que

(1) Esta operação difícil e muito indicada aos alpinistas, realizou-a, que sabemos, Jorge Dias. Os castrejos falam disso.

HISTÓRIA DA ESTÂNCIA

CAPÍTULO I

AS ÁGUAS

DESCOBERTA — CURAS MILAGROSAS — O REGISTO — OS PROPRIETÁRIOS DOS TERRENOS — SEMENTE DE DISPUTAS — UMA SOCIEDADE PARA OBTER A CONCESSÃO — PLEITO E ACÓRDO — A PRIMEIRA EMPRÊSA CONCESSIONÁRIA — UM AQUISTA QUE FICOU — HOTEIS — DIVERSÕES E CARIDADE — A EMPRÊSA PERANTE NOVOS PESQUISADORES — CAPTAGEM E ANÁLISE DAS ÁGUAS — RELATÓRIOS E CONTAS — A EMPRÊSA QUERE EXPANDIR-SE.



A história documentada das águas do Pêso principia com o primeiro registo na Câmara de Melgaço, em 14 de Agosto de 1884, por duas pessoas residentes na Vila de Valença, os proprietários da *Companhia de Viação Valenciana*, Felix Tomaz de Barros Araújo e Bento Maria Barbosa, ligadas a outras duas do concelho, António Augusto de Souza e Castro, da Quinta do Pombal, próximo do Pêso, e Vitorino Augusto dos Santos Lima. Em breve mostraremos que é impossível decidir, à face de documentos, se a Bento Maria Barbosa se ao filho do Morgado do Pombal cabe a primazia na iniciativa da exploração das águas. Se algum dêles, o que não se pode afirmar,

nhotos e galegos aos pés da Senhora da Peneda em cumprimento de rudes promessas. Descer a calçada, íngreme e resvaladiça, no meio do formigueiro dos romeiros, disputar um lugar no Grande Hotel da Peneda, deve ser mais compensador que o prazer do caminhante solitário num vale profundo entre cumiadas cuja tristeza uma vegetação de primavera adoça, estreito horizonte em que o murmúrio e as árvores de um regato⁽¹⁾ põem apenas uma nota geresiana muito vaga. Mas, de qualquer maneira, a Peneda será sempre um santuário que espreita uma nesga da Ribeira do Lima — e se comove com a oferta pura do coração da serra: água incessante que jorra do Côto da Meadilha⁽²⁾.

Ir mais além fôra já teima de andarilho. Ditoso porém, quem para conhecer as belezas desta região tão bela e arisca, dispuser de *jeep* ou de pernas, que são ainda e serão sempre o mais essencial dos meios de locomoção. Atravessar as montanhas do Soajo e da Peneda tornar-se-á, porém, em breve, obra fácil de volante. A estrada passará pelo santuário, estrangida no vale, seguindo a Tibo, confluência do ribeiro da Peneda com outro do vale a ponte⁽³⁾, depois a Soajo e aos Arcos, donde em direcção a Soajo, apresenta já alguns quilómetros construídos. Entretanto, sirva-se o leitor do seu automóvel para ir de Ponte da Barca a Lindoso e, de caminho, atravessando a pé a ponte pensil, a Soajo. Assim vê tudo. E ficará a conhecer — e a amar — um dos rincões mais belos de Portugal.

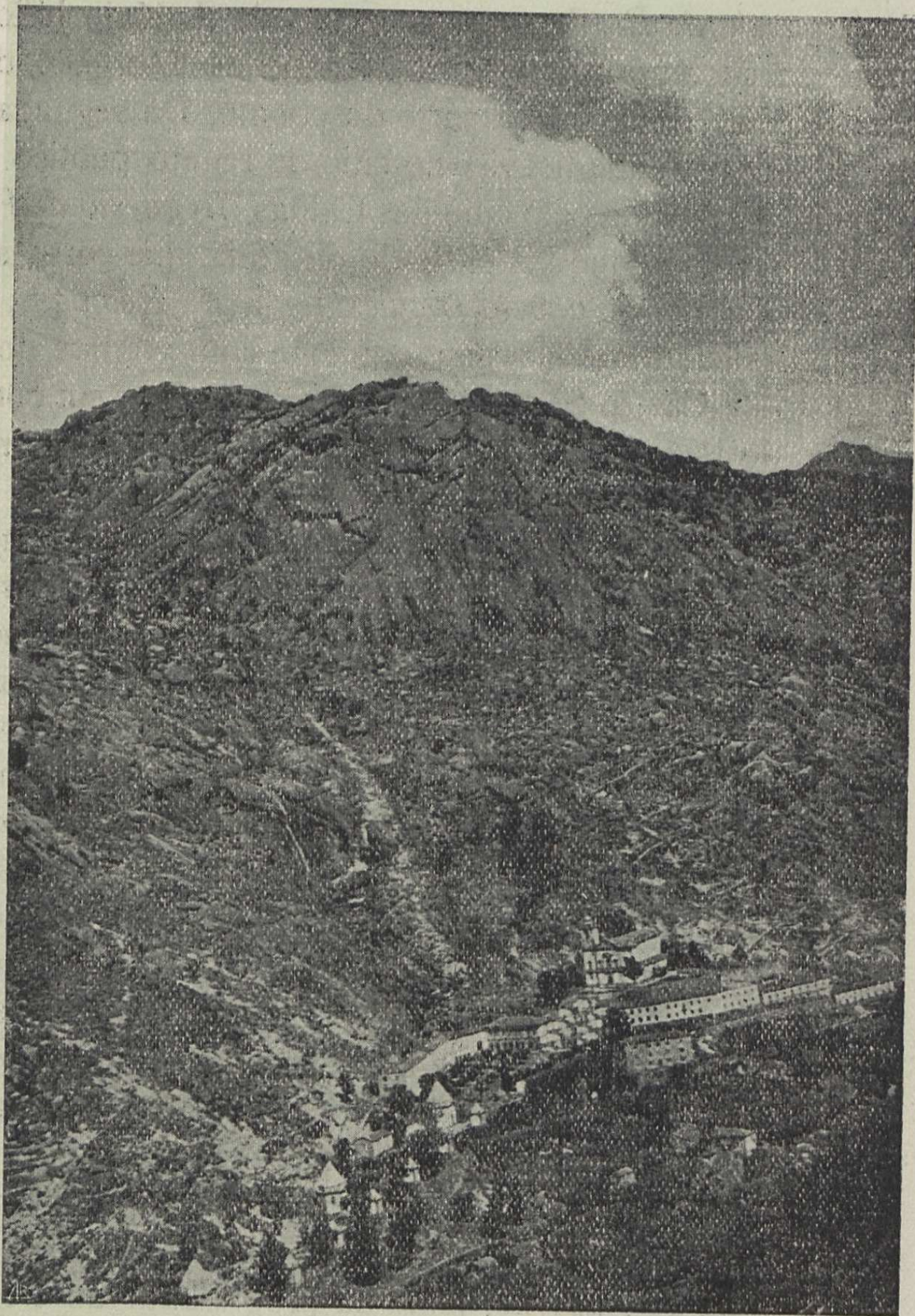
(1) Com o nome de Ribeiro de Tieiras.

(2) Pedra «pão de assucar» ou pedra fuso, de estrias longitudinais brancas — os fios da meadilha da Senhora.

(3) Desde o lugarejo da Peneda até á freguesia de Soajo, «atravessamos as terras malditas da Gavieira, compreendendo, além daquele santuário, os povos dos lugares de Igreja, Tibo, Valeiral e Rouces, assim como as brandas de Candó, Gouveia e Junqueira que apenas produzem batata e centeio. Para além de Tibo — mais sombria e agreste que a montanha escaivada (...) — ergue-se a soberba eminência do «Miradouro...». O «Primeiro de Janeiro» teve a bela ideia de cometer, em Setembro de 1941, a viagem do «Alto Minho ao Barroso» ao jornalista Marques da Cunha. Ingratos apenas o jornal e o jornalista em não terem publicado separata,

presentativa da nascente denominada *Principal* depois que se captaram outras.

Registos consecutivos, sendo o segundo com intervalo apenas de uma semana do primeiro, a 21 de Agosto, v e e m, contudo, demonstrar que, se anteriormente à constituição da sociedade, as águas tinham sido objecto de cogitações de qualquer natureza, só depois é que sôbre elas se



CUBALHÃO—Vista Geral

(Cliché de J. Fronteira)

manifestou verdadeiro interêsse. Já o segundo registo manifesta nova pesquisa, tendo como resultado a descoberta de uma nascente à distância de 150 m.

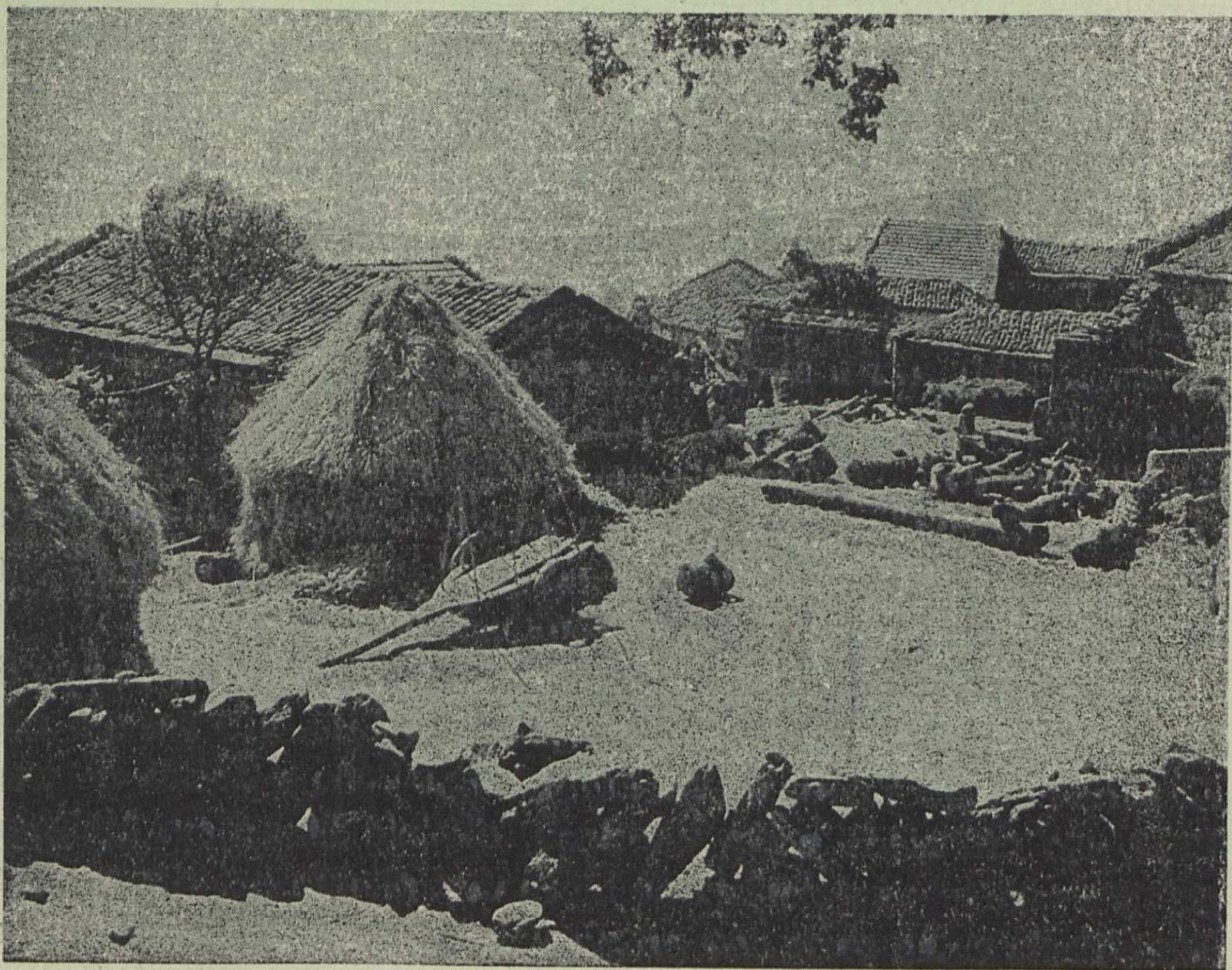
foi o primeiro a dar fé da nascente, é mais provável que fosse Sousa e Castro, que, apesar de ser da terra, já vira bastante mundo para saber que havia águas medicinais. Mas costuma-se dizer que santos da terra não fazem milagres, pretendendo principalmente visar os homens. Ora os cocheiros da traquitana da *Viação* não estariam nesse caso e, por isso, talvez a tradição prefira que fossem êles que descobriram aos patrões o inexplorado manancial.

Em data que a tradição não conservou, mas que se deve aproximar da do registo, curou-se uma senhora já resolvida a ir a Paris para ser operada (?) de uma úlcera no estômago. Os primeiros arautos desta maravilha crenoterápica seriam o marido da senhora restabelecida, médico em Vila Nova de Cerveira, e um charlatão das proximidades de Caminha que, edificado por estas curas retumbantes, transformou repentinamente a sua clínica de curandeiro em especialidade hidrológica. Temos imensa pena de não poder consultar tôdas as colecções de jornais do Alto Minho, para, entre outras curiosidades do tempo, ver se encontrávamos vestígios dos factos que a tradição aponta sem cronologia certa, em geral pendendo para lhes exagerar a antiguidade. Consola-nos, porém, a ideia de termos encontrado pessoas amáveis com bastante memória para nos informar de tudo quanto ocorreu.

No fundo, não importa que as origens da exploração tenham sido mais ou menos pitorescas. O facto capital do primeiro registo não pressupõe outros antecedentes, além de ligeira análise das águas, visto que, em virtude de uma análise levada a efeito no Porto, as manifestaram como *alcalino-gasosas*, o que também podia presumir-se com conhecimento dos caracteres organolépticos. No ano seguinte, 1885, engarrafavam-se as águas numa barraca de madeira, que a história dirá construída para abrigo e comodidade dos aquistas; e o químico Dr. Carlos von Bonhorst fez das águas uma análise muito conscienciosa, que serviu por muitos anos⁽¹⁾, re-

(1) A concordância com análises posteriores mostra não só que ela foi conscienciosa mas também que a composição das águas não se alterou sensivelmente. Em análise posterior (1932) revelou-se mais mineralizada. Vejam-se, porém, no último capítulo deste trabalho as considerações a propósito da última análise (1944).

Sôbre a orientação dos cursos de água relacionados com a posição das duas nascentes, um relatório de 1918, assinado por Ernest Fleury e Francisco Luis Pereira de Sousa, aponta o seguinte: «Em frente do *pavilhão* das águas, o ribeiro da Bouça Nova corre entre muralhas na direcção do Sul para Norte, indo juntar-se-lhe o ribeiro da Folia. Êste afluente, que tem a direcção Este-Oeste, achando-se



VISTA DA PENEDA (Cliché do Eng. João Belo Martins)

na linha de junção das duas nascentes, é talvez uma derivação artificial de um outro ribeiro mais importante que passa junto das nascentes novas». Ora Folia é o nome apenas de um trecho do ribeiro da Bouça Nova, ou da Cividade ou, ainda, de Paderne, freguesia que atravessa e por fim divide da de Remoães—nome que se justifica quando, depois de ter recebido o regato do Pêso, corre entre duas

A primeira ficava na corga ou regato público, sítio das Caldas, da *freguesia de Prado*, entre o campo de António Júlio Esteves, da parte de nascente, e uma propriedade do Morgado de Reguengo, José de Sá Sotomaior, da parte do poente. Da segunda, diz textualmente o registo que ficava "no citio do regato publico do Pezo, geralmente conhecido pelo citio das Caldas, *freguesia de Paderne*, dêste concelho, regato que faz parte do da Folia, que corre até se precipitar no Minho entre *aquela freguesia* e a de *Remoães*, confrontando o citio designado de nascente e poente com prédios do Dr. Antonio Augusto de Castro Sousa Meneses e de norte e sul com esse regato publico do Pezo onde ellas brotão". Releve-nos o leitor paciente não só êste excesso de minúcia, mas ainda que solicitemos a sua atenção para todos os pormenores transcritos, indispensáveis para a compreensão de factos posteriores e ainda insuficientes para dar cumprimento aos preceitos legais. Segundo êstes, tornou-se necessária uma rectificação, feita em 8 de Outubro, na qual se declara que o ponto de partida escolhido para as pesquisas foi "o da junção do regato do Pêso com o da Cividade, onde ambos formam o regato da Folia; êste ponto fica ao norte do engenho pertencente ao B.^{el} Antonio de Castro Sousa Meneses, que existe no monte chamado do Pêso, a pequena distância do referido engenho". As terras de propriedade do Dr. Sousa Meneses, figurarão vastas vezes no decurso destas páginas, como propriedade da Viscondessa do Pêso de Melgaço, que nelas veio a succeder.

A história destas águas é tão abundante de incidentes curiosos, que se torna desnecessário recorrer aos artifícios com que os literatos procuram estimular a curiosidade de quem os lê. Por isso, embora como uma tése a demonstrar, se quizerem, entendemos não dever demorar êste esclarecimento: a nascente da segunda pesquisa, sita na *freguesia de Paderne*, junto da propriedade do Dr. Sousa Meneses, posteriormente da viscondessa do Pêso, é a actual *Nascente Nova*; a outra surgindo do leito de um regato ou corga que dividia propriedades de António Julio Esteves e do morgado de Reguengo, respectivamente nas freguesias de *Paderne* e de *Prado*, em cujo limite, portanto, se encontrava, é a nascente do *Pavilhão*.



Porta do Sapo e Despenhadeiro do Castelo de Castro Laboreiro

(Desenho sôbre uma fotografia de Fernando Rocha)

freguesias, passando junto ao lugar da Folia, à beira do caminho de Melgaço. A designação local não se aplica a qualquer dos afluentes. Lá que chamem Folia ao Bouça Nova, antes de merecer o nome e de receber o Pêso, como na planta de 1917, ainda se compreende, mas não assim ao regato anónimo de que se ocupam Sousa e Fleury, e é, como mostra a mesma planta, uma derivação do regato do Pêso. Existiria já quando as águas se descobriam? Além da vala, quasi paralela ao Cividade (d direcção S-N), a planta de 1904, que serviu para demarcar o perímetro reservado, não apresenta canal ou curso de água diferente dos apontados nos registos.

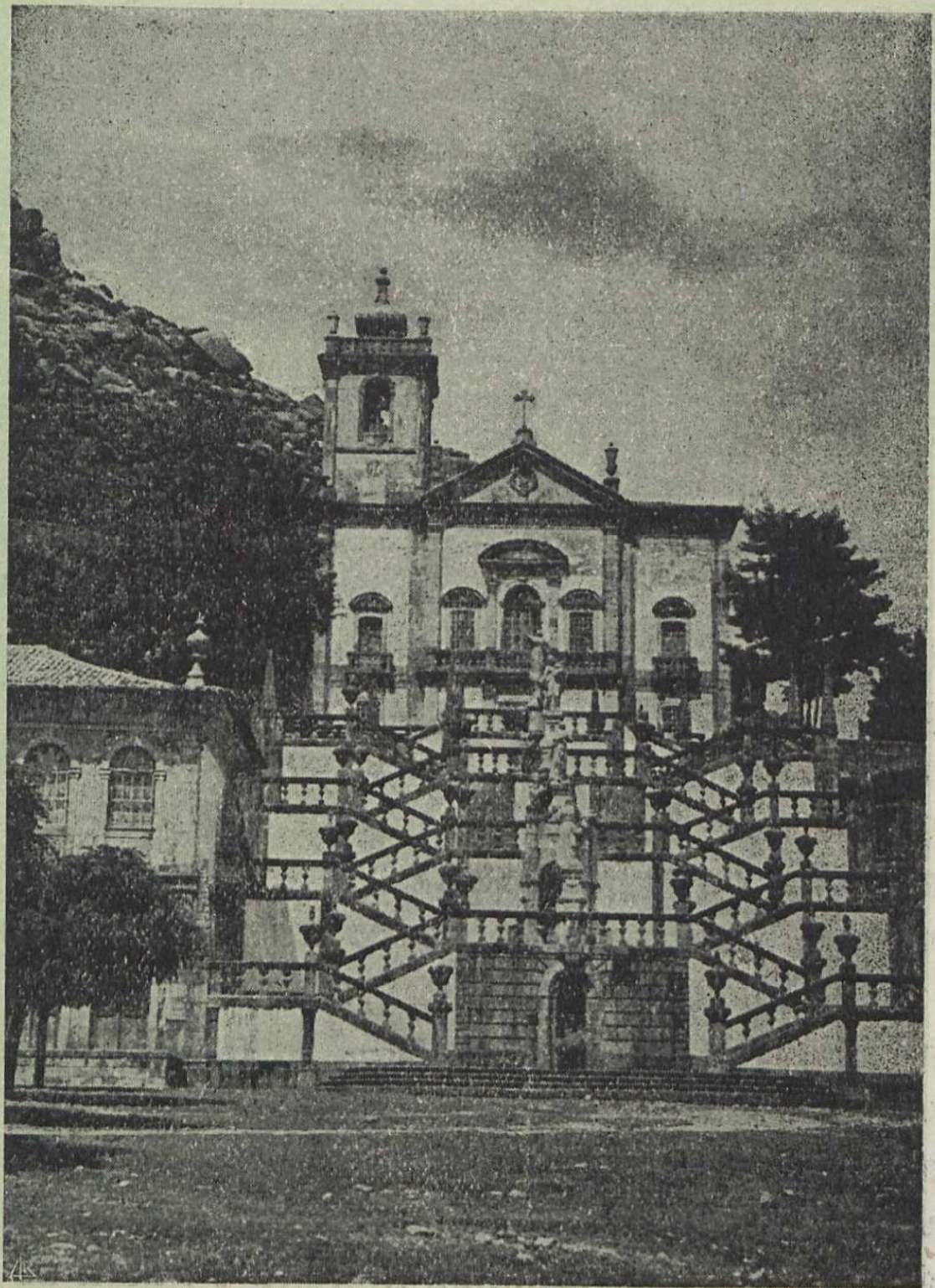
A corga da primeira pesquisa, a que os registos não dão nome, mas que também o tem—corga de Surribas—ou Surribo, a captagem definitiva dessa nascente fê-la desaparecer. Corria leste-oeste, já se sabe; a memória do seu curso sobrevive na planta de 1917, em uma linha que atravessa o pavilhão. As águas foram desviadas do leito para a margem esquerda da corga. O prédio da Empreza, segundo o certificado da Conservatória em 1897, limitava «a poente com o regato do Martingo e do norte com a corga». Martingo — eis aí um outro nome dado à junção do Pêso e do Cividade, ao regato da Folia.

Êste o palco. Vamos agora introduzir os actores.

Lembram-se de que a corga passava à beira de um campo de Antonio Julio Esteves. Um Esteves, Manuel José, era casado com uma irmã do Dr. Vitoriano Ribeiro de Figueiredo e Castro que, em 1884, não era ainda o Dr. Vitoriano, distinto clínico em Melgaço, mas um rapazola quintanista do Liceu de Coimbra a férias na terra natal. Fazia então parte dos programas liceais a disciplina de *Legislação Civil*. A família Esteves via com certa decepção registarem outros as águas que borbulhavam na corga, tão perto da sua propriedade. Mas as águas, para serem exploradas, haviam de rebentar em qualquer parte fóra do leito da corga e, assim, porque não deitar mãos a abrir uma vala por onde rebentassem no campo onde essa vala se abrisse para, ao menos, valorizar o terreno? Seria lícito fazê-lo? Os conhecimentos de Legislação Civil triunfaram da dúvida —era lícito a cada um fazer o que lhe aprouvesse na sua propriedade,

que só pode ser alienado por escritura ou acto público. Por consequência, indicava aos petiçãoários o caminho do acôrdo com os donos das propriedades limitrofes das nascentes. Só em caso de não poderem chegar a tal acôrdo seria admissível a expropriação por utilidade pública nos termos da lei.

Chegou a hora de António Julio Esteves, um dos proprietários visinhos da nascente de Prado, realizar uma transação vantajosa, trocando o seu campo que recusava vender, por outro melhor que lhe ofereceu António de Sousa e Castro. Lavrou-se a escritura em 8 de Julho em Melgaço, estando já o filho do morgado do Pombal internado em uma casa de saúde do Porto, onde poucos meses depois falecia com 38 anos de idade. Seu pai e universal herdeiro relutou em entregar à parceria o campo que fôra do Esteves e por muitos anos havia de ser tudo o que a



SANTUÁRIO DA PENEDA (Cliché do Eng. João Belo Martins)

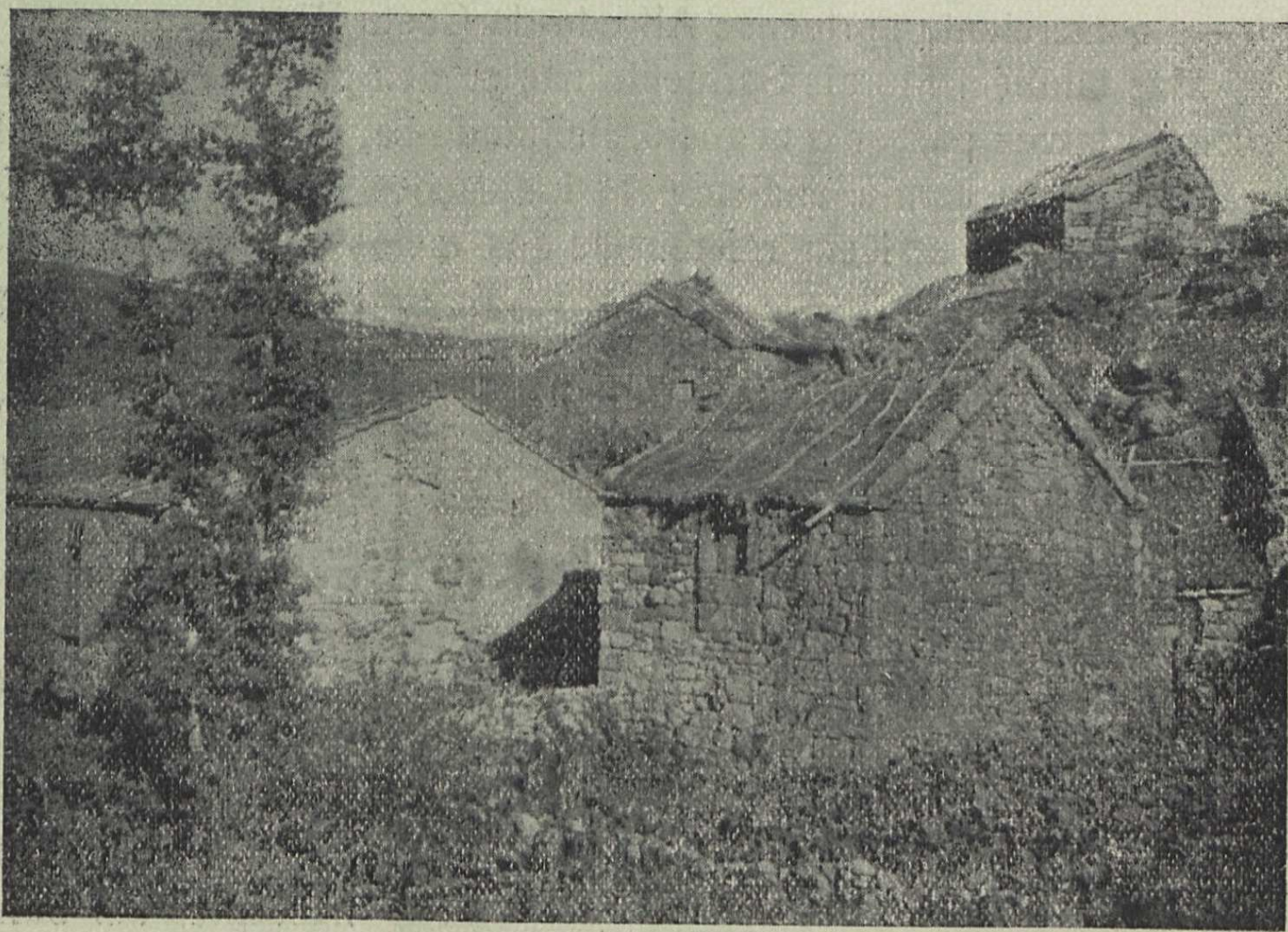
Empreza futura possuía em terrenos. A citada descrição de 1897 mostra-nos o prédio da nascente encravado no campo de Manuel.

inclusivé abrir valas — e o estudante apreciou tanto o seu triunfo que nunca mais se lhe varreu da memória a data de 18 de Setembro de 1884, em que uma turma de homens, trabalhando pela noite adiante, preparava para o dia seguinte a surpresa do rebentamento das águas na propriedade de Manuel José Esteves.

Esta aplicação do Código Civil não impressionou os descobridores das águas, que em 1 de Outubro requereram para que fosse autorizada a Câmara de Melgaço a contratar com êles sôbre a exploração das duas nascentes, de Prado e de Paderne, que diziam situadas ambas em terrenos camarários. Convinha-lhes que como tais fossem considerados os leitos do regato e da corga. Consultada superiormente a Câmara, respondeu apenas, em acta da sessão de 30 de Outubro, que «não se prestando (ela, a Câmara) a obras dispendiosas por falta de capitais, não faria questão na forma do contracto das águas, desde que êste fosse equitativo e a bem do público». Instada sôbre o ponto principal, que ficára sem resposta, declarou por fim, em sessão de 21 de Novembro «que lhe assistia tôda a dúvida» quanto à propriedade dos terrenos, não sabendo, portanto, que espécie de contracto podia fazer. Os descobridores passaram então a pedir directamente a concessão, que era o fim para que se tinham associado, por escritura de 13 de Outubro, com outros seis parceiros, em número igual de Valença e de Melgaço.

Sôbre o pedido da parceria oficiou a Repartição de Minas ao procurador geral da Coroa, em 26 de Maio seguinte, visto não haver regulamento algum para concessões dessa espécie e apenas o Código Civil, no art.º 445.º, dispôr que as questões de águas minerais fossem reguladas administrativamente em conformidade com o interesse público. O caso assemelhava-se ao de um pedido de concessão de umas águas na margem do Tejo, perto de Alvega (Fadagosa do Tejo), sôbre o qual havia um projecto informado pela mesma procuradoria a 11 de Novembro anterior. O procurador da Coroa respondeu com o art.º 434.º do Código Civil, que diz que as águas não navegáveis nem flutuáveis que atravessam propriedades particulares, podem ser aproveitadas pelos proprietários, direito imprescritível

concessão da nascente sem se preocupar com a sociedade. Para isso efectuou novos registos na Câmara, em 10 de Setembro de 1888 e 9 de Fevereiro de 1889, e, sem mais delongas, requereu licença para aplicação terapêutica das águas, que lhe foi concedida, pelo prazo de 15 anos, logo em Julho. Posteriormente à lei de 30 de Setembro de 1892, requereu a concessão, que lhe foi dada por alvará de 27 de Dezembro do ano seguinte.



CASTRO LABOREIRO—Casas de Coímo (Cliché de J. Fronteira)

O *Valenciano* reduziu-se logo ao silêncio. Não sabemos em que se entretinha a sociedade cujos interesses aquele jornal servia, mas só a vemos dar sinal de si um ano mais tarde, em um requerimento, que encontramos virgem de despacho e parece até que de carimbo, a pedir a exploração por 15 ou 20 anos, nos termos da concessão dada a Izidro Magalhães Marques da Costa para as águas de S. Pedro da Torre (em 1883). Tal

José Esteves. O morgado de Pombal conservou-se de posse daquele prédio, adquirido pelo filho a trôco de um terreno melhor que comprara em praça com o seu dinheiro e de que tinha pago a contribuição de registo. Provavelmente a sociedade, constituída com o capital de 300\$000 rs. para, de início reembolsar o sócio Bento Maria Barbosa de 265\$700 já dispendidos em registos e formalidades, não se teria prontificado ao reembolso das despesas de Sousa e Castro exigido pelo herdeiro. Fôsse como fôsse, Moraes Sarmiento, morgado de Pombal, não duvidou em chamar a si a exploração da nascente.

Antes disso, porém, em Novembro de 1885, Bento Maria Barbosa, que se intitulava «sócio descobridor», mandara proceder à análise. O analista C. von Bonhorst, assistente do Laboratório Industrial e Comercial de Lisboa, recebeu as amostras, «em frascos de vidro, de rolhas esmerilhadas, e em garrações»,⁽¹⁾ não deixando, por êsse processo de colheita, de ser a análise, como vimos, rigorosa. Análise e relatório⁽²⁾ foram submetidos à apreciação médica de D. António Cazares, professor e reitor da Universidade de Compostela. O afamado analista das águas de Mondariz concluiu das propriedades químicas das águas do Pêso a sua indicação no *tratamento das dispepsias e outros padecimentos do estômago, das afecções do fígado e da bexiga, principalmente das diâteses úricas e da diabetes sacarina, da anemia e da clorose; e, ainda de várias moléstias cutâneas, applicando-as em banhos à temperatura conveniente.*

O *Valenciano* anunciára, nos números de Setembro de 1885, que as águas de Melgaço se vendiam no Café Central, e, em 1 de Novembro, dava a notícia de que uma empresa de Lisboa tentára adquirir a nascente, mas não se lhe aceitara a proposta, embora vantajosa. Posteriormente Moraes Sarmiento arrendou a venda das águas a Adriano Candido Moreira e tratou de obter para si a con-

(1) Segundo Bonhorst no relatório da análise.

(2) *Relatorio da Analyse da Agua Mineral Ferruginosa Alcalino-gazosa lithinifera d: Melgaço. Feita em Novembro de 1884—Maio de 1885*, por C. von Bonhorst (...) Valença—Typografia Commercial, 1885.

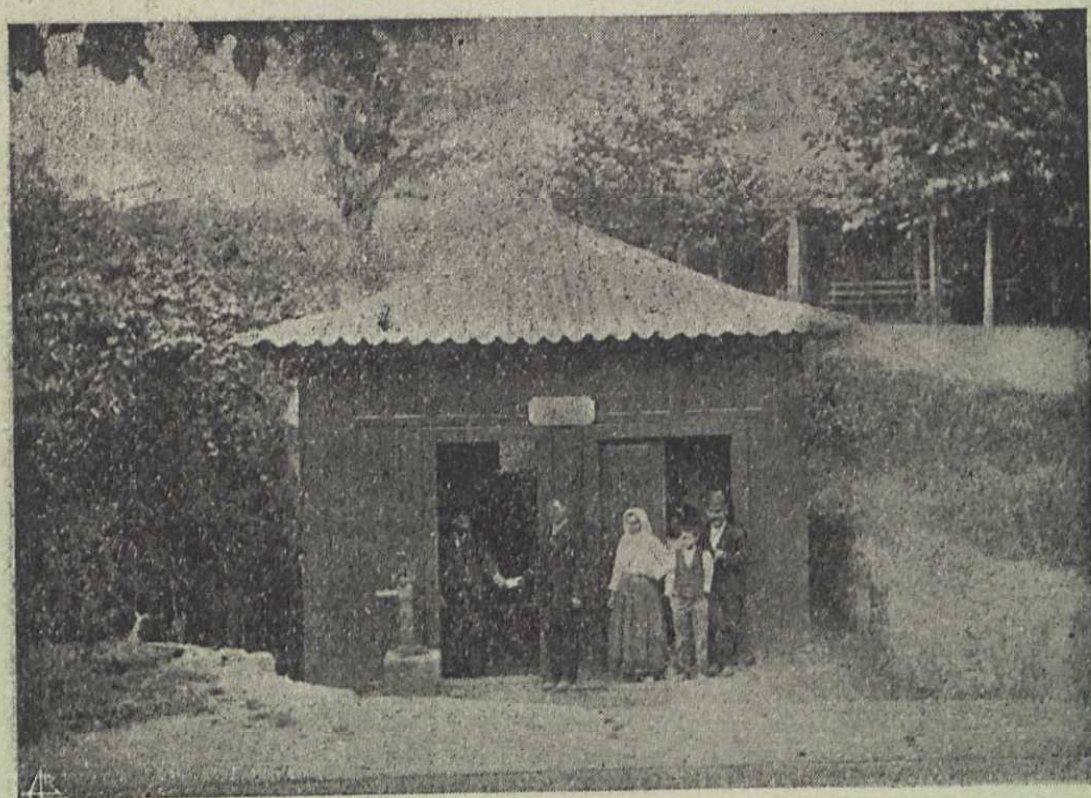
Fevereiro seguinte no livro competente, a fls. 8-9, com esta amplificação:

«tendo conhecimento de que o lençol das referidas águas por êle descobertas, se estende e espalha por diferentes propriedades e terrenos que lhe não pertencem, e querendo assegurar melhor o seu direito à concessão delas por utilidade pública, requer novamente que(...) se lhe tome outra vez o competente registo da descoberta(...) com a declaração de que designa como foco de partida a mesma nascente já descoberta dentro do seu campo e, para que esta lhe não seja prejudicada em vista das diferentes ramificações aparecidas, pretende registá-las na circunferência de 3 km., de sorte que, sendo o centro o já designado, lhe sejam garantidos 500 m. de raio para qualquer dos pontos cardiais».

Em seguida requereu patente de invenção com o privilégio da exploração por 15 anos, que lhe foi concedida em 24 de Julho, patente n.º 1.376, na qual o previdente morgado, cuja solécia, diziam os invejosos, era alimentada pela rabulice do professor primário de Remoães, Antonio Joaquim de Neiva, fez mencionar as nascentes «de Paderne e de Prado». Veio a lei de 30 de Setembro de 1892 e ao abrigo dela tratou Morais Sarmiento de obter a concessão definitiva. No respectivo alvará datado de 27 de Dezembro de 1893 já não se cogita mais que da nascente de Paderne. Sarmiento renunciava nessa ocasião à fórmula anterior, doravante inútil, porque a lei de 1892 garantia a reserva de perímetro. Havia apenas uma nascente em exploração, situada em Paderne, onde ficava também a outra pesquisada em segundo lugar. Prado figurava apenas no registo da nascente explorada, porque ela fôra pesquisada no leito da corga lindeira, talvez mais perto da margem de Prado, para quem tivesse interêsse nessa proximidade. O certo é que, em uma acção judicial da parceria de Bento Maria Barbosa, intentada pela altura do pedido da concessão contra Morais Sarmiento, os parceiros apresentaram em abôno da sua prioridade, além dos trabalhos e gastos que referimos, a captação da nascente, que transportaram «do ribeiro para o Campo das Caldas, onde construíram um sifão de pedra para recolher as águas». Morais Sarmiento explicava também que «não querendo seu filho abandonar a sua primitiva descoberta junto do

requerimento está assinado por Bento Maria Barbosa em nome dos sócios inventores, um dos quais, Sousa e Castro, ignoramos se seria ainda vivo. A data é a de 6 de Outubro de 1886 e, por tanto, a diligência vã, pois, como virá mais tarde dizer Morais Sarmiento, a concessão tinha de ser pedida porque ao cabo de oito mezes expirava o prazo contado da data do registo. Depois desta tentativa os dois sócios da *Viação Valenciana*, que não pensaram senão em se desfazer dos quinhões das águas, logo (1887) encontraram comprador—o comerciante portuense Alfredo da Costa Braga.

Mas também Morais Sarmiento não se deu pressa em requerer. Procurou talvez passar o negócio, limitando-se, para isso, a publicar o prospecto com a análise e as indicações terapêuticas do Dr. Cazares, em que se lêem referências aos meios de transporte e às



Reprodução de uma velha fotografia do Antigo Barracão

belezas naturais, gabadas por famílias portuguesas e espanholas que percorreram a estrada raiana, e êste período que serve de legenda à gravura junta: «Os senhores Castros Sarmientos mandaram edificar junto das nascentes um barracão próprio para se poder com comodidade fazer uso da-

quelas águas medicinais». Não iria muito longe o morgado de Pombal com o proveito deixado pelos aqúistas, mas o arrendatário ia aumentando, como melhor podia, a venda de águas engarrafadas.

Em 10 de Setembro de 1888, o morgado pediu enfim, como vimos, novo registo das águas sitas no Campo das Caldas, «cujo foi de António Julio Esteves», registo que se efectuou a 9 de

Os quinhões eram repartidos entre sete sócios. Moraes Sarmiento continuava com os 2 décimos. Costa Braga aparecia com os dois quinhões que adquirira dos «sócios descobridores» valencianos e outro mais que em 1888 tinha comprado ao alferes de caçadores 7, Almeida Fragoso, também sócio fundador. A outra metade do capital dividia-se em décimos por sócios da primeira parceria, a que chamamos fundadores, os proprietários Abílio Augusto Lucas de Sobral, de Valença, e Santos Lima, cujos apelidos figuram na razão social—Santos, Sobral & C.^a—, Aurélio Saavedra e Silva, o advogado António Joaquim Durães e o médico António Pereira de Sousa. Um décimo passa, em Setembro de 1897, das mãos de Aurélio Saavedra e Silva e sua mulher às de António Maria Guerreiro Ranhada, proprietário do Hotel do Pêso. Pela escritura, acompanhada do certificado da Conservatória, vê-se que o valor venal de toda a empresa era de 5 contos e o dividendo esperado nesse ano de quatrocentos mil reis. No ano seguinte, sabemos pelo balanço, que as contas de capital dos sócios, eram de 20 contos e as de suprimentos de 1.239\$716 rs. Na conta de Ganhos e Perdas foram lançados 40\$000 rs. do alvará de transferência da concessão de Moraes Sarmiento, com data de 2 de Junho e publicado no *Diário do Govêrno* do mesmo mês e ano. O primeiro relatório impresso é o da gerência de 1899, assinado pelos gerentes António Pereira de Sousa e Vitorino Augusto dos Santos Lima. O nome do Dr. Pereira de Sousa, o director clínico, foi, aliás, riscado à pena.

Deixemos por um pouco as prespectivas sociais para saúdar um homem que embora novo entre os sócios da empresa, havia uns dez anos se tornara figura principal da estância, por ser quem nela introduziu um meio essencial de progresso — o hotel. Sem hotel nunca poderia haver estância e sem um hoteleiro como o Ranhada — é o mesmo que acima nomeamos como comprador de uma décima parte das águas — pode afirmar-se que nunca a estância do Pêso seria o que tem sido. Não construiu um «Palace»; quási de uma assentada pôde realizar o que ainda hoje existe — um edificio que oferece confôrto a uns 130 hóspedes, constituído por um corpo principal

ribeiro e conhecendo que as águas tinham o seu primitivo assento, não junto do ribeiro, mas no campo denominado das Caldas», fôra êsse campo adquirido para nêle se fazer a captagem. Uma vez que a nascente era explorada em Paderne, e que, de mais a mais, haveria um perímetro de reserva, o concessionário não tinha nenhuma necessidade de mencionar Prado, não tendo ali em vista qualquer nova exploração. Se pensasse em explorar outra nascente, seria a do regato do Pêso, na área também de Paderne. Fixemos, pois, isto: a concessão foi dada, e muito bem, em Paderne.

Entretanto, a sociedade, cuja actividade desaparecera por morte de António Augusto de Sousa e Castro, recobrou ânimo em 1891, intentando uma acção contra Morais Sarmiento, a reivindicar o direito à exploração das águas. No livro publicado em 1892, *Águas mine-ro-medicinais de Portugal*, o Dr. Alfredo Luís Lopes recolheu a notícia de que se esperava a organização de uma companhia. Tudo indicava que o pleito iria terminar por uma transação e, de facto, a transação fez-se a 8 de Setembro de 1893, tendo a sociedade sido, por sentença de 28 de Julho, investida em todos os direitos das águas. Morais Sarmiento ficava—provavelmente porque o chefe da secção da Alfândega de Melgaço, Manuel Bento da Rocha Júnior, lhe cedera o quinhão que lhe pertencia—com 2 décimas partes e o direito, de que não tardou a usar, a aliená-las. Os mais sócios reconheceram que nada lhes pertencia dos lucros anteriores. A sociedade ficava obrigada a deixar retirar um barracão construído no Campo das Caldas para depósito de garrafas, no caso de a pessoa que ali o edificara se não prontificar a deixá-lo pelo seu valôr. Essa pessoa era, sem dúvida, o arrendatário da venda das águas, Adriano Cândido Moreira, de quem só a tradição conservou o nome⁽¹⁾.

Por escritura de 1 de Maio de 1894, organizou-se a sociedade nos termos previstos no contracto de 13 de Outubro de 1884. O capital, que era de 20 contos, estava representado no Campo das Caldas.

(1) Em entrevista dada ao «Portugal» de 20/VI/1917, o Snr. Mário Antunes Leitão referiu-se a Adriano Moreira como primitivo explorador das águas de Melgaço. Foi de facto, quem as lançou no mercado, como arrendatário.

tão lindo!...» De dentro:—«Estará, estará, sr. Ventura, mas eu é que não posso mexer as pernas. Tomara eu que me deixem».

O lavrador *Ventura* com a mulher—Ai! que o homem morre-me em casa! O' Maria, e que te parece?—Que me parece?! Que arranjaste bem bonita; agora é aguentar. Depois do cavalo morto...—Cala-te para aí, não me faças subir os miolos à cabeça. Olha que ninguém s'alevanta senão depois de que cai.—Mas ninguém cai por querer quebrar as ventas; e tu é porque quiseste; porque bondava a gente olhar pra êle, pra ver que o homem vinha mas era para a viagem do outro mundo».

Lento e lento, porém, o sr. Guerreiro Ranhada foi estendendo as pernas, o bastante para ao cabo de quinze dias, dar o pontapé na morte. Melhorou. «É grato ao benefício, e porque tinha encontrado as *suas águas*, com os poucos cabedais que do Brazil trouxera, resolveu comprar ali terreno e fazer uma casa para lá ir passar a temporada. E, como ali não havia, nem ainda há, casa decente, resolveu convertê-la em hospedaria. Em 1890, comprou o terreno e começou logo a edificação, de modo que já em 1891 abriu e pôde receber alguns hospedes. Como os aquistas, de ano para ano, têm crescido em número, já o ano passado tinha um acréscimo igual à casa primitiva; êste ano deve estar ultimado e pronto a funcionar»⁽¹⁾. Estavamos em 1896. Completado o hotel, Ranhada pensou em entrar na companhia das águas.

O silêncio de Mons. Silvano a respeito da Empreza e do clínico da estância não causa admiração. A plena liberdade no uso das águas, modalidade única do tratamento, não favorecia muito as relações dos aquistas com o médico. Com o hospedeiro, os aquistas conviviam. Demais, as referências que se lhe faziam eram muito justas. Mas, aquele silêncio, pôde também reflectir certo descontentamento, mais compreensível em quem tinha todos os seus haveres ligados à sorte da estância, do que naqueles que a frequentavam esperançados numa cura rápida. Mons. Silvano, à primeira vez que experimenta as águas e se dá bem com elas, torna-se um grande propagandista das virtudes da fonte do Pêso. Proclama-a muito superior a Mondariz no tratamento da diabetes, o que não é favor; e também lhe sobeja razão

(1) Diz a tradição que foi com dificuldade que Ranhada conseguiu adquirir o terreno onde construiu o hotel, porque a gente do lugar não queria admitir estranhos. Só com o futuro sogro foi possível a transacção—de outro modo talvez o local escolhido fôsse mais próximo da nascente. Ainda assim, o terreno teria sido caro por 40\$00 rs. Os recursos de Guerreiro Ranhada parece que não eram grandes e consta que foi o industrial portuense José Bento Pereira que o auxiliou e animou na empreza. A lotação dos dois pavilhões construídos era, segundo Mons. Silvano, de 80 hospedes.

(51 quartos) e um pavilhão (21 quartos), separados pela estrada, outra ra poeirenta. O hoteleiro é que era tudo, devendo para isso começar por ser «um santo» no consenso — até onde nos foi possível verificar, unânime — dos hóspedes que o conheceram⁽¹⁾. Aos filhos devemos serviços inestimáveis — as informações e documentos com que largamente nos auxiliaram na elaboração dêste trabalho — prestados por inata gentileza e também com o louvável desejo de exaltar a memória paterna. Não pensamos agradecer-lhes procedendo como outros cronistas da estância que nada lhes devem. O primeiro, escrevendo quando êles ainda não eram nascidos, não encontrou na estância outra coisa a que se reportar senão à pessoa de Ranhada. Seguindo êste cronista, não muito temporão, cujo folheto *Notícia Histórica e Prática das águas de Melgaço* foi impresso em Valença, na Tipografia do «Noticias», em 1896—Mons. Almeida Silvano—, vejamos como a história da estância emerge dos tempos nebulosos de exploração vadia:

«Aí por meados de 1887», Ranhada regressava do Brasil à sua aldeia natal, Vilar de Mouros, no concelho de Caminha. Era a segunda vez que a falta de saúde—o fígado rebelde—o obrigava a interromper a sua labuta emigrante iniciada uns doze anos atrás. Logo que chegou, apressou-se a consultar e os médicos receitaram-lhe Gerês, prescrição que seguiu nêsse ano e no seguinte em que experimentou também Mondariz. Em 1889, voltando descorçoado de Mondariz, ouviu gabar as águas do Pêso e logo se põe a caminho «como o naufrago que se agarra à tábua». «A jornada foi penosa», não porque não houvesse *diligência* que o transportasse, mas, provavelmente, «tal era o estado em que ia»! «Acreceu a dificuldade de encontrar casa onde se alojasse, havendo de sujeitar-se a ficar num pobre casebre do lavrador *Ventura*, que agora é lá visinho do hotel». (Mais tarde seria sogro do proprietário).

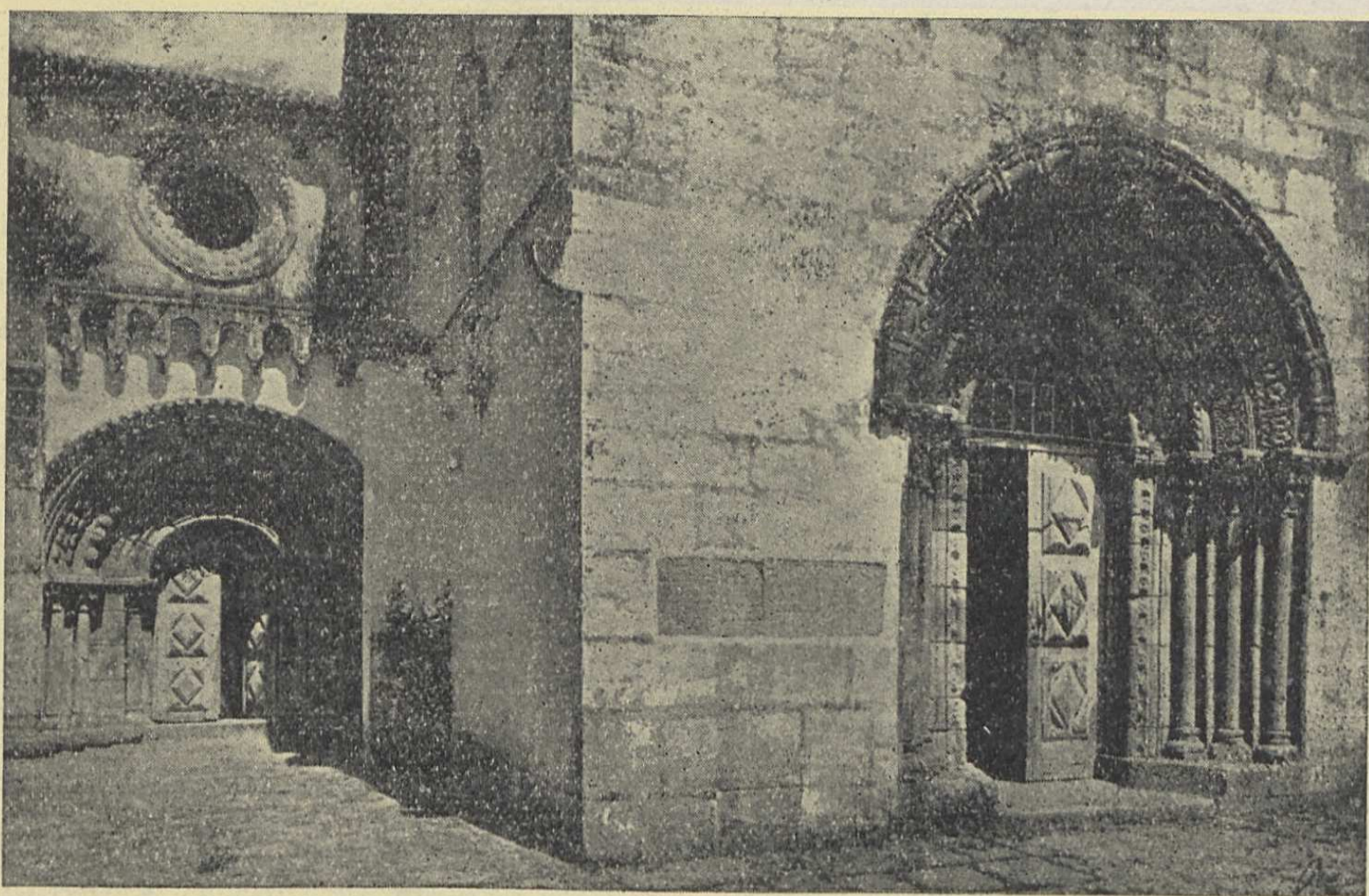
Começou Ranhada a «beber as águas em casa, porque não tinha pernas que o levassem à nascente. Passava o dia quási todo na cama». Começa então a representar-se a comédia com monólogos e diálogos no género dêstes que Mons. Silvano registou:

O lavrador *Ventura* para os vizinhos—«Ele qualquer dia aparece-me para aí estendido e morto na cama. Ai! os trabalhos em que me meti».

O lavrador *Ventura*, batendo à porta do quarto do snr. Guerreiro—«Antão o sr. no sai cá pra fora? Venha dar um passeio. Está o tempo

(1) «O tipo mais completo da bonomia nacional» segundo o relator da excursão do curso do Prof. Tiago de Almeida em 1912, *Excursões*, pag. 63.

de um propósito combativo que supomos se definira no espírito de Ranhada. Concretamente, reclamava para a estância a atenção da Câmara de Melgaço sôbre a necessidade de arborizar a estrada, extinguir o pó regando-a e construir o ramal até à beira do rio; da Empreza esperava uma melhor captagem, ou encanamento, e a análise rigorosa das águas, que se lhes incrementasse a exportação e fizesse propaganda.



Igreja de S. Salvador de Paderne

A ideia de o proprietário do hotel andar então a encher de queixas e projectos os ouvidos dos hóspedes, é méra suposição partindo de uma verdade. Nessa e em muitas outras ocasiões Ranhada se daria conta da necessidade de lutar pela vida da estância. E saberia fazê-lo como quem tinha mais que perder que qualquer outro, sócio ou não da Empreza.

Consta mesmo que, certa ocasião, andando o Dr. Pereira de Sousa a mexer demais na nascente e vindo, em consequência, a faltar a água, se enche de coragem e procurou o responsável para

quando considera o sítio muito mais aprazível que o da estância rival, num covo da serra do Suido. Mas o segredo da grandeza de Mondariz estava na tenacidade dum homem de iniciativa. Os melhoramentos devidos a D. Enrique Peinador y Vela consolidavam as preferências da grande clientela portuguesa arrastada pela intensa propaganda; o correspondente de D. Enrique na leal cidade, era Alfredo da Costa Braga. Não podiam já as pessoas inteligentes conceber que o homem de Mondariz deixasse de pezar com as *suas* cotas —as de Costa Braga—nos destinos da nova estância, procurando asfixiá-la como um usurpador procura extinguir a descendência do rei legítimo.

Não nos atrevemos a passar certidão negativa das intromissões de Peinador na vida do Pêso. A tanto nos não habilita o arquivo disperso de Santos, Sobral & C.^a, tão desfalcado de documentos «inutilizados por needade ou malvadez», segundo se permite dizer Ferraz de Sequeira.⁽¹⁾ Simplesmente porque em qualquer estremecimento da vida da Empreza, certidão de acta ou autos de processo, nos foi impossível encontrar vestígios da acção de Peinador, temos por lendária a sua interferência nas coisas de Melgaço.

Registemos apenas como coisa certa que bem cedo o descoroçoamento invadiu a estância e para tal disposição de ânimo, se Peinador não existisse, teria de ser inventado. No Pêso, a ideia de uma constante perseguição às águas remonta quasi à descoberta das nascentes. Tão radicada está, que ainda depois de desvanecida a lenda das intenções de Peinador, se procuraria transferi-las para a Empreza, que, conjuntamente com as águas do Pêso, explora outras águas nacionais. Se apenas com tais armas combatiam os paladinos da estância, não admira que ela não tivesse suplantado Mondariz.

Não eram estas, em regra, as armas de Ranhada, claramente um optimista. O hepático missionário autor do folheto era um espírito dado às letras... Mas, pugnando no *Jornal de Melgaço* e no folheto pelo progresso do Pêso, chega a parecer empolgado pela realidade

(1) António Ferraz de Sequeira.—*Estabelecimento Hidrológico de Melgaço. Parecer sobre alguns dos serviços dêste Estabelecimento*, Porto, 1926.

aguentou, como sempre, ajudando outros, servindo a estância até à morte, ocorrida a 18 de Julho de 1936. Esta singela biografia resume cinquenta anos de história da estância.

O hotel com a sua ampla sala de jantar, a penumbra do salão e o piano dolente a responder saudades, nas paredes os desenhos de Teixeira Lopes, hóspede ilustre,⁽¹⁾ quantas recordações o tempo ali deixou! Em 1895, já a vida da sociedade, concentrada no corpo principal e ainda único do Hotel de Ranhada, era intensa. Parece-nos que não devíamos ter dito já, porquanto talvez não tenha havido em termas outra época de animação igual à dos primeiros tempos, quando a sociedade dos aquistas convivia com a sociedade distinta dos arredores, atraída pela novidade que se lhe proporcionava a dois passos das respectivas quintas e solares. Foi uma prova dessa animação a festa que teve lugar no dia 26 de Julho de 1895, presidida pelo Visconde de Fragosela, festa oferecida pela colónia aquista do Pêso às pessoas distintas dos «povos das cercanias», com Zé Pereira, jantar, foguetes, jogos, ornamentações, música...

Vem a propósito dizer que se em muitas termas portuguesas o convívio dos hóspedes com a sociedade local se reduziu a quasi nada, aqui ainda as senhoras das circunvisinhanças animam com a sua gentileza as festas da estância.

Como nas estâncias melhor frequentadas, desde cedo no Pêso a caridade esteve aliada às diversões dos veranistas, não ainda sob a forma especializada que havia de revestir em época muito posterior, orientada pelas necessidades de ao pé da porta, como a filial que a Associação Protectora dos Diabéticos Pobres em época recente manteve na estância, ou a Misericórdia de Melgaço, ainda por então animada do impulso inicial do benemérito provedor José Cândido Gomes de Abreu que, em 14 de Fevereiro de 1876, lhe lançou a primeira pedra. Da mendicidade local, que já então devia ser um grande flagelo para os aquistas, a crónica antiga não reza, não que necessá-

(1) Teixeira Lopes; no Hotel da Quinta do Pêso, Júlio Dantas; e tantos outros: o Pêso póde dizer-se como Mondariz por palavras da Condessa de Pardo Bazan: «Aqui se curan los estragos del pensamiento y los daños de la civilizacion».

lhe declarar que ou a água aparecia até o dia seguinte ou «lhe estoiro os miolos e estoiro os meus.»⁽¹⁾

Por acaso, veio Guerreiro Ranhada a topar com alguém disposto a ceder pelo justo valor a sua parte nas águas. Dêste modo, alcançou na Empreza uma posição que não sabemos se algum dia conseguiu melhorar. Com tôda a boa vontade nossa, secundada pelos herdeiros, não conseguimos apurar outro *documento* senão um bilhete postal que nada esclareceu, mas que, no entanto, reproduzimos:

*Câmara Municipal de Matozinhos—Gabinete da Presidência.
18 de Junho de 1918.*

Meu Caro Am.º e Sr. Ranhada

Desculpe-me não ter respondido há mais tempo à sua carta de 27 do passado, mas como tencionava ir a Valença, aproveitava a oportunidade para ir até ahí; e então conversariamos sobre os negócios da nossa Empresa visto não ser conveniente fazê-lo por meio de correspondência. Infelizmente não pude ainda fazer a viagem projectada, mas logo que a realize não me esquecerei de o visitar. O que acho graça é a oferta dos 80.000\$000, pois nem pelo dobro daria o meu voto!

*Seu Am.º mt.º agradecido
Alfredo da Costa Braga.*

O que do bilhete transpira, são entendimentos para a venda da Empreza das águas, assunto que preocupa Ranhada e Costa Braga como sócios chamados à actividade, na defesa dos interêsses sociais, por motivo de vicissitudes por que passara a mesma Empreza e que na devida oportunidade se dirão. Corria que, anos antes, Ranhada propusera a compra para si e por cem contos. Tal proposta parece inconciliável com a época imediatamente anterior às vicissitudes aludidas, por se poder supôr que António Maria Guerreiro atravessava na ocasião dificuldades de qualquer natureza. De facto, algumas vezes se viu em embarços na gerência do hotel. Justamente em 1913, ano agitado na vida da Empreza, chegou a anunciar que pretendia trespassá-lo. Seria, apenas, descontentamento? O certo é que lá se

(1) Cfr. Ferraz de Sequeira, op. cit., 3-4: «O... médico do estabelecimento, andando em experiências, foi surpreendido pelo desaparecimento da água medicinal. A notícia correu com rapidez pelas povoações, ao Dr. Sousa faltou a serenidade e o Sr. António Ranhada...».

no início e outra no final do tratamento para conhecer o regime a seguir, e uma análise de urinas. Fóra disto, consulta no gabinete a 500 rs., e a 1\$000 rs. no hotel e análises a 1\$500 rs. Foram 330 os doentes inscritos em 1897 e 401 no ano seguinte. Eram diabéticos, hepáticos, gastrálgicos, nefríticos, etc., de perto e de longe, não faltando também de Lisboa, sem maiores fadigas de viagem que para Mondariz. A estância galega, então muito frequentada pela sociedade de Lisboa e do Porto, foi um magnífico réclame para Melgaço, acabando por lhe ceder os diabéticos que iam de Portugal, arrastados pelos amigos, e lá confabulavam àcêrca das virtudes apregoadas das novas águas,⁽¹⁾ achando-se quási sempre presente quem já as tinha experimentado. Resolviam não tornar a errar o caminho. No ano seguinte, faziam trasbôrdo na estação de Guilharei para o comboio da linha de Orense e apeavam-se em Arbo, em frente do Pêso.⁽²⁾ Atravessando o rio — o morgado de Reguengos pusera uma barca para passar de graça, evitando as disputas dos barqueiros portugueses e espanhóis —, com mais meio quilómetro a pé, estavam na estância. O pior era êsse meio quilómetro, a subir. Chegavam os mais na diligência, que da estação do caminho de ferro de Valença os conduzia em 5 horas por 450 rs., ou em trens que por 5\$000 rs. faziam o mesmo percurso em menos uma hora ou hora e meia. Viajavam sempre em solo pátrio e não andavam meio quilómetro a pé. Paravam no hotel os que podiam pagar 1\$200 ou 1\$000 rs. Hospedavam-se outros pelas casas dos lavradores, que por uma diária de 300 rs. se responsabilizavam ainda pelos serviços culinários.

Na temporada de 1901, fez uso das águas o ministro das Obras Públicas, conselheiro Vargas. A Empreza gastou 22\$380 rs. na recepção. O ministro prometeu uma estrada para a margem do rio, de que se levantou a planta e que a Comissão de Iniciativa realizou, nos seus 630 m., há poucos anos, quando já há tantos ninguém chega por Arbo. Os concelhos extremos do Alto Minho exultaram, vendo

(1) Troncoso (1862) e Gandara (1871) são respectivamente 22 e 13 anos mais antigas que Melgaço (1884).

(2) Esta linha fôra inaugurada em 1880.

riamente os corações houvessem de ser menos sensíveis, mas não seriam os intelectos ciosos dos planos para resolver os grandes problemas? Se ficamos sem saber como nos albores dêste século se resolvia o problema da mendicidade local, ao menos a imprensa guardou a memória do festival realizado por iniciativa de uma comissão de hóspedes do hotel novo (Quinta do Pêso), no dia 2 de Agosto de 1903, em benefício do Asilo de S. João, do Porto, com iluminação, fogo e concêrto pelo sexteto Pedrinha.

As inscrições para tratamento foram reguladas por diploma de 31 de Agosto de 1898, publicado no D. G. de 24 de Setembro. Por 1\$500 rs. o aquista tinha direito ao uso das águas na copa, a levar 300 gs. para cada refeição ao preço de 20 rs., a duas consultas, uma



• A catastrophe de Aguidaban.
Bas-relief en bronze au Arsenal de Rio de Janeiro.

do pintor António Barbosa
muito preto por todas as atempuras que
nos prestam no seu hotel

off 40

Julho 1903

Feij. Lopes

do o engenheiro do Sul, quando se verificou que o resultado merecia a pena, pois só a 5 de Março de 1904 a Viscondessa requereu licença para explorar a nascente de águas medicinais que encontrara.

A Empresa também estava muito divertida a ver no que aquilo dava, e só em 22 de Agosto, quando, naturalmente, «os trabalhos já iam longe, é que veio reclamar». A 28, a Viscondessa foi, administrativamente, intimada a suspender as excavações até que se fixasse o perímetro requerido, pela Empresa. Aos éditos ou intimação aos proprietários do solo compreendido nêsse perímetro, respondeu a Viscondessa opondo as suas razões, em 22 de Outubro. Os argumentos do pedido de concessão de 5 de Março foram deduzidos pelo Eng. António Maria da Silva. A Repartição de Minas mandou fazer o reconhecimento geológico das nascentes pelo chefe da circunscrição mineira do norte, eng. Correia de Melo, e êsse trabalho foi depois completado pelo engenheiro chefe e professor de mineralogia e geologia da Politécnica, Ferreira Roquete.

A Empresa, como era de esperar, reclamou contra a concessão pedida pela Viscondessa, fazendo acompanhar a sua reclamação de um parecer assinado pelo eng. Alfredo Freire de Andrade, datado de 11 de Maio. É o mesmo a que já nos referimos. Nêle se lê:

«São más as condições das águas de Melgaço; o caudal da nascente é pequeno, 1 litro por 24",8 na ocasião em que o medi, e tem já sofrido variações grandes, chegando quasi a desaparecer em consequência de trabalhos executados nas proximidades; em volta das nascentes principais e seguindo a direcção do filão de pegmatite, há grande número de fugas, visíveis pelas bolhas gasosas que através das águas se escapam; o nível da captagem é inferior ao do terreno vizinho e para as nascentes serem aproveitadas para banhos terão que ser elevadas as águas, o que, quando estas são gasosas, é inconveniente; e, finalmente, a captagem está incompleta e imperfeita. O sistema a empregar pela Empresa deverá ser o de descobrir a rocha ao longo do afloramento das águas numa extensão variável entre 50 e 100 metros, cegar ou tapar as fugas que se encontrem, empregando seguidamente um sistema de captagem tendo em consideração os dois elementos opostos, nível de emissão das águas e seu caudal, os concilie no melhor dos interêsses da sua exploração comercial. Isto ainda com a vantagem do aproveitamento integral de todos os elementos da nascente. Ora é êste processo de captagem que julgo o único razoável, que se não poderá pôr em prática, quando seja feita a concessão que agora se pede, caso em que ambos os concessionários continuarão, com mais razão do

aproximar-se o suspirado prosseguimento da via férrea de Valença a... Melgaço. Apenas o último se enganou, mas rejubilariam, mesmo assim, todos, em 1915, com o comboio em Monção, donde não prosseguiu.

Vimos que a concessão foi transferida para a Empresa das águas em 1898. A nova concessionária reconheceu, em acta de 11 de Janeiro dêsse ano, a necessidade de obras de captação nas nascentes, como preliminar de uma análise geral das águas e seu estudo clínico. Resolvido o assunto em reunião de 14 de Setembro de 1899, deu-se princípio a trabalhos de captagem que ficavam concluídos em 1902. De análise só em 1907 se cogitaria. Outras preocupações, entretanto, absorviam a atenção da Empresa.

Tendo mandado levantar a planta do perímetro reservado que se propunha requerer e, de facto, requereu a 24 de Outubro de 1902, procurou, em seguida, entabolar negociações com os proprietários dos terrenos abrangidos. A Viscondessa do Pêso rejeitou a proposta que se lhe fez, de entrar para a Empresa, ou com terrenos ou com dinheiro e em Abril seguinte, mandava proceder nas suas terras à abertura de um poço e extensas e profundas valas «normalmente à direcção seguida pelo filão das águas da Empresa».⁽¹⁾ Dizia procurar umas caldas que a tradição localizava no Campo das Caldas, nome extensivo a ambas as margens do Martingo, limite da sua propriedade.

Seria talvez pelas férias da Páscoa que a Viscondessa, vindo de Paredes de Coura, o Eng. António Maria da Silva e o corretor de câmbios da praça do Porto, Alberto Gomes, se encontraram no chalé dêsse, no Pêso, a elaborar o plano das pesquisas. Aventámos a Páscoa por ser o tempo da lampreia e do salmão, o que leva muitos portuenses a visitar naquelas férias o Alto Minho. Mas pode ter sido mais tarde, começando as obras de excavação ao acaso e vin-

(1) Eng. Alfredo Freire de Andrade — *Parecer apresentado na Repartição dos serviços técnicos de minas pela Empresa das águas minerais de Melgaço juntamente com uma reclamação contra o pedido que a Viscondessa do Pêso de Melgaço fez para explorar uma nascente de água minero-medicinal, que brota no seu prédio rústico denominado Campo das Caldas, situado na freguesia de Paderne, concelho de Melgaço, distrito de Viana do Castelo*. 1904. Imprensa de Libanio da Silva, 29, R. das Gávias, 31, Lisboa. Pags. 4 e 8.

horas (Nascente Principal)⁽¹⁾. A análise química e bacteriológica foi confiada à proficiência do Prof. Charles Lepierre e do químico português Dr. António da Cruz Magalhães. As águas repartiam-se por três nascentes muito próximas, mas de diferente composição. As duas, descobertas em época posterior à *Principal*, vieram, em gradual diminuição, a extinguir-se. A *Principal*, a mais rica das bicarbonatadas cálcicas portuguesas, rica em magnésio e ferro, arsenical, litinada, apresentava uma quota salina dupla da da *Galeria das 4 Nascentes*,⁽²⁾ trípla da da chamada *Férrea*,⁽³⁾ aliás a menos férrea. Constituíam um mesmo tipo de águas, oferecendo na diversidade da graduação perspectivas curiosas. A *Férrea*, com ser a menos mineralizada, poderia acaso, como sugeria o analista, *ser a mais activa pelo grau de dissociação dos sais*.

A seguir à análise das águas, acometeu-se uma obra de vulto inesperado: o monumental pavilhão da nascente (1909-1912), concepção do Eng. Couto dos Santos, que pretendia exceder em amplitude quanto havia no género em estâncias portuguesas. Custou 40 contos, vindo elevar para 43 contos o valor das obras e construções da Empresa.

Do período de 1904 a 1914 apenas dois relatórios da gerência nos vieram às mãos: o de 1910, assinado pelo Dr. Pereira de Sousa, que parece ter acumulado com a direcção clínica o cargo de gerente

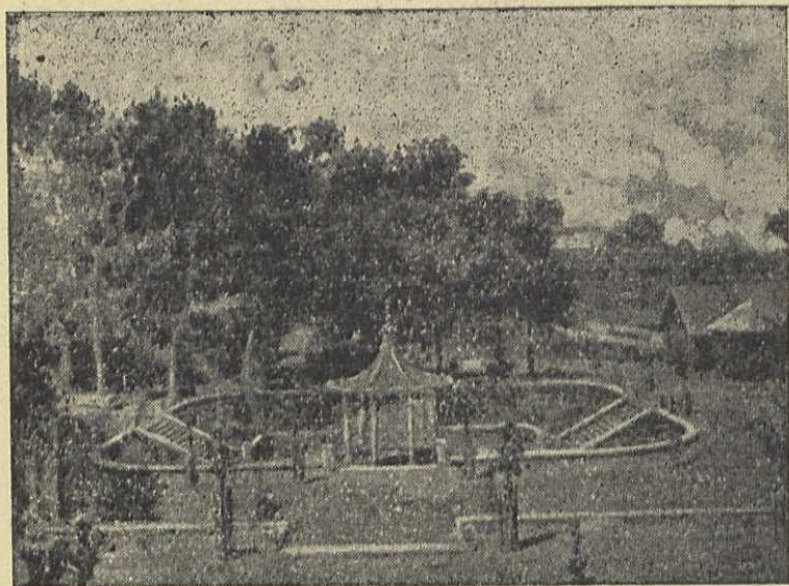
(1) Charles Lepierre, em Antonio Duro, *Águas minero-medicinais de Melgaço*, Porto, 1915.

(2) Ainda em 1926 dizia Ferraz de Sequeira: «A chamada galeria das quatro nascentes fornece água (...) em quantidade de sobra para o serviço do Balneário desde que esteja fechada. O seu nível inferior reconhece-se pela tubuladura que espera ligação para a campânula que deveria ficar á direita da fonte principal; e o seu nível superior natural eleva-se ainda acima do primeiro degrau de madeira sôbre o estribo circular (da buvette). Esta galeria comunica com a condução das sobras da nascente principal por meio de um tubo de chumbo revestido de cimento, prevenindo assim o caso de se danificar, pois seria de difficil compostura em vista do ácido carbónico ali acumulado (Obra concluída em 1910). Apresentando esta galeria tão elevado nível, muita facilidade haverá em conduzir-lhe a água para junto do Balneário». Tratava-se de águas de infiltração misturadas com águas minerais saídas pelo tubo de descarga de drenagem.

(3) Foi abandonada a quando da construção do pavilhão da Buvette, diz Ferraz de Sequeira. Situava-se no canto exterior N. junto ao portão a E., em nível superior á fonte principal 1^m,30.

que até aqui, com o sistema de ir baixando o nível da captagem à medida que o caudal diminui, *e isto com risco grave para ambos*».⁽¹⁾

A licença para a exploração da nascente da Quinta do Pêso não chegou a ser dada. O perímetro reservado de 15 hectáres foi



A ANTIGA BUVETTE
(Reprodução de uma velha fotografia)

concedido á Empreza por Portaria de 11 (publicada a 23) de Novembro de 1904. Começaram então os trabalhos definitivos de captagem sob a direcção do eng. Freire de Andrade⁽²⁾. Em Agosto de 1906 procedeu-se, enfim, ao assentamento da copa e no Agosto seguinte à análise.

A captagem teve como consequência um considerável aumento do caudal, que triplicou em

relação ao volume medido em 1904 pelo eng. Freire de Andrade (=2.482^l,7 em 24 horas), passando em 1907 a ser de 8.294^l,4 em 24

(1) O antigo fiscal da Empreza, sr. Bento Pinto, conta uma história que podemos talvez relacionar com a crença vulgar, pouco inclinada a admitir êste risco. Quando o Eng. Freire de Andrade, convidado para dirigir a captagem, teve ensejo de pôr em prática o programa enunciado no Parecer, acontece que, num dia de chuva, que o impediu de descer de Melgaço ao Pêso, ficou o fiscal a dirigir os trabalhos. Era numa ocasião em que as águas, ao sabor da fugacidade costumada, tinham desaparecido. O engenheiro tencionava baixar cautelosamente, até uma certa profundidade. O sr. Bento, aproveitando-lhe a ausência e como visse que as águas teimavam em não aparecer, fez êste raciocínio maluco: «ou acabo de vez com tudo ou as águas aparecem». De acôrdo com a sua fé, baixou a uma profundidade muito maior do que o engenheiro tinha resolvido. Esta decisão, com que o engenheiro muito se teria congratulado, fez aparecer o filão e, desde êsse momento, ficava assegurado o grande benefício da captagem, o aumento caudal da nascente.

(2) Porque a devida apreciação de factos posteriores assim o exige, obrigamo-nos a dizer o que sabemos desta captagem, embora nas fontes de informação a que nos foi possível recorrer, tivéssemos encontrado pouca precisão. Construiu-se uma galeria de abóbada ao longo do filão de pegmatite e em um dos extremos, onde mais se denunciavam as fugas, alargou-se a excavação, recobrando o fundo de cimento e deixando apenas ao centro uma saída. Praticou-se segundo o perímetro da excavação um canal de drenagem com tubo de descarga a um nível calculado para que sob a pressão das águas de infiltração, superiores ao nível da captagem, as águas minerais que deviam subir ao cano ligado á bica, se elevassem sem mistura nem perda de CO₂.

acção commercial em dois estados do Brazil, graças a um contrato realizado com "um indivíduo idóneo" para propaganda e venda das águas. Êste contrato, de que se esperava para breve um aumento de 60.000 garrafas, contribuiu, sem dúvida, em larga escala, para a propaganda das águas do Pêso dentro do concelho, constituindo assunto predileto de polémica para os correspondentes do Pará no *Correio de Melgaço* e no *Jornal de Melgaço*; e também na capital guajarina, onde, à conta do magno assunto, melgacenses trocavam pesadas "amabilidades" pela imprensa. E ainda o malfadado contrato teria, com outras deliberações tomadas em sessão de 31 de Março de 1911, a virtude de provocar um pleito, intentado contra a Empreza, o Dr. António Pereira de Sousa, Francisco Pereira de Sousa e o Dr. José António Pereira de Sousa, pelos sócios D. Beatriz Paes Werneck e João Pires Teixeira. Por sentença de 2 de Janeiro de 1914, foram anuladas as resoluções aprovadas com protesto dos autores: applicação do saldo de 5.183\$16(3) a obras e melhoramento da Estância; atribuição de uma percentagem de 5% ao gerente; contrato da venda de águas nos Estados do Pará e Amazonas com Bernardo da Cunha; etc... Os reus apelaram da sentença e o pleito terminou por desistência dos apelados a 23 de Fevereiro.

A 21 de Maio, faleceu o gerente, Dr. António Pereira de Sousa, e assumiu a gerência João Pires Teixeira, elemento categorizado da colónia de Melgaço no Pará (salvo êrro, Loide Paraense, estivas). O novo gerente tinha o rasgo de quem conhecera o êxito. Pertencia ao número daqueles que entendem dever justificar a sua prosperidade sacrificando alguma coisa no altar do Progresso. Administrador do concelho, sonhara derruir o castelo da vila e ia aproveitando utilmente as pedras da muralha⁽¹⁾. A estância do Pêso reclamava melhoramentos. A Empreza só tinha ali, de vulto, o Pavilhão, o que não era pouco para incentivo. Os tempos eram agora mais exigentes e mesmo já as ideias de outros melhoramentos importantes a seguir ao pavilhão andavam no ar havia anos. Era urgente a construção de

(1) O Conde de Sabugosa repreendeu severamente a câmara iconoclasta em *Neves de Antanho*, pág. 31, nota.

por anos sucessivos,⁽¹⁾ e o de 1914, assinado por João Pires Teixeira e o guarda-livros Bento Fernandes Pinto. Conseguimos apenas encontrar dois livros selados, *Diário* e *Razão*, aquele relativo aos anos de 1904-11 e êste aos anos de 1908-9. Os lucros da Empreza elevaram-se, de 1896 a 1914, a 59 contos, sendo o maior saldo anual o de 1909—6.237\$890. A frequência, de maneira geral, aumenta, mas não muito. Foi de 610 o número de admissões pagas em 1905. Em 1906 não constam admissões nos meses de Julho e Agosto—certamente o assentamento do quiosque impediu que se dessem águas—e as admissões lançadas em conta durante a época não passaram de 256. Em 1907—vá um exemplo de como a frequência se repartia pelos meses da temporada—há 21 admissões pagas em Maio, 162 em Junho, 293 em Julho, nenhuma em Agosto—porquê?⁽²⁾—120 em Setembro e 16 em Outubro: 612 nêsse ano. O número baixa no ano seguinte: 556. Em 1910 são 854, incluindo 65 gratuitas. Em 1914, 803, 65 menos que no ano anterior. O produto da venda de águas não acusa grande expansão. Em 1903 deu 4.900\$976 rs. Em 1906, encontramos 11.669\$040; em 1908, já uns 14.500\$000; e os anos até 1914 não se afastam desta última importância.

A Empreza vivera muito tempo a esperar dos seus depositários o desenvolvimento da exportação, considerado o seu melhor futuro. «Inúmeras são as dificuldades com que lutamos, porque empresas destas só com espaventosos rêclames se desenvolvem rapidamente e o nosso restrito capital nos não permite—dizia o relatório de 1899—; contudo já para a África exportamos e temos trabalhado bastante por as introduzir no Rio de Janeiro». Para a conquista dêste mercado, que se lhes afigurava difícil, não sabemos o que os dirigentes da Empreza teriam feito. A propaganda, no próprio país, sempre foi escassa, tarefa quási exclusiva dos médicos e dos clientes da estância. A gerência de 1910 anuncia a abertura de um novo campo de

(1) Em 1897, esteve na gerência Vitorino Santos (conta das suas viagens—9\$000 rs.) em 1898, Sobral (conta, idem—30\$900 rs.); em 1899, outra vez Vitorino, como dissemos; em 1901 e 1903 assina os relatórios Antonio Joaquim Durães.

(2) No ano seguinte, é em Setembro que nenhuma admissão se regista.

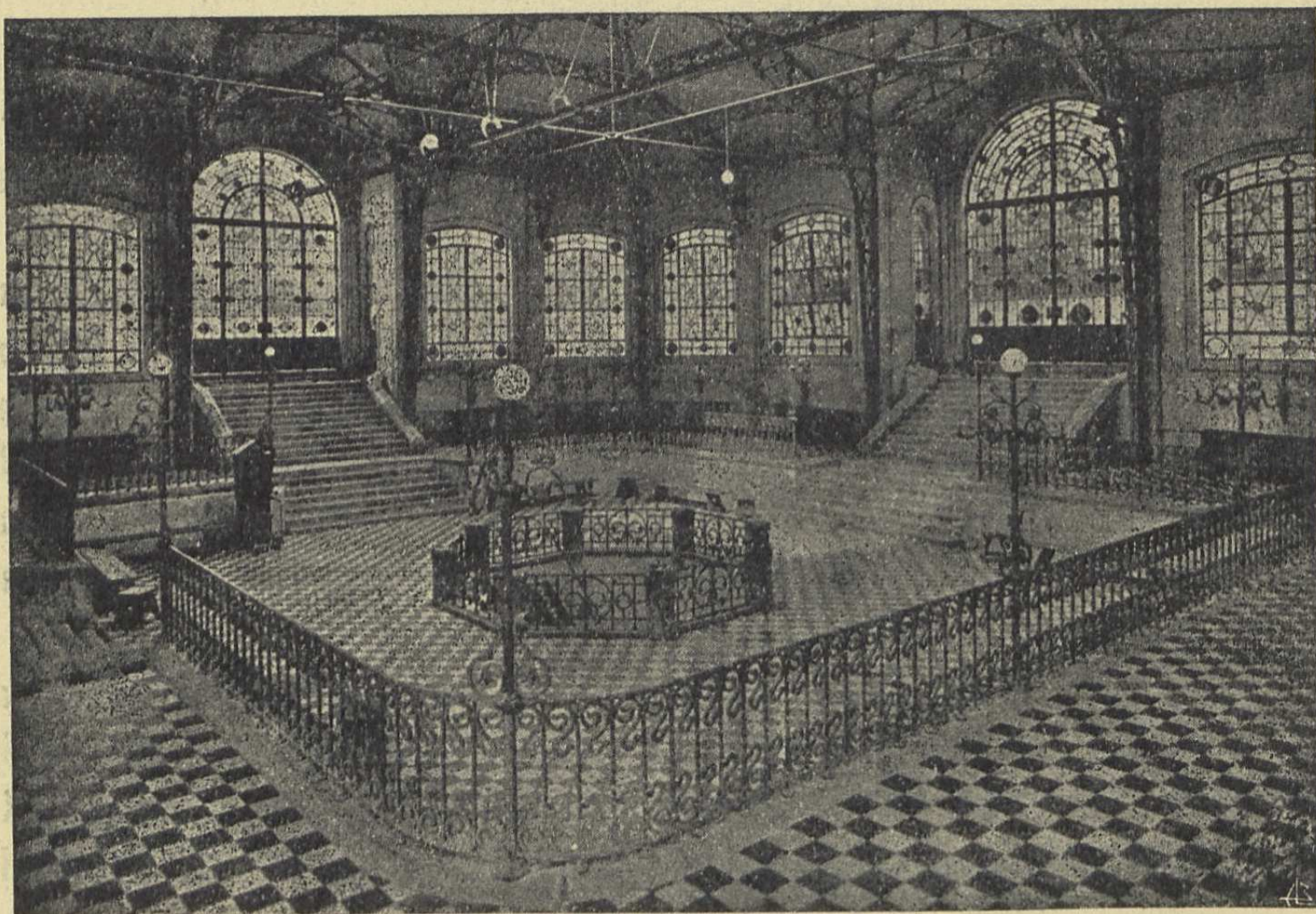
ao do ano anterior, permite-nos afirmar que Pires Teixeira não era tão inimigo como se disse da publicidade em tórno dos actos da gerência. A venda de águas subiu de 14.605\$69,8 para 17.737\$38. As admissões pagas foram 856 (Total 869). Com respeito a questões pendentes, o Relatório informa que a acção de expropriação intentada pela Empreza continuava «na mesma, se não em pior situação».

A angústia de espaço bastava talvez para entrar o desenvolvimento da Empreza. Chegara-se a ponto de se não poderem levar por diante os empreendimentos necessários sem que a questão das expropriações se resolvesse. Mas agora havia pior. Alarmavam-na as transações que se faziam com terrenos limitrofes. Primeiro os do morgado de Reguengo. Por escritura lavrada em 6 de Agosto de 1910, feita em Melgaço, no tabelião José Joaquim da Rocha, propusera Cícero Cândido Solheiro ao morgado de Reguengo a troca de um moínho avaliado em 45\$000 rs. por 450 metros de terreno, avaliados na mesma quantia, no campo da Folia, terreno êsse em que, com autorização do proprietário tinham sido construidos uns barracões da Empreza; e os barracões deviam ser retirados logo que o concessionário assim o exigisse. Por escritura de 11 de Maio de 1911, lavrada nas notas do mesmo tabelião, voltam os mesmos outorgantes a contratar sôbre o terreno: «Averiguado posteriormente que no terreno assim cedido se inclui algum que êle, outorgante (José Joaquim de Sá Sotomaior), havia doado à Empreza das Águas do Pêso, combinara com o segundo outorgante (Cícero Cândido Solheiro) receber, dos quatrocentos e cinquenta metros cedidos, cento e vinte e quatro metros quadrados e receber por trôco dêstes, do segundo outorgante, duzentos e oitenta».

Desde 1911, certamente, a Empreza sentia a ameaça destas aquisições de terrenos nos limites da sua propriedade. Cícero Solheiro, também comerciante no Pará, era pessoa a quem se podiam atribuir ambições enquadradas no desenvolvimento da estância. Êle iniciou, em 1912, carreiras de automovel de Monção para o Pêso; êle abriu, no Pêso, um cinema (na actual garage do Hotel Rocha)... Conquistara certo prestígio.

um balneário; e, em 1910, feita a drenagem da água comum que surgia em volta do pavilhão, cuidara-se da instalação de um depósito metálico para aproveitar a água mineral de sobra que, aproveitada, entretanto, para o consumo das oficinas, se destinava a aplicações terapêuticas, futuramente, quando pudesse ser construído o balneário. Depois um parque, um casino, um luxuoso hotel...

Pires Teixeira não descurava os assuntos de ordem clínica. Em-




Interior do Pavilhão da Nascente Principal

preendeu uma excursão de estudo por vários estabelecimentos termais portugueses em companhia do Dr. António Duro, o primeiro médico da Estância a fazer-se notar pela elaboração de um relatório clínico, em 1915 publicado sob o título *As águas minero-medicinais de Melgaço*, obra que fica a representar as ideias da época na escassa literatura destas águas. O conhecimento do Relatório e Contas de 1915, junto

CAPÍTULO II

DUAS NASCENTES

NOS TRIBUNAIS — TRÊS EMPREZAS — DUAS NASCENTES
— POLÍTICA DO P. R. P. NO DISTRITO DE VIANA — UM
PROJECTO GRANDIOSO — A FASE FINAL DA LUTA —
UMA OPERAÇÃO BANCÁRIA — PERÍODO DE TRANSIÇÃO



CONSIDEROU Pires Teixeira que podia conseguir a expropriação por utilidade pública dos terrenos que pretendia para a Empresa. Tinha a seu favor uma lei recente—de 26 de Julho de 1912. A visita do governador civil ao Pêso, em 22 de Novembro de 1914, a pretexto de ver “umas obras que a Empresa fizera junto do regato”, foi aproveitada como advertência aos proprietários. Fez-se correr que o governador civil ia promover a expropriação. Os proprietários, no *Correio de Melgaço*, manifestaram-se pela incredulidade. Enganavam-se. A expropriação foi aprovada com o projecto das obras do balneário e da avenida pela Portaria n.º 370, publicada em 26 de Maio (1915); por sinal, a portaria situava as águas no concelho e freguesia de Melgaço e a rectificação, publicada em 12 de Julho, mudava-as para a Quinta do Pêso, freguesia de Paderne. Os proprietários recorreram das duas Portarias para o Supremo Tribunal Administrativo.

No dia 28 de Maio fôra instaurado o processo propondo a ex-

Uma comissão composta dos sócios Costa Braga, Francisco Pereira Balga e o Dr. José António Pereira de Sousa, da iniciativa de Pires Teixeira, procurando Cícero Solheiro para lhe propor por 600\$00 Esc. a compra de 606 metros trocados e cedidos pelo morgado, nada conseguiu. A Empresa viria mais tarde dizer que 6 contos amigavelmente ou, judicialmente, 40 contos fôra a contraproposta. Declaradas as hostilidades entre os dois colegas da praça do Pará, Pires Teixeira praticou mais um acto notável da sua administração—desavir-se com o guarda-livros Bento Pinto, o primeiro fiscal das águas da Empresa, que durante 21 anos (1894 a 1914) a serviu. O guarda-livros foi despedido ou obrigado a sair, consoante diz, pelo facto de o gerente comercial, interpretando demasiado à letra os estatutos da sociedade no tocante às suas atribuições, se meter êle proprio a escrever nos livros sem conhecer a arte.

Bento Fernandes Pinto, natural do concelho de Monção, irmão de um ilustre magistrado há pouco falecido, é personagem a quem pouco nos temos referido—mas que vai agora dar que falar. Seria, no entanto, o natural e confessado despeito do empregado despedido que desencadeou—para gaudio do narrador e dos leitores desta verídica história (assim seja...)—a maior procéla que jãmais agitou águas minerais portuguesas, tornando-as «encapeladas como as do Mar Tenebroso», na expressão um tanto hiperbólica de um diário lisboeta?

Não é fácil afirmá-lo se recordarmos a primeira tentativa de captação na Quinta do Pêso. Ressurgia a velha questão das águas da Viscondessa, devendo, desta vez, dar em resultado o enriquecimento hidrológico da estância, tanto os terrenos da Empresa como os adjacentes assentavam sôbre o manancial, que se prolonga, seguindo o curso do ribeiro, dizem que até à sua foz no Minho. A ideia de que todos êsses terrenos tinham águas, levaria cada um dos vizinhos da Empresa a acarinhar qualquer nova pesquisa, como se de coisa sua se tratasse. Seria, pelo menos, uma arma contra a Empresa. E bem fácil de manejar. Obtida uma licença, que o guarda-rios podia conceder, para um desatêrro na Quinta do Pêso, as águas surgiriam em lugar conhecido. A perícia do antigo fiscal era mais uma garantia do êxito.

vista e que por êle trabalhassem, mas não nos consta que a Empresa das Águas do Pêso tivesse apresentado algum pedido de concessão ou sido citada em juízo. Lá que tivessem aberto uma vala sem que tal acontecimento possa hoje ser tirado a limpo, é bem possível. A história verídica, ao contrário dos romances vulgares, está de continuo, por maior que seja a documentação que a ilumine, a oferecer ocasiões de ficar cada um naquilo que lhe parece. Mas a ausência da Repartição de Minas e dos tribunais é bem significativa da inércia da novíssima empresa. Com a Lt.^a o caso é diferente como se verá pelo desenrolar dos acontecimentos.

Depois de vários incidentes verificados na vistoria que determinaram a substituição dos louvados dos requeridos—um deu parte de doente e o outro teve indeferido o requerimento que apresentára para prorrogação de prazo⁽¹⁾—a acção foi julgada por sentença de 1 de Abril, que fixava as indemnizações a Esteves e Solheiro em 193\$00, e lavrado auto de posse a 5 de Abril. Ao recurso para a segunda instância foi negado provimento por sentença da Relação de 21 de Julho, e os advogados suspensos por 3 meses no distrito do Porto por terem usado de expressões consideradas injuriosas e como tais mandadas riscar do processo. Também o Supremo Tribunal Administrativo, por Acórdão publicado em 25 de Julho mantinha a portaria recorrida. A Repartição de Minas recusava dar entrada ao requerimento apresentado pela Empresa das Águas Minerais em 12 de Julho pedindo a concessão da Fonte do Pêso e da Fonte do Prado.

Fundamentava a recusa, considerando, evidentemente, apenas a fonte que nunca fôra explorada, na falta de documentos—sobretudo de análise química—que provassem não ser a nascente em aprêço um simples afloramento da outra.

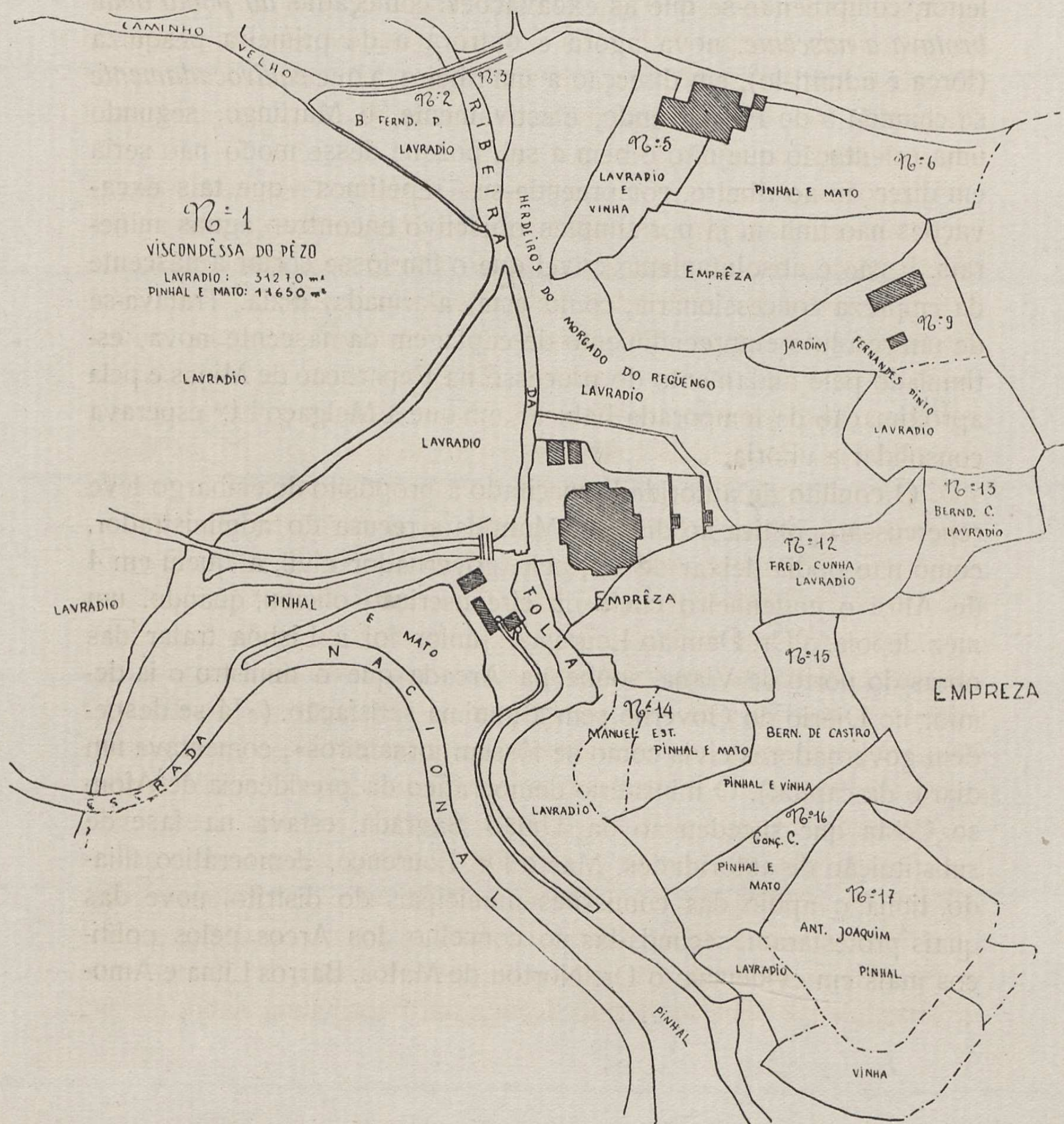
(1) O Eng. Pinto da Mota fundava o pedido na necessidade de investigar no subsolo do terreno de Cícero se haveria nascente de águas minerais. A Empresa propunha-se, segundo o projecto aprovado, construir um balneário «enterrado nos quadrantes sêcos—norte-leste, leste-sul—e exposto aos quadrantes tempestuosos—norte-oeste, oeste-sul—, com luz sempre segunda ás horas matinais da balneação. É presumível que tal desacôrto aparente procure compensar-se com a *preciosa vantagem* acima aludida» (do encontro de águas).

propriação em juízo. Os terrenos expropriados eram, do lado da estrada, quasi tangentes ao pavilhão das Águas, de Manuel José Esteves (982 m², incluindo um moínho e uma córte em ruínas); do lado do caminho velho de Melgaço, de Cícero Solheiro (630 m²); e, por traz dêstes até o caminho velho, dos herdeiros do morgado do Reguengo, no total de uns 25 hectares.

Os advogados dos proprietários, o Dr. Cláudio Olímpio (pai) de Lisboa, e o Dr. Durães, de Melgaço, tiravam partido das confusões a que o registo das águas na freguesia onde elas não estavam e a localização dos terrenos nos limites de três freguesias, se prestavam, não se esquecendo de pôr em dúvida a identidade da Empresa expropriante. E concluíam triunfantemente: *uma expropriação sem expropriante.*⁽¹⁾ A requerente, aliás sem direito algum a explorar águas em terrenos contíguos aos que pretendia expropriar, era a firma Santos, Sobral & C.^a, que, falseando a condição 1.^a da escritura de 1 de Maio de 1894, se denominava Empresa das Águas «Minerais» ou «Minero-Medicinais» de Melgaço. Outra era a verdadeira Empresa das Águas Minerais de Melgaço, Lda., uma sociedade constituída por Luís Manuel Solheiro, Lício de Miranda Solheiro e Bento Fernandes Pinto, que, no acto da escritura feita em Lisboa a 24 de Janeiro de 1916, declararam ter entrado já com 10% das suas cotas, ou seja com 200\$00 cada um. Os dois parentes de Cícero regressaram ao Pará e de lá enviaram procurações com data de 26 de Fevereiro do ano seguinte para tudo quanto se referisse à sociedade. Dois meses depois de constituída esta, António Carlos Esteves e Alvaro António Gomes iam a Monção fazer a escritura da Empresa das Águas do Peso, que com 3.000\$00 divididos por ambos, fundavam para o efeito de pesquisar, explorar e obter a concessão de águas minerais, designadamente daquela de que a empresa tomava o nome. Estes dois vizinhos do estabelecimento hidrológico não deviam ignorar o que outros intentavam contra a sociedade concessionária nem proceder em opposição com êles. É possível que tivessem um fim em

(1) Cláudio Olímpio Dias Antunes, *As Águas de Melgaço*, 1916.

propriedade pedindo vistoria para que a obra não fôsse prejudicar nenhuma das empresas de águas. O administrador, que já não era Pires Teixeira, mas, casualmente, um seu inimigo político, mandou fazer a vistoria e concedeu a licença. «No dia 22—queixa-se a Empresa concessionária — Manuel José Fernandes e Cícero Solheiro começaram a fazer grandes excavações no Campo das Caldas, na direcção sul, ou seja na do Ribeiro do Pêso, com o fim de encontra-



A mesma Empreza pediu registo do nome industrial, que lhe foi negado, como consta do Boletim da Propriedade Industrial referente ao mez de Setembro (de 1916, pág. 353), por não satisfazer a certa exigência do regulamento em vigor "e por poder estabelecer confusão com outro nome anteriormente registado no Tribunal do Comércio de Melgaço". Continuou, não obstante, a usá-lo. Vimos o registo do nome da verdadeira "Empreza das Águas de Melgaço, constituída pela firma Santos, Sobral & C.^a, que também usa do nome de Empreza das Águas Minerais de Melgaço", em certidão de 13 de Novembro de 1916, e a petição inicial apresentada no fôro comercial por uso ilegal de nome, contra a Lt.^a.

Em Janeiro de 1917, o advogado Cláudio Olímpio apresenta novo requerimento da sua constituinte na Repartição de Minas, instruído, para o fim de obter a concessão, com planta, memória descriptiva e atestado das indicações terapêuticas passado pelo delegado de saúde de Melgaço, Dr. Vitoriano, e baseado em uma análise sumária do Prof. Aquiles Machado. As águas eram hipossalinas alcalino-gasosas bicarbonatadas — sódicas — cálcicas — magnisianas e ferruginosas. Publicados éditos em 26 de Janeiro, só a 24 de Março deu entrada a reclamação da velha Empreza concessionária que, na mesma data, vinha representar contra as excavações iniciadas na Quinta do Pêso sem autorização do govêrno. No dia 29 chegou ao local o chefe da circunscrição, Eng. Gaudêncio Pacheco, e verificou que, apesar de um embargo judicial, executado uns oito dias atrás, cujo efeito fôra apenas interromper por espaço de uma hora os trabalhos a que se procedia no campo da Viscondessa do Pêso, a excavação prosseguira, encontrando-se já dentro do perímetro reservado da Empreza e a cem metros da sua nascente. O administrador do concelho, instado pelo engenheiro a fazer cumprir o embargo, recusou-se por motivo de o embargo judicial haver suscitado um conflito de autoridade. Com efeito, mais de uma vez assim sucedeu.

Mas vamos a saber como as coisas se passaram desde o princípio. Havia, de facto, oito dias—ou nove: foi a 21 de Março—que a Viscondessa tinha requerido licença para abrir uma sanja na sua



Porta das Muralhas da Vila de Melgaço

rem águas minerais... e algumas já assim encontraram, segundo dizem». Ao que a outra empresa responderia: «A nascente de águas minerais da Quinta do Pêso está há muitos anos abandonada pela concessionária, que nunca fez quaisquer obras de exploração ou pesquisa, antes procura até ocultar a sua existência e os seus vestígios». À vista da planta, que reproduzimos a pág. 87, precedida das explicações que, por longas, incorreram decerto na má vontade do leitor, compreende-se que as excavações, começadas *do ponto onde brotava a nascente*, nova agora e outrora a de primeira pesquisa (fôrça é admiti-lo), em direcção a um ribeiro, a que *equivocadamente* se chamou o do Pêso, sendo, efectivamente, o Martingo, segundo uma orientação que não é bem a sul, porque dêsse modo não seria em direcção ao ribeiro, compreende-se—repetimos—que tais excavações não tinham já por simples objectivo encontrar águas minerais. E não é absolutamente crível que o fim fôsse cortar a nascente da empresa concessionária, como esta, alarmada, dizia. Tratava-se de um resolute empreendimento de captagem da nascente nova, estimulado pelo andamento do processo na Repartição de Minas e pela aproximação da temporada balnear, em que a Melgaço Lt.^a esperava consolidar a vitória.

O conflito de autoridade suscitado a propósito do embargo teve repercussão política no distrito. Mantida a recusa do administrador, como não podia deixar de ser, pelo governador civil, a quem em 4 de Abril o engenheiro chefe da circunscrição oficiou, quando, um mez depois, o Dr. Damião Lourenço Júnior foi a Lisboa tratar das obras do porto de Viana, soube na Arcada que o ministro o ia demitir no Diário do Govêrno sem a mínima satisfação. («Já se despedem governadores civis como se fôsem jornaleiros», comentava um diário da capital). O ministério democrático da presidência de Afonso Costa que sucedeu ao da União Sagrada, estava na fase de substituição de autoridades. Mas o Dr. Lourenço, democrático filiado, tinha o apoio das comissões municipais do distrito, nove das quais protestaram, secundadas no concelho dos Arcos pelos políticos mais em evidência: o Dr. Norton de Matos, Barros Lima e Amo-

dos homens e aproveitamos a máxima para introduzir uma opinião autorizada de espectadores desta disputa de fontes, todos concordes em atribuir maior papel aos antagonismos políticos que aos interesses materiais nesta questão das águas. O certo é que a autoridade não mandou arrazar as excavações da Empresa nova. Desnecessário seria até afirmá-lo, porque o bom senso indica que nenhuma autoridade se prestaria a uma intervenção que as circunstâncias denunciariam como arbitrariedade clamorosa. Apesar disso, a Melgaço Lt.^a correu ao *Portugal* e à *República*, exibindo o fac-simile do memorandum de Costa Braga, a armar em vítima, a dar ao leitor desprevenido a impressão, que à primeira vista foi também a nossa, de que lhe tivessem, dessa feita, arrazado os trabalhos.

A razão de queixa da Lt.^a consistia apenas em não se dispôr o govêrno a proceder de má fé, assentando em uma bem compreensível mudança de nomes a caducidade da concessão de uma empresa, para a dar à primeira que se fundava com o propósito de lha arrancar das mãos. Dentro, porém, dos limites do razoável, a causa da Empresa nova ia ganhando terreno. Como? Ganhando tempo. A reclamação de Santos, Sobral & C.^a seguia calmamente os trâmites legais na Repartição de Minas. Em 11 de Junho lançou o ministro o seu despacho em conformidade com um parecer do Conselho Superior de Minas, mandado proceder a estudo no local para verificar se as pesquisas prejudicavam a concessionária e determinando que, no caso de prejudicarem, se cessassem as excavações, para não proseguirem senão com licença do govêrno. A 17 de Junho, a Lt.^a apresentou um relatório geo-hidrológico da autoria de Ernest Fleury e Francisco Pereira de Sousa, que por despacho do mesmo dia foi remetido à circunscrição mineira do norte. O relatório da visita ao local foi recebido em 3 de Agosto. O engenheiro começava por declarar que na Quinta do Pêso se lhe deparou uma verdadeira captação da nascente nova, constituída por uma câmara executada a betão de cimento e fechada por duas torneiras tubulares de ferro colocadas em uma das faces a 0^m,43 da base, que assentava no fundo da excavação. Estava resguardada por um barracão de madeira.

rim Fernandes. Ameaçavam abandonar a actividade partidária se satisfação lhes não fôsse dada. O Dr. Manuel José de Oliveira, republicano constituinte, queria abandonar a política.

O govêrno tinha arranjado para substituir o Dr. Lourenço um elemento pacificador, capaz de restabelecer a concórdia entre os democráticos do Alto Minho. E está-se a ver que bem preciso era. A outros rancores que não os de Pires Teixeira era sacrificado o antigo governador civil; tendo, porém, o novo tomado posse a 18 de Maio, no dia seguinte a *Vida Nova*, periódico local independente, referia-se com indignação aos boatos de nova investida dos concessionários das águas, e prometia se tal se verificasse, não se conservar em silêncio como da primeira vez. E o *Portugal* de Lisboa, de 20 de Junho, por certo com menos independência no caso que a *Vida Nova*, divulgava em fac-simile uma carta de Costa Braga a Santos, Sobral & C.^a, dêste teôr: «Folgamos saber que V. Snri.^a vai assistir ao arrazamento das excavações feitas dentro do perímetro da Empresa e os nossos votos são de que tudo corra bem até final». Data, a 19 de Maio. Donde se conclui, com o *Portugal*, que já em 19 de Maio a firma Santos, Sobral & C.^a «contava extra-oficialmente, como certa a sua vitória e os próprios agentes no Porto com ela se regosijavam».

A demissão do administrador do concelho de Melgaço não se fez esperar. Parecia que o chefe do distrito, ao chegar a Viana, a tirara prestemente da bagagem como medida indispensável de pacificação. E não duvidamos que o fôsse para o concelho. Resmungaram os decaídos que o governador civil «já tinha provado das águas» (*Vida Nova* de 21-V; o jornal acrescentava: «Não comentamos até ver»); tal juízo, contudo, era precipitado. Não pomos em dúvida a autenticidade das esperanças da Empresa (pudera não!), mas quanto ao gerente, *pelo que sabemos*, pensamos assim e saberíamos discutir: que a mudança, que tomava como desagravo, o incitava de tal modo à generosidade, que sacrificaria as próprias águas, se as considerasse suas.

Admitimos que a vaidade é praticamente a melhor qualidade

los Esteves, Alvaro António Gomes... O que se debatia nos processos não oferece novidade.

Em 18 de Janeiro de 1918, na Repartição de Minas, o engenheiro chefe Roldán y Pego deu parecer sobre o relatório do chefe da circunscrição concordando com a ideia de se obturar a nascente nova para ao cabo de certo tempo, estabelecido que fôsse novo regime, se medir o caudal da nascente antiga, cotejando-se o resultado com o anterior à obturação. Era a experiência que parecia dever solucionar a questão da interdependência das fontes. Mas, de pronto, medida alguma foi posta em prática.

Aproveitemos a pausa para reatar o fio de um assunto bem mais curioso que o do escaramuçar das duas Empresas.

A necessidade de um plano completo de estância de águas, com pavilhão, parque, balneário e hotéis, surgiu quando, ao fim de uma campanha de perto de 10 anos (1899 - 1907), a Empresa conseguiu dar por terminadas as obras de captagem. O sem rival pavilhão a seguir construído ficou como apêlo a executores de planos grandiosos, pelo menos como uma esperança do engenheiro que o construiu, na realização de uma série de melhoramentos em correspondência. Mas, para dizer a verdade, qualquer iniciativa de rasgo era provavelmente inexecutável nas condições da estância minhota. A região não progredira em Turismo desde o impulso que lhe dera a descoberta das águas. Parece até que via minguar os créditos de região turística. A capital do norte, uma vez em pleno gôzo das delícias do automóvel, manifestava a sua devoção pela Galiza, enlutando o noticiário das segundas-feiras com desastres constantes na estrada de Vigo e deixando ao largo, sem a mínima curiosidade, a região maravilhosa e portuguesa que, à distância de alguns séculos, ao expirar o de Trezentos, se antecipou aos lugares belos do mundo na honra que se lhe concede hoje em dia de servir de cenários aos entendimentos políticos internacionais (o leitor recorda-se da entrevista da Ponte do Mouro). O comboio chegou a Monção mas de Valença não passavam os turistas, viajantes da Galiza ou Páscoa, pescadores de lampreia nos menús do Hotel Rio Minho e do Valenciano. De

As novas águas passaram logo a ser bem conhecidas dos frequentadores da estância, que, por oferta de Cícero Solheiro, as iam experimentando e utilizando. Consumiam-se nos hotéis (como já veremos, as relações da Empresa velha com o Hotel da Quinta do Pêso não eram muito cordiais). Muitos dos aquistas continuavam a receber garrações de águas para tratamento das suas crises durante o inverno, graças à solicitude de uma empresa que não queria perder azo de se tornar simpática, de mostrar jeito e vontade de fazer da estância coisa melhor.

Tudo concorria para desprestigiar a Empresa velha, para dar relêvo às acusações de improgredidade, miséria e desleixo que lhe faziam e com que procuravam armar-lhe uma ratoeira fatal.

Vinha a propósito fazer chegar ao Ministério do Interior uma reclamação pelas condições em que os concessionários engarrafavam as águas; êstes, porém, não se viram em embaraços para a refutar. Verificamos que a Empresa tinha requerido, em 23 de Agosto de 1911, prova oficial de um gerador de vapor instalado na secção de engarrafamento para alimentar duas autoclaves. Tinha aparelhos de esterilização e, para mais, alegava que funcionavam à vista do público. Como era, pois, que não esterilizava as rolhas? Para destruir a acusação de que a lavagem das garrafas não era feita convenientemente, apresentou certificado de análise da água que utilizava para tal fim, dada pelo Laboratório de Análises do Posto Médico Central do Porto (análise n.º 897) como quimicamente puríssima.

Sem mais que êste ligeiro episódio, o inverno de 1917-18 decorreu em expectativa. No tribunal de Melgaço corriam dois processos instaurados a 19 de Abril de 1917, um com fundamento em ameaças do corte da ponte de madeira que da estrada conduzia ao Estabelecimento das Águas, outro prolongando o litígio sôbre as pesquisas na Quinta do Pêso. Em ambas as acções a Empresa, autora, dá a conhecer a lista dos seus numerosos inimigos: os proprietários da Quinta do Pêso, a Minerais de Melgaço, Lt.^a, o eng.º António Pinto da Mota, António Maria das Telhadas, António Car-

trada da Ponte do Pêso para as águas,⁽¹⁾ um casino, um gymnásio e barracas de natação. Servir de piscina e embelezar o local não eram, como vimos, as únicas funções do lago. A de fecho de captagem era, por certo, a mais curiosa. Apelava-se mais uma vez, e por maneira engenhosa, para as pressões hidrostáticas com o fim de conseguir que o jacto da água mineral arrastasse consigo o máximo de gás carbónico. Dotando a estância de um elemento de valor higiénico e estético, ia-se também ao encontro de um problema importante de natureza comercial. A água empobrecida do CO^2 altera-se, *flócula*, supondo-se que pela precipitação de carbonatos, principalmente do de ferro. Adoptado o sistema, como resultasse, parecia que as águas se deviam valorizar comercialmente, seguindo-se do aumento da exportação grande benefício para a Empresa. Mas o projecto foi condenado por não oferecer garantia de que as águas do lago, bacteriológicamente suspeitas, não invadissem a nascente. Construisse a Empresa, se assim o entendia, um lago, melhoramento de reconhecido valor para a estância, mas não com a função que se lhe queria atribuir, antes, possivelmente, sobre um fundo de betão que recobrisse por completo a linha de emergências da nascente.

Um parecer do Conselho Superior de Minas, de 2 de Outubro de 1917, resumia a sua apreciação ao projecto do lago no receio de que com êle pudesse ser prejudicada a nascente, concluindo que se não devia construir no lugar indicado. A Empresa renunciou ao lago para o substituir por um parque. Anunciava que para êsse fim já tinha adquirido dois talhões aos herdeiros do morgado do Reguengo. Dêsse modo desaparecia um projecto que, para quem o apresentava, tinha a vantagem de contrariar a concessão da Nascente Nova. Também isso foi ponderado. A Repartição de Minas admitia a hipótese de ter de dar essa concessão que a Lt.^a requerera nos termos da lei. O assunto continuava em estudo.

O relatório de E. Fleury e Pereira de Sousa apresentado pela Lt.^a, partia do aspecto do granito nas duas nascentes — a emergência

(1) Uma acção de processo especial intentada pela Empresa com fundamento em ameaças de lhe cortarem a ponte, era... para aplanar o caminho.

Valença para diante, ficava uma sub-região de vinho verde, que os não iniciados confundiriam com quaisquer outras terras minhotas produtoras de bom vinho, e havia umas águas que chamavam uns 700 doentes por temporada e davam à Empresa que as explorava, um lucro anual de 3 a 4 contos.

Os que conhecessem o valor dêsse pequeno paraíso imaginariam o que se poderia ter feito de princípio, quando as circunstâncias eram mais propícias à iniciativa e a da gente do Pêso não adormecera ainda na mediocridade das vantagens certas e dos interesses creados, tendo embora muito que se admirar do arrôjo do plano de melhoramentos que a Empresa apresentava em Agôsto de 1917 ua Repartição de Minas. O projecto era do engenheiro Couto dos Santos, perfeitamente à altura da magnificência do Pavilhão concebido e executado anos atrás, de certo já como parte integrante de um plano geral fixado na mente do autor. Relevam-se melhor algumas ideias, como a de um hotel com 233 quartos (o da Quinta do Pêso melhorado e ampliado para poder albergar até 350 hóspedes), se com elas nos reportamos ao tempo da conclusão das obras de captagem. Mas mais antiga que o projecto era a ideia da construção de um lago com função hidrostática. Chegamos a essa conclusão por ser pouco concebível que, apenas concluída uma captagem, se pensasse logo em lhe alterar o regime. Não sabemos em que condições a Empresa iria ampliar um hotel que não era propriedade sua, consideração de somenos interesse para quem se limitava a delinear um projecto. Como explicação dos exagêros dêsse projecto, só admissível quando a estância contasse com outros meios que a valorizassem, não só interior mas também exteriormente, quer pelo que representa para terapêutica quer pelo que pode representar para turismo, ocorre-nos a esperança de uma prodigiosa venda de águas que se julgava possível modificando o regime da nascente. A venda de águas daria pingues lucros e seria a melhor propaganda.

O projecto compreendia, além da ampliação do hotel, a que já nos referimos, do balneário, já tantas vezes mencionado mas ainda não iniciado, e do lago, que obriga a demorada referência, uma es-

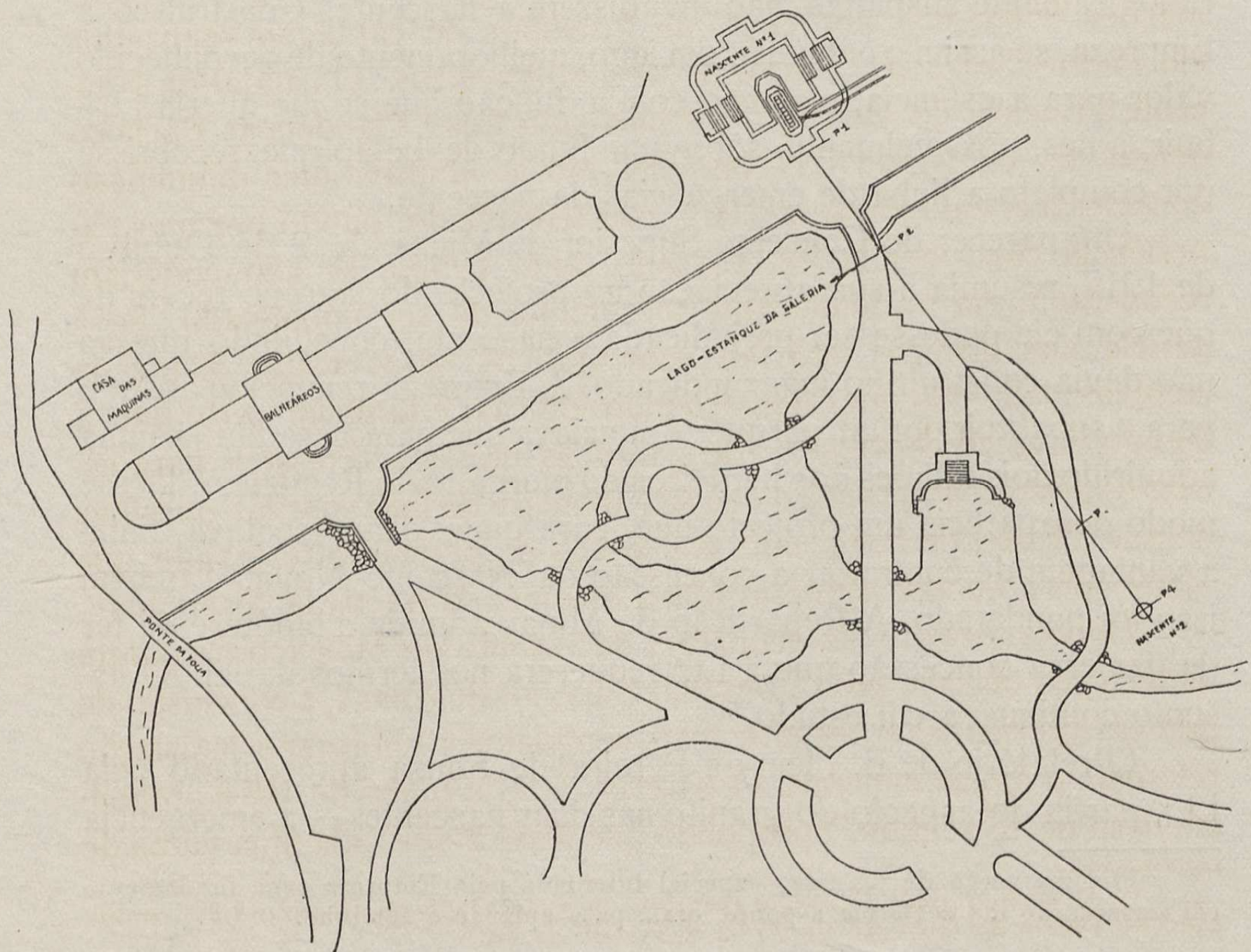
produzisse novas pressões". E, ainda, procedendo-se nas duas nascentes aos trabalhos necessários para obter o máximo rendimento, corrigir-se-iam as alterações que essa captagem pudesse ocasionar.

Aos técnicos do Estado impunha-se missão mais delicada que formular hipóteses e indicar meios de remediar possíveis prejuízos. Procuravam um caminho certo bem difícil de encontrar em tão intrincada matéria. A prática indicava que a questão das nascentes de Melgaço só podia ser resolvida experimentalmente. O Eng.º Gaudêncio Pacheco citava casos como o da Grande Alcalina de Pedras Salgadas, profundada a 8 m. abaixo do nível do Penedo, distante apenas 20^m, sem lhe produzir a menor alteração; o da abertura de um poço profundo, a 3 metros, ao abrigo de um veio de argila caolínica, da Nascente Nova de Sabroso, sem a alterar; e, em contraposição, a diminuição do caudal da mesma nascente de Sabroso, segundo informações fidedignas, por efeito de trabalhos de captagem realizados em Pedras Salgadas, a mais de dois quilómetros. O caudal da Nascente Principal de Melgaço, medido pelo Eng.º Gaudêncio Pacheco depois da captagem da Nascente Nova, acusava uma diminuição considerável em relação a 1907, mas o resultado, obtido por uma experiência cujas condições, passado tanto tempo, se não poderiam reconstituir, era evidentemente susceptível de ser impugnado. Se à perícia dos técnicos não faltavam motivos para hesitar diante da complexidade das questões geo-hidrológicas, é também certo que a lei não dava ao concessionário garantias que concorressem para esfriar os desejos do primeiro que se lembrasse de lhes suscitar questões dessas. Havia, de facto, uma concessão de perímetro reservado, que "impondo ao concessionário todos os ónus da lei, nada reservava".

Depois de tanto se ocuparem do assunto de Melgaço chegaram os técnicos oficiais, pelo Conselho Superior de Minas, à conclusão de que era preciso fazer estudos mais completos e reformar a legislação referente a águas minerais. O parecer de 2 de Junho de 1918 pronunciava-se nêsse sentido,⁽¹⁾ propondo que fôsse autorizada uma verba de

(1) O parecer de 2 de Junho resultou de certo modo no Decreto 4.383 publicado no Diário do Governo de 25 de Setembro de 1918.

das antigas fontes, em relação com o filão de pegmatite que passa no pavilhão, "dentro dos granitos finos, mais alterados superficialmente, mas dutos a pouca profundidade e de côr carregada devido à abundância de elementos negros"; as novas em "um granito mais grosseiro, bastante alterado, que não podemos observar em profundidade", onde as diáclases são mais frequentes e menos orientadas. Encontraram perto da nascente nova alguns filões quâsi perpendiculares à linha de junção das duas nascentes, mas "os únicos filões importantes e largos são próximo do pavilhão das águas; entre os dois grupos de fontes não existem senão pequenos filões, cuja importância não deve ser exagerada". A hipótese que as aparências favoreciam era a de uma "independência suficiente dos dois grupos de nascentes para admitir que era possível captar as novas fontes sem perturbar o regime das antigas, contanto que êsses trabalhos não



pôr limites? Com espanto se teria tomado conhecimento no Ministério do resultado da ordem expedida dali mesmo para Melgaço. A autoridade tinha, pelas 10 da manhã do dia 28, intimado João Pires Teixeira *a não continuar (sic) nem arrasar nem allerar as obras respeitantes a águas minerais na Quinta do Pêso, freguesia de Paderne*. Novo telegrama ao administrador de Melgaço a mandar "a Empreza das Águas Minerais de Melgaço, Lt.^a, e não a Empreza das Águas Mincrais de Melgaço", a não continuar as obras de pesquisa, e a anular a primeira intimação. Contudo, na reclamação que apresentou a 3 de Agôsto, Pires Teixeira aproveitou a ocasião para se queixar de não ter sido *desintimado*.

A 16 de Agôsto requereu o gerente da Empreza das Águas Minerais de Melgaço que fôsse aplicado contra a Lt.^a o art.^o 4.^o do Decreto 4.718, de 12 do mês anterior,⁽¹⁾ depreendendo que da aplicação da lei reverteriam a seu favor as obras executadas sem licença e que o pêso da responsabilidade civil e a multa, de 50\$ a 500\$00, cairiam sôbre a Empreza que as executou. Nada, porém, menos lisongeiro para os direitos adquiridos dos concessionários que o espírito do Decreto 4.718, como se deduz do preâmbulo: "Considerando que é indispensável proteger as nascentes novas...; a vantagem de quaisquer águas poderem ser exploradas por mais de um concessionário, o que beneficia os doentes... pela competência que entre os concessionários certamente se estabeleceria..." E assim era necessário acabar com a "contradição que há entre a Lei de 30 de Setembro de 1892 e o Regulamento de 5 de Julho de 1894, estabelecendo êste que as excavações ou pesquisas de qualquer espécie dentro de um perímetro reservado (...), só podem ser feitas depois de obtida licença, que só pode ser dada quando pelos técnicos seja declarado que tais excavações não possam prejudicar as nascentes já em exploração." A doutrina, expressa por forma tão ostensivamente liberal no relatório ao Decreto, era a que vigorava para tôdas as explorações mineiras. Ficava por êsse diploma estabelecida a proíbição de exca-

(1) Diário do Govêrno de 12 de Agôsto.

5.000\$00 para uma brigada técnica proceder ao estudo da região hidro-mineral do norte do país, com a incumbência expressa de realizar em Melgaço as experiências que tinham sido sugeridas pelo chefe da circunscrição, Gaudêncio Pacheco,—no caso de se verificar que o caudal da Nascente Principal fôra diminuído, a Lt.^a teria necessariamente de repôr tudo nas condições primitivas; no caso contrário dar-se-ia andamento ao processo para a concessão da Nascente Nova. Com êste despacho se conformava o despacho de 11 de Julho, publicado no *Diário* de 20, na parte que indeferira o pedido de licença de exploração interposto pela Lt.^a. O caso que esta Empresa fez do despacho mostra-o uma reclamação de Pires Teixeira, em 3 de Agôsto, pelo facto de a exploração continuar *como até ali*, com venda de águas, se antes se vendiam, o que, embora contestado, não deixava de ser um pouco verdadeiro.

Com a aproximação da temporada de 1918, tinha-se reanimado a disputa. Parece que a amorosa primavera daquela região de idílio excitava os ânimos para grandes cometimentos. Graças, porém, à acção moderadora das autoridades, tudo acabava sempre pelo melhor. Em 30 de Maio, a Lt.^a entregou na Repartição de Minas um requerimento para se officiar ao Governador Civil de Viana no sentido de declarar aberto um conflito de autoridade no processo que lhe movia a Empresa concessionária no juízo de Melgaço, visto o assunto estar pendente de resolução do Ministro do Trabalho. Seguiu uma reclamação pela perda de um processo da requerente, verificada em Viana quando pedia o traslado de certos documentos—êsse processo já o *Portugal* um ano atrás dizia que se perdera do Ministério do Fomento para o tribunal em que devia ser julgado—, e por correr em Melgaço que a secção das Hidráulicas pretendia arrasar a Ponte do Pêso para servir os interesses de Santos, Sobral & C.^a. Na conformidade do pedido se officiou ao governador civil e êste levantou o conflito de Jurisdição. A 26 de Junho o juiz de Melgaço lavrou a sentença final nos autos, que Pires Teixeira fez subir à 2.^a instância.

Que esperava a autoridade administrativa da vila depois desta vitória da Lt.^a, a que o ministro, imparcialmente, entendeu dever im-

badas, Gestal, Felgueira, etc., que estavam a ser exploradas sem concessão; que a Empresa exploradora da fonte do Pêso não tinha concessão porque lha não davam, e não porque a não tivesse requerido.

Em 28 de Setembro o Eng.º Conde de Arrochela visitou o Pêso. Convenceu-se pelos depoimentos das pessoas que ouviu, de que Cícero Solheiro não vendia nem exportava águas, mas as dava para os hotéis para servirem às refeições. Por isso, o administrador, segundo declarava, reconhecendo o transtôrno que adviria do cumprimento da ordem recebida do governador civil para mandar fechar o barracão, a não tinha cumprido. Receava mesmo que a exaltação dos ânimos pudesse dar asneira. Alvitrou então o engenheiro que ficasse o administrador de posse da chave, mandando abrir todos os dias para o serviço dos hotéis e no fim da temporada remetesse a chave à Inspeção. Prometeu o administrador fazê-lo desde que para tal recebesse ordem do chefe do distrito.

Aproximava-se o final da luta, prometendo, como todos os finais, lances de grande efeito. Viu a Lt.^a sorrir-lhe a esperança no meio do temporal político de Janeiro de 1919. A República, deposta no norte, triunfou em Lisboa na Jornada de Monsanto e os elementos da junta revolucionária de Santarém tiveram representação no ministério constituído por José Relvas, sobraçando a pasta do trabalho o «camarada» Augusto Dias da Silva. Cícero Solheiro recorreu aos bons ofícios de um colega da praça do Pará, amigo do ministro socialista que havia necessariamente de repelir a oferta de dez contos sem, por isso, deixar de atender à recomendação. A Lt.^a obteve licença provisória de exploração por despacho de 22 de Fevereiro (publicado no Diário de 27, 2.^a série). São curiosos os considerandos que o acompanham: Santos, Sobral & C.^a era uma sociedade em nome colectivo e apresentava-se com o nome de Empresa das Águas Minerais de Melgaço, como se fôsse uma sociedade anónima ou por cotas: absurdo; a Fonte do Pêso encontrava-se sumida em virtude de uma remoção de terras que parecia ter sido propositada; Santos, Sobral & C.^a, não tinham dado à exploração do Pêso o desenvolvimento necessário; por fim, invocava-se o relatório que precede o

vações dentro do perímetro reservado, *salvo* (art. 3.º) *pedindo licença*, acompanhado o pedido de um projecto de engenheiro português em que se demonstre que as excavações não causam prejuizo; a Repartição de Minas poderá (§ 1.º) mandar proceder à competente verificação à custa do interessado que para o efeito realizará um depósito na Caixa Geral. Só pelo Decreto 5.787-F de 10 de Maio de 1919 o concessionário adquirirá, pelo art.º 24.º, a regalia de ser o único a poder realizar trabalhos de pesquisa ou captagem de novas nascentes dentro do perímetro reservado que lhe foi concedido, e, pelo art. 38.º, são limitadas as espécies de excavações que dentro do mesmo perímetro é permitido a outrem realizar.

O requerimento fundado no art.º 4.º foi indeferido, em conformidade com os despachos a que se faz referência. No entretanto, a Repartição, tendo considerado a reclamação de 3 de Agôsto, cuidava em impedir que a Lt.^a continuasse a explorar as suas águas. Um condutor de obras públicas compareceu no local, onde verificou que se vendiam águas da Fonte do Pêso ao copo, a garrafas e a caixas completas, colectadas *não quanto* (?) e pagando imposto de 2 centavos por litro ao município. O administrador fizera saber, ao comissionado da Repartição de Minas, não consentiria na alteração do estado de qualquer das nascentes, tanto em virtude do ofício dêle, condutor, como de ordens no mesmo sentido, recebidas do seu legítimo superior hierárquico, o governador civil. Em vão foi intimado o gerente da Lt.^a para fechar o barracão das águas; o administrador, coerente com a declaração feita, também se recusou a fazer cumprir a intimação. A Empresa velha requereu ao Governador Civil, que indeferiu; requereu na Repartição de Minas, que determinou fechar o barracão e entregar a chave à Inspecção de Águas Minerais, pouco antes criada. No dia 30 de Agôsto, o ministro recebeu uma representação assinada por quási uma centena de aquistas, interpondo a favor da Lt.^a as razões seguintes: que ela dava as águas gratuitamente e que muitos aquistas, fazendo exclusivamente uso da fonte da Quinta do Pêso, tinham obtido melhores resultados que antes, da do Pêso; que exemplo havia de outras nascentes, como as de Lom-

paração. Era o epitáfio jurídico de uma longa questão já resolvida pela fôrça irresistível do tempo.

Os estudos de Melgaço estavam concluídos. A portaria 1.791, de 24 de Maio (1919) encarregou uma comissão de dar parecer sobre eles. Considerando que, apesar de conduzidos com acerto, as experiências não bastavam para esclarecer, com segurança, o grau de dependência das nascentes, a comissão esforçou-se, não obstante, por deparar com uma solução e teve a felicidade de encontrá-la. Partindo do princípio que, mesmo provada a independência das nascentes, elas nunca deviam ser concedidas a mais de uma empresa, sob pena de nunca os conflitos cessarem, procurou a comissão chamar as partes a um acôrdo. Nada mais fácil. O acôrdo estava feito. No dia 15 de Maio—o parecer é de 30 de Julho—dera entrada o requerimento da Empresa das Águas Minerais de Melgaço para transmissão à Companhia das Águas de Melgaço. Fez-se a escritura de venda da sociedade Santos, Sobral & C.^a. A 11 de Junho lavraram-se no Porto as escrituras de cessão de cotas da Lt.^a ao mesmo grupo comprador: Luís Manuel Solheiro e seu filho Lício de Miranda Solheiro, comerciantes, residentes em Belém do Pará, representados por seu bastante procurador Carlos José de Oliveira outorgaram a venda das suas cotas de dois mil escudos, com todos os correspondentes direitos e obrigações, pela quantia de 37.330\$00 ambas, tendo recebido 13.330\$00 em dinheiro e devendo receber os restantes 24.000\$00 em acções da Companhia das Águas de Melgaço ou em dinheiro, pelo valor nominal das acções, se essa Companhia, ainda em projecto, se não chegasse a constituir; por outra escritura, Bento Fernandes Pinto cedia a sua cota nas mesmas condições, isto é, por 6.670\$00 em escudos e 12.000\$00 a receber em acções. Foi, portanto, adquirida por 56.000\$00 a Fonte do Pêso, com todos os direitos, compreendendo, além de marcas, títulos, denominações e pedidos de concessão, a promessa de venda dos terrenos em expropriação pertencentes a Cícero Cândido Solheiro, situados na freguesia de Remoães.

Por escritura de 8 de Setembro, lavrada, como as duas prece-

Decreto 4.718. A Lt.^a quiz ir mais longe, propondo ela própria estudos técnicos nas nascentes da outra Empresa, o que, deferido, provocou a anulação do despacho anterior por outro de 26 de Março. A 31, estava fixado o plano oficial dêesses estudos destinados a verificar a correlação dos mananciais das duas Empresas. Cícero exultava. Por fôrça queria gratificar o ministro, que, muito instado, lembrou *O Combate*, diário socialista começado a publicar no dia 20 de Abril. A Lt.^a deu cinco contos ao jornal. A 30, respondia o ministro ao Supremo Tribunal Administrativo, no recurso interposto por Santos, Sobral & C.^a, se tinha mandado proceder ao estudo com todo o cuidado e independência.

Contudo, a 2 de Maio, (o ministro demitiu-se a 3) foi assinada a Portaria 1.772, do teôr seguinte: «Considerando que a Empresa das Águas Minerais de Melgaço, Lt.^a, captou a fonte sem licença; que importa realizar uma obra de assistência social fornecendo às classes menos abastadas águas minerais de que o Estado disponha: indefere os pedidos de concessão da (...) Lt.^a, ficando a nascente na posse do Estado para ser aproveitada pelo Conselho de Administração dos Bairros Operários».

A Portaria foi recorrida pelas duas Empresas: pela Lt.^a (Rec. 16.815), por atentar contra o direito de propriedade; pela Empresa das Águas de Melgaço (Rec. 16.837), idem e por lesiva dos direitos que ela supunha *adquiridos* por fôrça do art. 4.º do Decreto 4.718.

Veio outro ministro e anulou-a, com o fundamento de não estarem ainda concluídos os estudos de correlação das nascentes, ficando a subsistir o pedido de concessão da Lt.^a. Respondendo ao recurso 16.815, a 2 de Junho, o ministro (ainda outro?) diz que, não podendo haver concessões provisórias, se impunha a anulação da que naqueles termos fôra feita à Lt.^a. A Portaria 1.772 veio a ser suspensa, três anos depois de anulada, por sentença do Supremo Tribunal Administrativo, três dias antes (19 de Abril de 1922) proferida no recurso do despacho que concedera a licença provisória, suspendendo-o por, do seu cumprimento, resultarem prejuizos de difícil re-

continuada através de cinco números a começar em 25 de Julho e a acabar em 9 de Agosto.⁽¹⁾ Sob o título *As grandes iniciativas*, figura o programa — “de grande arrôjo, mas absolutamente garantido” — que uma nova empresa, resultante da transacção com as duas empresas



Balneário da Estância do Pêso

rivais, se propunha executar no Pêso: um hotel, um casino, parque e balneários. As obras do balneário já tinham principiado, esperando-se que ainda antes do fim da época ficassem colocadas algumas banheiras. Os esclarecimentos eram prestados pelo Prof. Ferreira da Silva, na qualidade de membro do conselho fiscal do Banco Popular Português e pessoa ouvida pela administração desse banco no assunto da Empresa, que ia lançar.

Vamos encontrar na entrevista as opiniões expendidas pelo ilustre homem de ciência, na revista *Química pura e aplicada*⁽²⁾, sobre o

(1) Publicada em folheto: *Companhia das Águas de Melgaço—Uma interessante entrevista ...* Pôrto, Pap. e Typ. do Bolhão, 1919.

(2) Vol. I (1905), pág. 272. *As águas de Mondariz e as águas alcalinas portuguesas.*

dentes nas notas do Dr. Pinto Osório, constituiu-se a Companhia das Águas de Melgaço com o capital de 300 contos representativo do activo de 324 contos de Santos, Sobral & C.^a, líquido de 24 contos devidos por essa firma ao Banco Popular Português. Esse activo era assim discriminado: Nascente—160 contos; marcas e registos—30 contos; pavilhão—55 contos; balneário, garage e laboratório—15 contos; camião—8 contos; auto-omnibus—12 contos; vasilhame—10 contos; terrenos—20 contos; diversos maquinismos e utensílios diversos—14 contos. Vê-se o que, além do pavilhão, valiam as obras da Empresa extinta: balneário, garage e laboratório—15 contos. O relatório do condutor João Segurado, terminado em 15 de Junho, diz que na ocasião em que se procedia ao estudo da correlação das nascentes, a construção do balneário, uma ala só, correspondente a metade do projecto, fôra iniciada e as paredes já estavam levantadas até à altura das janelas. A garage mencionada era na vila, no entroncamento da estrada que segue para S. Gregório, a mesma onde hoje recolhe o omnibus da carreira, então propriedade da Empresa. A localização da garage desfaz uma lenda recente, mostrando que a carreira era tão privativa do serviço da estância como é a actual. Laboratório não podia deixar de existir um, anexo ao Estabelecimento, ainda que para mais não fôsse do que fazer concorrência aos que muitos hóspedes instalavam no quarto, providos de licor de Fehling, para uso próprio e obsequiar com análises grátis os companheiros de hotel.

Os quinhões de Santos, Sobral & C.^a, tinham sido adquiridos entre doze sócios fundadores da Companhia das Águas de Melgaço, tocando a cada um 25 contos em acções: o Dr. Adolfo de Castro e Sola, director; o Prof. J. A. Ferreira da Silva; António Ferraz de Sequeira, director da filial do Banco de Portugal no Porto e autor do folheto sobre as fontes de Melgaço, que temos citado; o Dr. José de Oliveira Lima; e outros nomes conhecidos de capitalistas portuenses. A publicidade desempenhou o seu papel, como convinha tratando-se do ressurgimento de uma das primeiras estâncias portuguesas. O *Debate*, diário da capital do norte, inserira uma longa «entrevista»

cações aplicadas às águas de Mondariz e Melgaço. Naturalmente, o uso, quer de umas quer de outras, é benéfico no tratamento das mesmas doenças, mas só a experiência era—como ainda hoje é—o meio de aferir da extensão dos benefícios. A propaganda dos que experimentaram as águas de Melgaço foi que fez a estância e lhe manteve a reputação. A grande especialização de Melgaço é o tratamento da diabetes sacarina. Não sabemos se os propagandistas de Mondariz se permitiam exagêros no tocante à mesma especialização das suas águas, mas a estância portuguesa tinha por si a gratidão de muitos que nela experimentaram maior alívio dos seus padecimentos e espalhavam a fama da sua superioridade, mesmo entre os frequentadores de Mondariz. Tocamos em um dos pontos mais curiosos da entrevista de *O Debate*, a afirmação de que não raro desembarcavam em Paso de Arbo passageiros do expresso de Madrid com destino ao Pêso e só ali não ficavam por não encontrarem comodidades necessárias. Êste expresso de Madrid é sem dúvida o ascendente, que de Guilharei até Arbo transportava aquistas portugueses.

Outra alusão, convenientemente velada, a Mondariz, se entende na referência à proposta, dada como recente, de uma entidade estrangeira para a aquisição da Empreza de Melgaço. «Para explorar as nascentes? Não. Suponho que para as encerrar ou conservar *como até aqui*. Tal o mêdo justificado da concorrência». A insistência com que várias vezes se falou do assunto, leva a crer que os boatos não eram destituídos de fundamento. A incúria dos responsáveis pela estância de Melgaço contribuiu, por sua parte, para que Mondariz assumisse, no hábito dos portugueses, a importância que a torna credora das referências que lhe fizemos e até de mais amplas. Mas não queremos exagerar. Nas outras monografias ainda teremos ocasião de fazer referências à vida portuguesa naquela estância, durante umas três décadas um dos principais centros de exibição dos nossos veraneantes. Aqui limitamo-nos a fazer sentir que o prestígio da estância galega como agente terapêutico e até como pretexto de uma ida à Galiza, podia ter sido, ao menos para os portugueses, inteligentemente desviado para Melgaço.

valor das águas que experimentara como diabético e o tinham curado dos seus padecimentos. A redacção primitiva nem mesmo foi alterada. O entrevistado teve em conta os resultados da análise concluída em 1909 pelo Prof. Lepierre, que apenas vieram reforçar uma das mais importantes afirmações do trabalho, ainda baseado na análise de Bonhorst, elevando de 7,5mg. para 14 mg. por litro o quantitativo de carbonato de lítio, «circunstância que acentua mais a característica hidrológica e a especialização terapêutica das águas de Melgaço». Estas, como já atrás se notava, eram erroneamente assimiladas às de Mondariz, «em que predominam os bicarbonatos alcalinos, como nas nossas nascentes de Vidago e Pedras Salgadas», embora a sua mineralização seja «bastante menor» que a das nascentes trasmontanas. «Pelo contrário, nas de Melgaço predominam os carbonatos alcalino-terrosos (nomeadamente o cálcio) e de ferro, de modo que a elas cabe a designação de bicarbonatadas cálcicas ou talvez, melhor ainda, de bicarbonatadas mixtas».

O artigo de 1905 visava a contrariar o exagerado favor de que entre nós gosavam as águas de Mondariz. A incapacidade do português para ver ao perto, mantinha-o aferrado à tradição de uma estância que se fizera mais cêdo que as nossas e era a mais acessível... do «estrangeiro». Bem ou mal entendida, esta ânsia de *atravessar a fronteira* só tinha um inconveniente: o de subordinar as indicações terapêuticas a considerações, para o efeito, secundárias. Mas, uma vez que se fala de indicações terapêuticas, convém mostrar quanto elas são, na forma em que a propaganda se permite usá-las, uma coisa anodina e vaga. As que, em 1885, D. António Casares deu para as águas de Melgaço, ainda não perderam a actualidade, apesar de a prática as ter alargado—e no mesmo sentido as de Mondariz—, principalmente no que respeita a afecções intestinais. O facto de o Dr. Casares ter sido o analista de Mondariz e ter vinte e um anos de conhecimento destas águas quando proferiu aquele laudo⁽¹⁾, não constitui argumento em favor da validade ou não das mesmas indi-

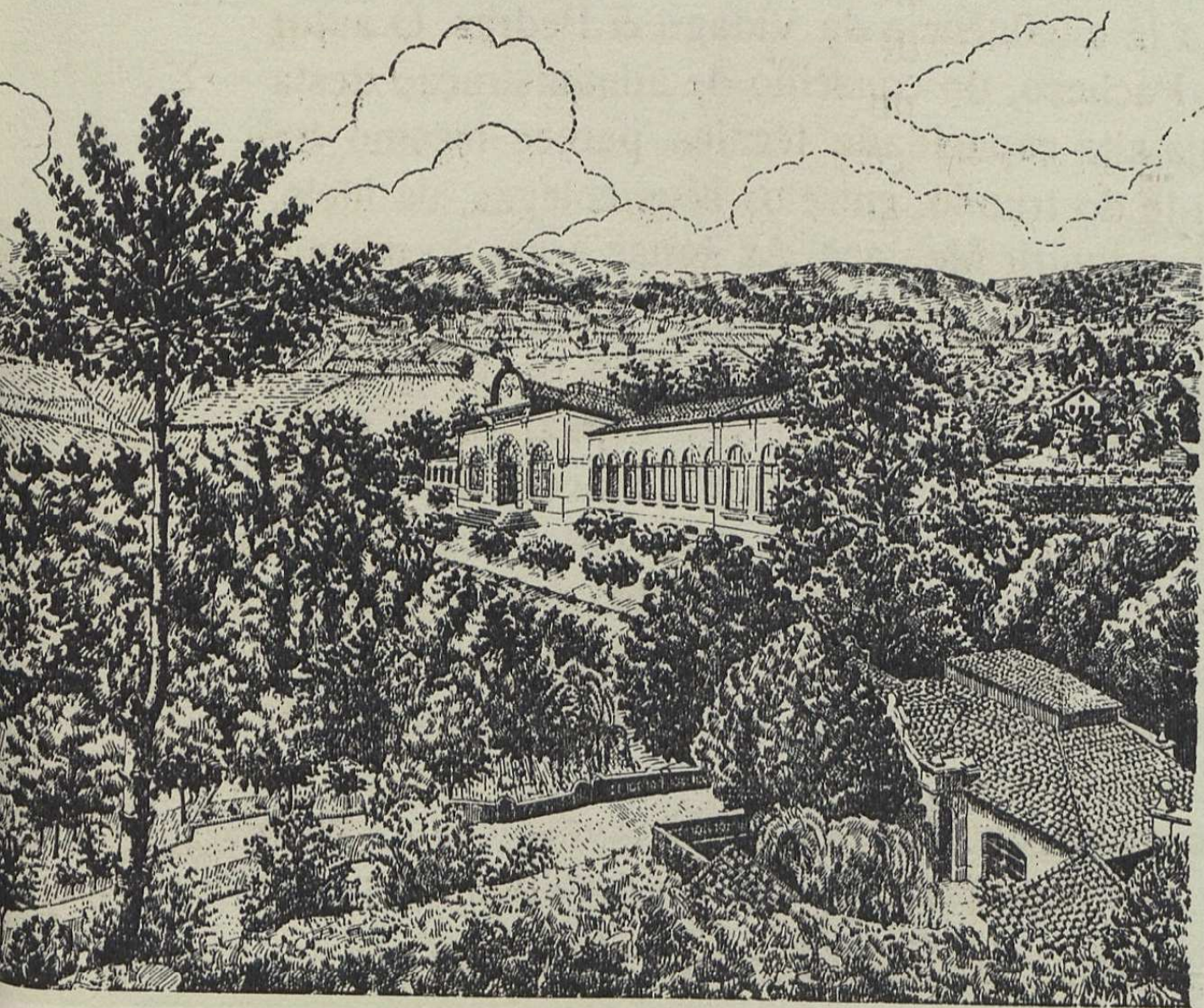
(1) A análise de Saldoiro (Troncoso) é de 1864.

fato — Curia e Póvoa de Santa Iria — e nestas últimas ainda do cloreto. Ora a medicina cálcica de Ferrier é uma das belas aquisições presentes da Fisiologia. «Aí tem o meu amigo porque eu receito sempre aos meus doentes de peito, além da Tricalcina, o uso diário de 1 litro de água de Melgaço».

A parte da entrevista consagrada à hidrologia pode resumir-se nestas palavras textuais: «A presença de arsénio, ferro e manganês não é indiferente para a tonificação do organismo dos doentes que à *acção especial contra a diatese úrica e a diabetes* careçam de associar uma *acção tónica e reconstituente*». A amenidade da preleção levou-nos, também, como ao jornalista, a insistir nela.

O professor referiu-se ainda a cada uma das três nascentes da «*emprensa velha*» e prometeu falar adiante das duas novas, cumprindo apenas com dizer que elas eram mais caudalosas que a Principal. Analisadas, só o seriam muito mais tarde, em 1932. Deixemos a análise para seu tempo.

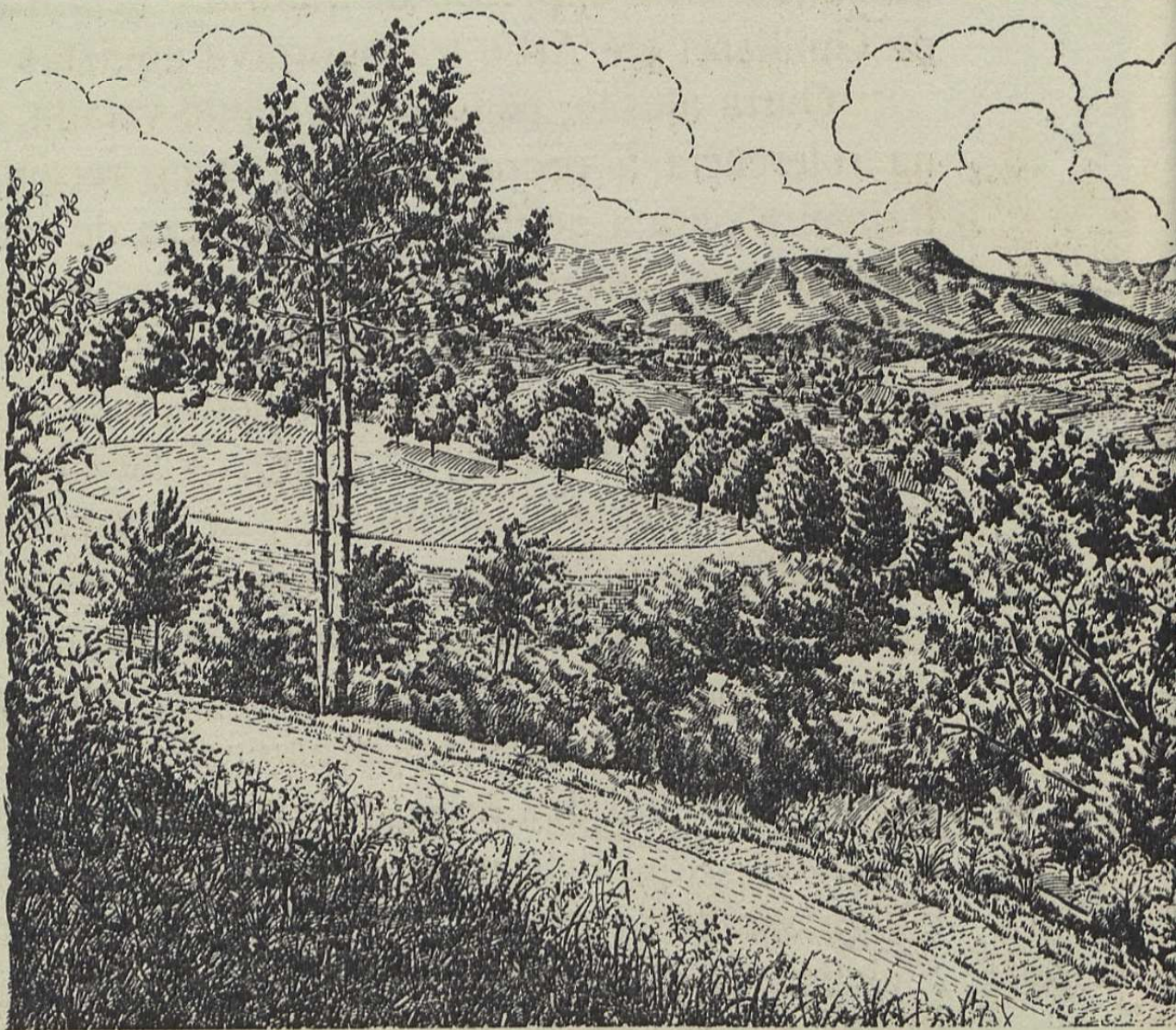
Os estatutos da Companhia autorizavam a Direcção a aumentar o capital até 1.000 contos por emissão de acções. Em 28 de Fevereiro seguinte, os sócios Castro e Sola, Júlio Duarte de Sousa e Rafael Pereira dos Santos, outorgando em escritura pública como directores, aumentaram o primitivo capital de 300 para 600 contos, en-



o Parque e Balneário

Regressando às considerações hidrológicas, que tínhamos deixado em meio, encontramos esta afirmativa que oferecemos à alta ponderação dos médicos—pois *Medicina super omnia*, como, reverentemente, diz o Prof. Ferreira da Silva: «Enquanto que o uso de muitas outras águas minero-medicinais depaupera o sangue, as de Melgaço produzem o efeito contrário por via do ferro e de outros elementos que conteem». Um médico vem a propósito para corroborar o assêrto. É um terceiro interlocutor, médico ilustre, mas que não permite que o jornalista lhe publique o nome. O que diz o químico não é novidade, antes uma velha indicação destas águas no tratamento de anémicos e cloróticos. Mas se tais doenças, tão encontradiças nos romances e nos poemas do período romântico, o são cada vez menos nos registos clínicos das estâncias de águas—nos de Melgaço, desde que existem (e são bem discriminados: V. Cap. III), perdem-se entre as doenças «várias» ou «indefinidas» — o médico da entrevista sugere a aplicação em termos mais genéricos. O jornalista pronuncia a palavra «tuberculose» com uma entoação de efeito.

—E porque não? Os bons ares e as águas... As águas são férreas. Mais, só as de Caneças. São as mais digestivas e assimiláveis das águas cálcicas portuguesas, pelo bicarbonato de cálcio. O predomínio é, em outras, do sul-



MELGAÇO—Panor

de emergência suficientemente baixo para que as águas brotassem sem impedimento das massas argilosas e ferruginosas da camada do granito mais alterado. Daí as fugas de gás e água verificadas junto do ponto de emergência, que se tratava agora de baixar, abrindo um poço profundo bastante para atingir a camada onde os filões se apresentassem mais limpos. Teriam possivelmente de fazer-se trabalhos de galeria. Encontrado o ponto conveniente, captar-se-ia a água em uma câmara de betão, onde entraria sem necessidade de sifões, vantagem muito apreciável na captagem das águas gasosas. Uma tubagem de grés, tão estanque quanto possível, correndo ao longo de uma galeria de acesso para permitir a visita em caso de rotura, conduziria a água ao Grande Pavilhão—evitava-se a despesa, avultada, da construção de outro—, passando por baixo do regato da Bouça Nova, num percurso total de 105 metros, parte descendente, parte ascendente. Do ponto de intersecção dos dois trainéis, a 20 metros do pavilhão, um tubo de grés de largo diâmetro conduziria quaisquer águas de infiltração que na galeria penetrassem, a um lago a construir na margem esquerda do regato, fronteiro à avenida que conduz do pavilhão ao balneário. O projecto foi aprovado em 5 de Fevereiro (Diário de 15) de 1921.

Em 1923 encontramos relatada uma visita da Inspeção de Águas Minerais à estância do Pêso. Prosseguiram as obras do balneário, funcionando apenas metade do edifício, com 10 banheiras de ferro esmaltado e sala de duchas. Havia duas caldeiras de vapor para aquecer a água dos banhos e elevá-la a um depósito donde se dirigia com pressão para o balneário. À margem do regato, uma turbina acionava uma bomba para exgotar o excesso do depósito da Nascente Principal. Quanto às fontes, dizia o relatório que só havia duas em exploração: a «Principal e a Férrea». A da galeria não está, por enquanto utilizada. Isto não falando na Nascente Nova, que só se emprega para uso interno e tem um caudal de uns 9.000 litros em 24 horas.

trando com 100 contos cada um. Logo, na reunião de 24 de Abril, a Assembleia Geral deliberou aceitar a proposta feita à Companhia para se incorporar na Vidago & Pedras Salgadas, recebendo os accionistas acções desta sociedade, ou em dinheiro o seu valor nominal, no montante previsto de 300 contos. Realizou-se a operação no montante de 541.800\$00 e no prazo fixado de 4 anos (a escritura de dissolução lavrou-se a 23-I-1924). Êsses quatro anos não passam de um período de transição e os oito meses incompletos de iniciativa da Companhia não permitem julgá-la senão como uma operação comercial das que, nêsse período ávido de negócios, lançou com bastante facilidade o Banco Popular.

De entrada—em 22 de Novembro—, a Companhia limitou-se a pedir uma área reservada de acôrdo com as duas fontes que possuía—a 7 de Novembro foi assinada a Portaria que concedia licença para explorar a fonte do Prado.⁽¹⁾ Um projecto de captagem da nova nascente, terminado em Outubro de 1920 e apresentado em 17 de Dezembro, revela já a influência da Vidago & Pedras. O autor era o Eng.º Gaudêncio Pacheco, do conselho de administração desta sociedade e pessoa cuja alta capacidade técnica parece mesmo ter sido o motivo dominante do triunfo, entre os seus colegas, da ideia, que o entusiasmava, de adquirir Melgaço. As águas eram do mesmo tipo das que a Sociedade explorava. Ao tempo, não parecia difícil dominar o inconveniente da floculação. Colocados os mananciais minhotos sob a administração de uma empresa capaz, como parte constitutiva de um bloco mais forte para resistir à acção depressiva dos revendedores, com maiores facilidades para obter vasilhame e os demais materiais, essa fonte de riqueza, até aí tão deficientemente explorada, afigurava-se um elemento valioso de prosperidade. Com muito interêsse o administrador delegado da Vidago & Pedras pôs mãos ao projecto.

Na captagem que a Melgaço, Lt.^a, fez da Nascente Nova—obra superficial, como bem se compreende—, não se escolheu um ponto

(1) Viria a ser-lhe demarcado o perímetro de 320 Ha. por Portaria de 11 de Janeiro de 1922.